

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
INSTITUTO DE BIOCIÊNCIAS, LETRAS E CIÊNCIAS EXATAS**

ANA MARIA PAULINO COMPARINI

**UMA ANÁLISE PRAGMÁTICA, SEMÂNTICA E SINTÁTICA
DO VERBO *PODER* NO PORTUGUÊS DO BRASIL**

São José do Rio Preto
2013

ANA MARIA PAULINO COMPARINI

**UMA ANÁLISE PRAGMÁTICA, SEMÂNTICA E SINTÁTICA
DO VERBO *PODER* NO PORTUGUÊS DO BRASIL**

Tese apresentada ao Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista, Câmpus de São José do Rio Preto, para obtenção do título de Doutora em Estudos Linguísticos (Área de Concentração: Análise Linguística).

Orientador: Profa. Dra. Marize Mattos Dall'Aglio Hattner

São José do Rio Preto
2013

Comparini, Ana Maria Paulino.

Uma análise pragmática, semântica e sintática do verbo *poder* no português do Brasil. / Ana Maria Paulino Comparini. - São José do Rio Preto : [s.n.], 2013.

134 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Marize Mattos Dall'Aglio Hattner

Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas

1. Verbos. 2. Verbo pleno. 3. Verbo auxiliar. 4. Verbo poder. I. Dall'Aglio Hattner, Marize Mattos. II. Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas. III. Título.

CDU – 81'367.625

COMISSÃO JULGADORA

Titulares

Prof^ª. Dr^ª. Marize Mattos Dall’AglioHattnher – Orientadora
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Prof. Dr. Juliano Desiderato Antônio
Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Edson Rosa Francisco de Sousa
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Prof^ª. Dr^ª. Erotilde Goreti Pezatti
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Prof^ª. Dr^ª. Sandra Denise Gasparini Bastos
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Suplentes

Prof^ª. Dr^ª. Flávia Bezerra de Menezes Hirata Valle
Universidade Federal de São Carlos

Prof. Dr. Sebastião Carlos Leite Gonçalves
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Prof^ª. Dr^ª. Taísa Peres de Oliveira
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

*À minha mãe, exemplo de fortaleza,
meu esteio.*

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, Senhor da minha vida: eu reconheço que o **poder** está em suas mãos;

ao meu filho, amor maior, que cresceu vendo-me trilhar os rumos da pesquisa e soube compreender e desculpar-me por todas as minhas limitações: amo muito você;

à minha mãe, por compartilhar comigo o meu ideal e por incentivar-me a conquistá-lo;

aos meus irmãos Marta e Wilsinho, que, juntamente com suas famílias, sempre acreditaram no meu trabalho e facilitaram meu caminhar, com palavras de incentivo e apoio;

à minha prima-irmã Celinha e à toda a sua família, pelas orações e por serem exemplos para a minha vida, mostrando sempre que vale a pena servirmos ao Deus que tudo **pode**;

à tia Inês e à toda a sua família, pelas doces palavras de apoio, ânimo e incentivo;

ao professor João Moraes Pinto Júnior, por abrir-me as portas do Laboratório de Lexicografia da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, câmpus de Araraquara;

às professoras Erotilde Goreti Pezatti e Sandra Denise Gasparini Bastos, pelas sugestões valiosas por ocasião do Exame de Qualificação, e por terem, novamente, aceitado participar da Banca Examinadora deste trabalho;

ao professores Juliano Desiderato Antônio e Edson Rosa Francisco de Sousa, por também terem, gentilmente, aceitado participar da Banca Examinadora;

às amigas-irmãs Maysa, Carminha e Ana Cláudia, companheiras sempre presentes, pelas orações e palavras de estímulo;

aos queridos Pastores Alex e Maressa Linhares e aos amigos e irmãos de caminhada da Igreja, pelas orações e palavras amigas e incentivadoras;

à professora Hella Olbertz, que muito me ensinou sobre o verbo *poder*;

à professora Sanderléia Roberta Longhin, pelas palavras amigas, pela postura sempre reta e competente e pela disponibilidade para ajudar;

à Ana Rita, pela gentileza de me receber em sua casa, acolhendo e oferecendo a sua amizade;

à Lúcia Helena Gabriel, por estar sempre na retaguarda, ajudando silenciosamente e colaborando para o bom andamento desta pesquisa;

aos amigos e colegas do Grupo de Pesquisa em Gramática Funcional, pela ajuda em muitos momentos, pelas palavras de apoio e por fazerem acreditar que, embora árduo, o caminho da pesquisa é gratificante: Roberto, Erotilde, Sandra, Edson, Flávia, Taísa, Gisele, Sebastião Carlos, Lisângela, Joceli, Norma, Talita, Maria Luiza, Valéria, Aliana, Ana Paula, Michel, Gustavo, Carolina, Cibele e Dany;

à Universidade de Franca, pelo apoio imprescindível para o desenvolvimento deste trabalho.

AGRADECIMENTOS ESPECIAIS

Agradeço à professora Marize Mattos Dall'Aglio Hattner, pela orientação extremamente criteriosa e séria, pela condução nos caminhos da pesquisa e descoberta de novos conhecimentos: seu comprometimento e competência me fizeram mais *poderosa*;

a toda a família Dall'Aglio Hattner, que sempre abriu as portas de sua casa, acolhendo-me e incentivando meus passos nessa longa trajetória, com amor e tolerância;

à querida amiga e companheira Lisângela, sempre forte e disposta a me ouvir e a compartilhar comigo angústias e ansiedades, com palavras de ânimo e estímulo: sua amizade e carinho me deram forças para permanecer na caminhada.

Obrigada por tudo, sempre!!!!

*Tudo **posso** naquele que me fortalece.*
Filipenses 4:13

RESUMO

COMPARINI, Ana Maria Paulino. *Uma análise pragmática, semântica e sintática do verbo “poder” no português do Brasil*. 2013. 134f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos). UNESP. São José do Rio Preto.

O verbo modal *poder* constitui-se em um verbo multifuncional polivalente, sendo variados os valores que podem ser associados a ele e várias as funções que exerce nas construções que o incluem. A questão inicial que se põe é saber como se comporta, em termos pragmáticos, semânticos e sintáticos, o verbo *poder* no português do Brasil, buscando verificar se ele atua como verbo pleno ou auxiliar ou, ainda, se constitui uma categoria própria, intermediária entre os verbos plenos e os auxiliares. O material de análise desta pesquisa é composto por ocorrências extraídas de textos jornalísticos, literários e técnicos obtidos no banco de dados do Laboratório de Lexicografia da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara. Adotando um modelo de análise funcionalista das modalidades (HENGEVELD, 2004; HENGEVELD e MACKENZIE, 2008), identificamos usos do verbo modal *poder* como verbo pleno ou como verbo auxiliar. Mostramos também que a categorização da sua auxiliaridade é dependente do valor semântico expresso pelo modal, cujos valores são: dinâmico, deôntico e epistêmico. Em relação às unidades semânticas elencadas pelo modelo e as suas relações hierárquicas, verificamos ser possível estabelecer uma correlação entre a camada em que se insere o alvo de incidência da qualificação modal e a categorização da auxiliaridade, constatando que quanto mais baixa a camada, mais pleno será o verbo *poder*.

Palavras-chave: *poder*; auxiliaridade; análise funcionalista; valores modais

ABSTRACT

COMPARINI, Ana Maria Paulino. *A pragmatic, semantic and syntactic analysis of the verb “poder” in Brazilian Portuguese*. 2013. 134f. Thesis (PhD in Linguistic Studies). UNESP. São José do Rio Preto.

The object of this study is the modal verb *poder* to which several values and functions can be associated. The initial question is how the verb *poder* in Brazilian Portuguese behaves pragmatically, semantically and syntactically, seeking to verify if it acts as a full verb or an auxiliary, or even whether it constitutes a category of its own, somewhere between full verbs and auxiliaries. The corpus of this research consists of samples taken from journalistic, literary and technical texts obtained in the database from the Lexicography Laboratory in the State University of São Paulo at Araraquara. Adopting a functionalist model for the study of modalities (HENGEVELD, 2004; HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), we identified uses of the modal verb *poder* as full or as auxiliary verb. We also show that its categorization as an auxiliary verb is dependent on the semantic value expressed by that modal verb, its values being dynamic, deontic and epistemic. Regarding the semantic units listed by the model and their hierarchical relationships, it is possible to establish a correlation between the layer in which the target of evaluation is inserted and the categorization of the auxiliary verb, verifying that the lower the layer, fuller the verb *poder* will be

Keywords: *poder*, auxiliary verbs, functionalist analysis, modal values

LISTA DE QUADROS, FIGURAS, TABELAS E ABREVIATURAS

QUADROS

Quadro 1: Critérios de auxiliaridade verbal, de acordo com os autores citados	44
Quadro 2: Verificação do estatuto de auxiliaridade do verbo <i>poder</i>	105
Quadro 3: Verificação do estatuto de auxiliaridade do verbo <i>poder</i> em sua forma nominal <i>podendo</i>	114
Quadro 4: Diferentes valores semânticos associados às orações de gerúndio e seus respectivos autores	115
Quadro 5: Relação entre o tipo de <i>poder</i> e a estrutura sintática do sintagma verbal	121
Quadro 6: Caracterização dos tipos de <i>Poder</i>	124

FIGURAS

Figura 1: Organização geral da GDF	53
Figura 2: Representação do Nível Interpessoal	56
Figura 3: Representação do Nível Representacional	57
Figura 4: Representação do Nível Morfossintático	59
Figura 5: Representação do Nível Fonológico	60
Figura 6: Funcionamento do verbo <i>Poder</i>	126

TABELAS

Tabela 1: Classificação cruzada dos tipos de modalidade	64
Tabela 2: Quantificação das ocorrências	71
Tabela 3: Valores modais do verbo <i>poder</i> X gêneros textuais	86

ABREVIATURAS

LR – Literatura Romanesca

PT – Periódicos Técnicos

TJ – Texto Jornalístico

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I - O VERBO <i>PODER</i>: A QUESTÃO DA AUXILIARIDADE	18
1 A CATEGORIZAÇÃO DA AUXILIARIDADE.....	19
2 SIGNIFICAÇÃO GRAMATICAL: CRITÉRIOS DE AUXILIARIDADE.....	28
3 SIGNIFICAÇÃO PLENA: TRANSITIVIDADE	45
CAPÍTULO II –O VERBO <i>PODER</i>: A QUESTÃO DAS MODALIDADES	48
1 A ABORDAGEM FUNCIONAL DAS MODALIDADES	48
2 A MODALIDADE NA GDF	52
2.1 UMA VISÃO GERAL DA GDF	52
2.1.1 A organização geral da GDF	53
2.1.2 Níveis e camadas	55
2.1.2.1 O nível interpessoal	55
2.1.2.2 O nível representacional	56
2.1.2.3 O nível morfossintático	58
2.1.2.4 O nível fonológico	59
2.2 A TIPOLOGIA DAS MODALIDADES NA GDF	61
3 A POLISSEMIA DOS VERBOS MODAIS	68
CAPÍTULO III - UNIVERSO DA PESQUISA	
E PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE	71
1 CONSTITUIÇÃO DO <i>CORPUS</i>	71
2 CRITÉRIOS DE ANÁLISE	72

2.1 Critérios de análise semânticos	72
2.1.1 Domínio semântico da modalidade	72
2.1.2 Valor modal deôntico	73
2.1.3 Valor modal epistêmico	74
2.1.4 Valor modal dinâmico	74
2.1.5 Alvo semântico da modalidade	75
2.1.6 Tipo de sujeito	76
2.2 Critério de análise sintático	77
2.2.1 Estrutura do sintagma verbal	77
2.3 Testes de verificação de auxiliaridade	78
2.3.1 Incidência da negação sobre o grupo verbal	
782.3.2 Existência sujeito único para o conjunto	79
2.3.3 Ocorrência de elementos entre os verbos da perífrase	79
2.3.4 Pronominalização	80
2.3.5 Possibilidade de flexão do verbo auxiliar	80
2.4 Critério de análise pragmático	81
2.4.1 Gênero textual	81
CAPÍTULO IV - O VERBO <i>PODER</i> NO PORTUGUÊS DO BRASIL	85
1 <i>PODER</i> AUXILIAR	93
2 <i>PODER</i> PLENO	105
3 <i>PODER</i> NOMINALIZADO: auxiliar e pleno	108
4 <i>PODER</i> : semiauxiliar ou semipleno?	117
CONCLUSÃO	127
REFERÊNCIAS	130

INTRODUÇÃO

Classificado tradicionalmente como um verbo auxiliar modal, o verbo *poder*, ou seu equivalente em outras línguas, vem despertando o interesse de estudiosos há bastante tempo, em função da variedade de valores que pode expressar e das funções que exerce nas construções que o incluem: ora como verbo auxiliar, ora como pleno.

Essa variedade de valores e funções do verbo *poder* e das orações em que ele aparece na língua portuguesa vem sendo descrita e analisada em uma série de estudos. Alguns pesquisadores, como Pontes (1973), Lobato (1975, 1984), Longo (1990), Neves (2000) e Ilari e Basso (2008), têm dedicado parte de seus estudos ao levantamento dos aspectos sintáticos e semânticos deste verbo.

Pontes (1973, p.105), por exemplo, considera o verbo *poder* como um verbo ambíguo, que admite como sujeito uma oração, com “três significados diferentes e restrições de seleção também diferentes”.

Lobato (1984), que também faz uma abordagem sintático-semântica dos verbos modais, afirma que eles devem ser vistos como unidades não ambíguas. Segundo Lobato, somente um componente pragmático é que poderia explicar os diferentes valores assumidos por um modal. Ao tratar especificamente do verbo *poder*, a autora aplicou testes às sentenças em que ele ocorria, para a verificação de ambiguidade, detectando somente a existência de imprecisão e não de sentidos diferentes. Assim, Lobato aponta que, para explicar seus valores

semânticos, é necessário usarmos “um modelo dos atos de fala, pois as diferentes interpretações desse verbo se associam a seus diferentes usos conversacionais, cada um com sua força ilocutória específica” (LOBATO, 194, p.190).

Longo (1990, p.97) considera os modais portugueses, entre eles o *poder*, como verbos comuns, “sintática e semanticamente não-ambíguos e que tomam por complemento um SN sentencial”. Desse modo, a autora atribui às sentenças com modais uma estrutura transitiva, não os considerando como um caso de auxiliaridade, alegando ainda que, mesmo com sujeitos idênticos, têm-se duas orações.

Já, para Neves (2000, p.133-134), o verbo *poder* constitui-se em um modal polissêmico. A autora considera maximamente polissêmica uma sentença como: *E Gemar Quinto PODE voltar*, pois tem um predicado modalizado, com o traço [+controle] e sujeito animado. Ela defende que “nesse caso as três interpretações básicas são possíveis”: possibilidade epistêmica, permissão deontica e capacidade dinâmica. Mas alega que, em uma sentença como: *Com pechincha, o preço PODE cair ainda mais*, em que não se tem o traço [+controle], só ocorre uma interpretação epistêmica.

Também, em língua espanhola, encontramos estudos que tratam do verbo *poder*. Olbertz (1998), por exemplo, estuda as perífrases verbais do espanhol e considera o verbo *poder* ora como semiauxiliar (quando usado para especificar modalidade orientada para o participante), ora como auxiliar (quando usado em outros casos, por exemplo, para especificar modalidade orientada para o evento).

Gómez Torrego (1999), que também analisa o verbo *poder* em espanhol, considera-o como um auxiliar que integra, junto com um verbo principal no infinitivo, uma estrutura perifrástica e menciona a flexibilidade semântica de *poder* como uma justificativa para o interesse no seu estudo.

Essa ambiguidade em relação ao estatuto sintático do verbo *poder* soma-se à polissemia das expressões modais, o que torna o estudo do verbo *poder* ainda mais instigante, reforçando a sua complexidade. Concordando com Lobato (1975), entendemos que o verbo *poder* se constitui em um verbo polivalente, sendo vários os contextos em que pode ocorrer e várias as leituras que podem ser associadas a ele, mesmo em contextos semelhantes. E é justamente este potencial polissêmico que justifica nosso interesse em desenvolver esta pesquisa.

O objetivo maior desta investigação é analisar o comportamento pragmático, semântico e sintático do verbo *poder* no português do Brasil, buscando verificar se ele atua como verbo pleno ou auxiliar ou, ainda, se constitui uma categoria própria, intermediária entre os verbos plenos e os auxiliares. Para tanto, procuramos responder às seguintes perguntas: O verbo *poder* é um verbo auxiliar? O valor semântico do modal interfere na categorização da sua auxiliaridade? É possível caracterizar sintática e semanticamente os diferentes domínios de avaliação modal expressos pelo verbo *poder*? Adotando um modelo de análise funcionalista das modalidades (HENGEVELD, 2004; HENGEVELD e MACKENZIE, 2008), sustentamos a hipótese de que a categoria semântica dos diferentes alvos de incidência da qualificação modal, somada aos traços semânticos do participante sujeito, responde pela classificação dos valores modais expressos pelo verbo *poder*. Considerando ainda as relações hierárquicas entre as unidades semânticas previstas pelo modelo, é possível estabelecer uma correlação entre a camada em que se insere o alvo e a categorização da auxiliaridade. Embora nosso estudo se limite apenas ao modal *poder*, acreditamos que os resultados aqui obtidos poderão auxiliar na descrição de outros verbos auxiliares igualmente polissêmicos, como o verbo *dever*, por exemplo.

O presente texto está organizado da seguinte maneira: no Capítulo I, intitulado *O verbo poder: a questão da auxiliaridade*, apresentamos o verbo *poder* e empreendemos uma

discussão acerca dos critérios de auxiliaridade e de seu estatuto como verbo auxiliar e como verbo pleno; no Capítulo II, com o título *O verbo poder: a questão das modalidades*, diante da vasta gama de possibilidades de estudo do fenômeno da modalização, trazemos uma definição operacional de modalidade, ancorados em uma visão geral da Gramática Discursivo-Funcional e apontamos os diferentes valores das modalidades, apoiados em Hengeveld (2004) e Hengeveld e Mackenzie (2008). No Capítulo III, intitulado *Universo da pesquisa e procedimentos de análise*, apresentamos a constituição do *cópus* e os procedimentos metodológicos que serão utilizados na análise das orações construídas com o verbo *poder*. No Capítulo IV, *O verbo poder no português do Brasil*, analisamos o usos efetivos do verbo *poder* no português do Brasil para a caracterização de seus diferentes estatutos. Finalmente, apresentamos nossas conclusões e apontamos sugestões de estudos para a continuidade desta investigação.

CAPÍTULO I

O VERBO *PODER*: A QUESTÃO DA AUXILIARIDADE

Derivado do latim vulgar “*potere*, calcado nas formas *potes*, *potest* e outras de posse” (AURÉLIO, 2010, p.1660), o verbo *poder* ocorre em estruturas que nem sempre são descritas consensualmente: ora preenche um sintagma verbal simples, como único verbo, sem complemento, ora aparece em um sintagma verbal composto, ou seja, junto a outro verbo, que está sempre no infinitivo. Na primeira estrutura, o verbo *poder* é identificado como verbo *pleno*. Sobre sua categorização na segunda estrutura é que reside certa polêmica: ele tanto é considerado auxiliar como é considerado verbo transitivo, com complemento oracional. Essa discussão, que se aplica à categorização da auxiliaridade, transcende a análise do verbo *poder*, mas será importante para a caracterização dos valores semânticos expressos por esse verbo modal. Sendo assim, a seção 1 traz a discussão sobre a categorização da auxiliaridade, a seção 2 discute os critérios utilizados na determinação dos auxiliares e a sua pertinência em relação ao verbo *poder* e a seção 3 apresenta os valores do verbo *poder* pleno.

1.A CATEGORIZAÇÃO DA AUXILIARIDADE

Em seu livro intitulado *Auxiliaries: cognitive forces and grammaticalization*, Heine (1993, p.8) coloca, com muita propriedade, a problemática da categorização da auxiliaridade:

O termo auxiliar tem sido usado por muitas pessoas que trabalham em diferentes estruturas e tem sido aplicado a uma variedade de usos divergentes; saber se auxiliares constituem uma categoria própria ou se eles devem ser descritos como parte de alguma outra categoria tem dado origem a várias controvérsias ao longo das últimas décadas da história da linguística¹.

Segundo Lobato (1975), o problema não se restringe ao termo *auxiliar*, mas à classificação que é feita, tanto pelas gramáticas escolares quanto pelos estudiosos da língua, de um número divergente de unidades sob o rótulo de verbo auxiliar:

...trata-se ora de um sistema fechado de número variável de elementos nunca coincidentes, ora de um sistema aberto de número ilimitado de elementos. Ainda outras vezes, chega-se a uma eliminação da classe, considerando-se os tradicionais auxiliares como verbos principais. (1975, p. 27)

Sob variados pontos de vista, o tema tem despertado interesse de pesquisadores voltados para os aspectos sintáticos, semânticos e morfológicos da auxiliaridade.

Os aspectos sintáticos são discutidos por Ross (1969) que apresenta 12 argumentos para mostrar que os auxiliares ingleses e os verbos plenos (“true verbs”) são ambos membros da mesma categoria lexical, a dos verbos. Assim, como verbos completos, Ross atribui aos auxiliares a categoria “V” com o traço [+V] e, ao tratar os verbos do inglês *have* e *be*, faz uma distinção entre eles e os verbos *eat* ou *sing*, atribuindo o traço [+Aux] àqueles e [-Aux] aos

¹ The term auxiliary has been applied by a number of people working in different frameworks, and it has found a variety of divergent uses; the question as to whether auxiliaries constitute a category of their own or whether they have to be described as being part of some other category has given rise to various controversies in the course of the past decades of the history of linguistics

últimos. Para o autor, a ordem dos constituintes em uma sentença se constitui em forte determinante para a consideração de um verbo como principal: quando a língua apresenta a ordem SOV, havendo auxiliar, este segue o verbo; em línguas cuja ordem é SVO, o auxiliar, se houver, precede o verbo.

A questão da ordem dos constituintes é discutida por outros autores que também tratam dos aspectos sintáticos dos auxiliares. Pontes (1973) e Heine (1993), por exemplo, consideram haver uma ordem estrutural hierarquicamente organizada entre as sequências verbais, confirmando a mesma relação entre ordem dos constituintes da oração e ordem dos verbos na perífrase apresentada por Ross (1969).

Bybee (1985), pesquisando aspectos morfológicos, afirma que os auxiliares, assim como os clíticos e as partículas, são unidades que têm propriedades de morfemas gramaticais livres, pertencem a uma classe fechada e ocorrem em posição fixa (têm restrições posicionais), lembram expressões perifrásticas, mas não estão vinculados a qualquer item lexical. Os modais ingleses (*may, can, will* etc) são citados como exemplos. Este posicionamento da autora confirma a necessidade de investigarmos a questão da ordem e hierarquia dos constituintes no processo de auxiliarização, uma vez que ela também defende uma posição fixa para os auxiliares.

Importante, também, é a investigação da questão flexional levantada por vários autores (Bybee, 1985; Heine, 1993), que afirmam serem os auxiliares os responsáveis por toda a informação morfológica relativa ao predicado, tal como as marcas de distinção de pessoa, número, tempo/aspecto/modalidade, negação etc; a concordância do sujeito também tende a ser marcada, por flexão, no auxiliar mais que no verbo principal.

Sob a perspectiva da Gramática Funcional, Olbertz (1998), em seu livro que trata das perífrases verbais na Língua Espanhola, promove uma extensa discussão sobre o tema e aponta a existência de 64 construções predicativas, comumente vistas como perífrases, que

consistem em construções analíticas formadas por um verbo finito acrescido da forma verbal não-finita (infinitivo, gerúndio ou um particípio) de um verbo lexical. Considera-se que, nestas construções, a função do verbo finito seja a de um auxiliar que, de uma forma ou de outra, serve para modificar o predicado não-finito. Mas, questionando se realmente todas as 64 construções são perífrases, uma vez que suas estruturas sintáticas e os significados por ela analisados são heterogêneos, a autora acaba por definir o termo perífrase como:

... a combinação produtiva e indissolúvel de um verbo lexical auxiliarizado com um predicado verbal em uma forma não-finita específica, em que o verbo finito concorda com o primeiro argumento do verbo não-finito. A função desta combinação é a modificação semântica do que é expresso pelo predicado não-finito e seus argumentos. A forma não-finita pode ser um infinitivo – na maioria dos casos, precedido de uma preposição – um gerúndio ou um particípio² (OLBERTZ, 1998, p.32).

Dessa forma, Olbertz estipula que o verbo auxiliarizado, que forma o primeiro componente da perífrase (auxiliar perifrástico), deve funcionar como um verbo lexical (verbo que exige argumentos sobre os quais impõe suas restrições de seleção) fora da perífrase. Por sua vez, verbos auxiliares são definidos pela autora (ancorada em HENGEVELD, 1992) como verbos que não exigem argumentos e, conseqüentemente, não impõem restrições de seleção. Trabalhando com uma série de exemplos, apresenta os verbos *haber* e *ser* que, em espanhol, preenchem plenamente tal caracterização – não possuir argumentos e não impor restrições –, comparando-os, respectivamente, com *ter* e *estar*, que a autora considera como tipicamente auxiliares (OLBERTZ, 1998, p.34-35):

(1) <i>Ha/tiene</i>	<i>comido</i>	<i>un</i>	<i>plátano</i>
haver/ter.3SG	comido	uma	banana ³

² ... the productive and indissoluble combination of an auxiliarized lexical verb with a verbal predicate in a specific non-finite form in which the finite verb agrees with the first argument of the non-finite verb. The function of this combination is the semantic modification of what is expressed by the non-finite predicate and its arguments. The non-finite form can be an infinitive – in most cases preceded by a preposition – a gerund or a participle.

³ Como as traduções para a língua portuguesa não mostrariam as diferenças existentes na língua espanhola no uso dos verbos *haber* e *ser*, optamos por usar glosas.

- (2) *Ha/*tiene* *llorado.*
haver/ter.3SG chorado
- (3) *Ha/*tiene* *nevado.*
haver/ter.3SG nevado
- (4) *Ha/*tiene* *sido* *interesante.*
haver/ter.3SG sido interessante
- (5) *Es/está* *en* *el aula* *numero* *diez*
ser/estar.3SG em a sala número dez
- (6) *Es/está* *guapo.*
Ser/estar.3SG bonito
- (7) *Es/*está* *interesante*
Ser/estar.3SG interessante
- (8) *Es/*está* *bombero.*
Ser/estar.3SG bombeiro
- (9) *Es/*está* *uma bobada.*
Ser/estar.3SG uma bobagem
- (10) *Es/*está* *tuyo.*
Ser/estar.3SG seu

Vemos que, em (1), (2) e (3), o verbo *haber* pode ocorrer com predicados verbais de qualquer valência, em (4), vemos que ele pode ocorrer com auxiliares. Quanto ao verbo *ser*, verificamos que ele pode se combinar com qualquer predicado não-verbal: com predicados locativos, como em (5), adjetivos (6) e (7), predicados nominais (8), termos nominais (9) e com predicados possessivos (10). No entanto, esse teste não se aplica ao português, visto que tanto o verbo *ser* como o verbo *haber* não apresentam esse tipo de emprego em português, como mostram os exemplos abaixo:

- (11)*Há comprado flores.

(12)*Há sido interessante.

(13)*É em sala de aula.

Interessa-nos, mais diretamente, sua análise do verbo *poder*, quando visto como verbo modal semiauxiliar. Uma das razões apresentadas por Olbertz (1998) para classificá-lo como semiauxiliar é a sua ampla aplicabilidade, que sugere a ausência de restrições de seleção: ele pode ocorrer com verbos lexicais de diferentes valências, a saber, verbos agentivos transitivos (14), intransitivos (15) e em construções estativas (16). São exemplos da autora (OLBERTZ, 1998, p.137):

(14) *no voy a poder jugar este domingo al tenis.*
(não vou poder jogar tênis no domingo)

(15) *no podía mentir a un juez*
(não podia mentir para um juiz)

(16) *no puede pasar a ser el paradigma de la proeza periodística*
(não pode passar a ser o paradigma da coragem jornalística)

Há outros dois testes aos quais Olbertz (1998) submete o verbo *poder* em seus usos na língua espanhola, a fim de defini-lo como semiauxiliar: o teste da substituição do componente não-finito e o teste da omissão do componente não-finito. Segundo a autora, os verbos auxiliares e semiauxiliares não permitem a substituição do componente não-finito por um pronome, mas os verbos semiauxiliares permitem a omissão do componente não-finito, o que os difere dos verbos auxiliares.

Os testes propostos por Olbertz (1998) para a distinção entre verbos auxiliares e verbos semiauxiliares em língua espanhola serão, posteriormente, aplicados à língua portuguesa para verificarmos a sua pertinência. A discussão que se pretende, por hora, gira em torno da categoria auxiliaridade e sua definição.

Desse modo, no âmbito da Língua Portuguesa, o tema da auxiliaridade vem sendo tratado, também, sob diversas óticas. São basilares as discussões feitas por Lobato (1975⁴) e Pontes (1973).

De acordo com Lobato (1975), o termo *auxiliar* se refere ao número restrito de verbos que exibem todas as propriedades que caracterizam essa classe. Os verbos que aparecem em sequências verbais, mesmo que não sejam em locuções, e que manifestam apenas em parte os critérios de auxiliaridade são chamados *auxiliantes* ou *auxiliares lato sensu*. Esta classificação de Lobato se aproxima da classificação proposta por Olbertz (1998) ao chamar o verbo *poder* de semiauxiliar.

O fato de as duas autoras lançarem mão de uma outra categoria, a dos ‘semiauxiliares’ ou ‘auxiliantes’, demonstra que a auxiliaridade não é um traço categórico, permitindo-nos prever que um mesmo verbo pode, em contextos diversos, assumir um traço mais ou menos auxiliar.

Utilizando esta nomenclatura – *auxiliantes ou auxiliares lato sensu* –, Lobato (1975) defende a hipótese de que os auxiliantes são muito complexos pela multiplicidade de formas e funções e correspondem a um vasto acervo da língua, apresentando uma diversidade de relações aspectuais e temporais muito ricas no sistema linguístico. Após realizar testes com vários verbos (testes que citaremos posteriormente neste mesmo capítulo e em nossa análise), Lobato delimita a apenas quatro elementos a classe de auxiliares do português: *ser*, *estar*, *ter* e *haver*.

Assim como Lobato, Pontes (1973), em seu estudo baseado na Gramática Transformacional, utiliza critérios sintáticos na definição dos auxiliares. Para Pontes, alguns verbos tradicionalmente chamados auxiliares devem ser analisados como verbos transitivos, que têm orações como objeto: os causativos, os sensitivos, alguns modais e os verbos *saber* e

⁴O texto de 1975 constitui-se em uma ampliação de um dos capítulos da tese de doutorado da autora, *L'auxiliarité em langue portugaise*, defendida em 1971 na *Université de Paris*, portanto, suas ideias são anteriores ao artigo publicado no periódico *Análises Linguísticas* aqui utilizado.

vir; outros devem ser analisados como verbos que admitem oração como sujeito: *parecer*, *ir*, *poder*, *precisar*, *dever*, *haver de*, *ter que* e, por fim, os verbos *acurativos*, que apresentam as duas possibilidades: *pôr-se a*, *tornar-se a* etc.

Diferentemente de Lobato e Pontes, Borba et al. (1984) não incluem os verbos modais entre os auxiliares. Os autores consideram que, no tratamento da modalização lexicalizada por verbos, é preciso considerar “todos os verbos que expressam a categoria de modo nos enunciados” (Ibidem, p.17) e não apenas os grupos formados por *modal* + *infinitivo*, que têm ambos o mesmo sujeito e o mesmo predicado. Alegam, também, “que nos enunciados modalizados por verbos não existe, na verdade, um verbo “principal” e um “auxiliar” nos mesmos moldes dos grupos em que o primeiro verbo indica as categorias de voz, tempo e aspecto” (Ibidem, p.17). Sob esta perspectiva, sugerem que sejam considerados dois grupos de verbos que se constroem com as formas nominais: auxiliares e modais. Essa proposta diverge também de Olbertz (1998), citada anteriormente, que considera o verbo *poder* como modal e semiauxiliar.

Para alguns gramáticos como Cunha e Cintra (2001) e Bechara (2009), os verbos auxiliares são desprovidos total ou parcialmente da acepção própria e se juntam a outro verbo, para o qual emprestam matizes significativos especiais. Esses autores chamam de *locução verbal* o conjunto que se forma da junção de um verbo auxiliar com um verbo principal.

Cunha e Cintra (2001) classificam os verbos *ter*, *haver*, *ser* e *estar* como os auxiliares de uso mais frequente. Embora não façam alusão ao modal *poder*, admitem a existência de outros verbos que podem funcionar como auxiliares e citam *ir*, *vir*, *andar* e outros que se ligam ao verbo principal, expressando tempo ou marcando certos aspectos do desenvolvimento da ação.

Concordando com estes autores, Bechara (2009) assume os verbos *ter*, *haver*, *ser* e *estar* como auxiliares, incluindo, entre eles, o verbo *ficar*. Além desses, o autor apresenta quatro subtipos de auxiliares, entre os quais inclui o verbo *poder*:

- *auxiliares acurativos*: verbos que determinam, com mais rigor, aspectos como: início de ação (*começar a*, *pôr-se a*); iminência de ação (*estar para*, *pegar a*); continuidade de ação (*continuar*) e desenvolvimento gradual da ação, duração (*estar a*, *andar*, *vir e ir*), sempre combinados com o infinitivo ou gerúndio do verbo principal;

- *auxiliares modais*: “se combinam com o infinitivo ou gerúndio do verbo principal para determinar com mais rigor o modo como se realiza ou se deixa de realizar a ação verbal” (BECHARA, p. 232): necessidade, obrigação e dever (*haver de*, *ter de*, *dever*, *precisar*); possibilidade ou capacidade (*poder*); vontade ou desejo (*querer*, *desejar*, *odiar*, *abominar*); tentativa ou esforço (*buscar*, *pretender*, *tentar*, *ousar*, *atrever-se a*); consecução (*conseguir*, *lograr*); aparência, dúvida (*parecer*); movimento para realizar um intento futuro (*ir*); resultado (*vir a*, *chegar a*), sempre combinados com o infinitivo ou gerúndio do verbo principal;

- *auxiliares causativos e sensitivos*: juntam-se a infinitivo ou gerúndio do verbo principal, não formam locução verbal, (embora, muitas vezes, comportam-se como tal). São, respectivamente, os verbos *deixar*, *mandar*, *fazer* e sinônimos (causativos) e *ver*, *ouvir*, *olhar*, *sentir* e sinônimos (sensitivos).

Sob a perspectiva da Gramaticalização, Ilari e Basso (2008, p.178) apontam o seguinte trajeto para os verbos auxiliares:

Para entender o que é um verbo auxiliar, interessa entender que, durante o processo de gramaticalização, as formas lingüísticas passam por várias fases: palavras de sentido pleno podem eventualmente assumir uma significação abstrata e ser utilizadas apenas em contextos altamente específicos; essas palavras de significação abstrata podem eventualmente se soldar a outras, transformando-se em morfemas gramaticais (é precisamente essa a história do futuro e do condicional português: *habeo domum* > *habeo facere* > *facere habeo* > *farei*).

Mais recentemente, Castilho (2010) oferece a sua definição de verbos auxiliares: são indicadores de aspecto, tempo e modo, que têm, à sua direita, verbos plenos na forma nominal (infinitivo, gerúndio ou particípio), aos quais atribuem as categorias de pessoa e número. O autor também faz um estudo da gramaticalização dos verbos *ter*, *haver*, *ser* e *estar* como auxiliares, para exemplificar a migração sofrida por estes verbos: de pleno para funcional e, a seguir, auxiliar; mas também apresenta outros verbos como auxiliares (dentre eles: *começar*, *poder*, *querer*, *vir*, *ir*, *ficar* e *andar*). Utilizando quatro testes de identificação dos verbos auxiliares (sujeito da expressão, escopo da negação, inserção de expressões entre o primeiro e o segundo verbo do conjunto e alterações do sentido lexical do primeiro verbo), o autor aponta que os resultados não dão conta de esclarecer a categorização da auxiliaridade: “Os resultados revelam a existência de diferentes graus de gramaticalização dos verbos plenos em sua alteração para verbos auxiliares.” (CASTILHO, 2010, p.450). Mesmo reconhecendo a eficácia relativa dos testes, o autor apresenta os verbos *ser*, *estar*, *ter* e *haver* + particípio; *estar* + gerúndio e *ir* + infinitivo como auxiliares, e classifica os verbos *tornar a*, *voltar a*, *querer*, *dever*, *começar*, *continuar* + infinitivo como núcleos contíguos de sentenças distintas, o que o leva a entender perífrase de modo amplo, reunindo aquelas que ainda estão a caminho de sua gramaticalização às mais cristalizadas.

A consulta à bibliografia sobre a auxiliaridade evidencia a divergência de conceitos existentes. Há consenso em relação à existência de uma classe de verbos auxiliares, mas os verbos que fazem parte desta classe variam bastante, a depender do autor e de seu ponto de vista teórico. Sendo assim, optamos por uma definição operacional de auxiliaridade, que será utilizada na análise dos usos do verbo *poder*. Será considerado auxiliar o verbo que traz indicações de pessoa, número, tempo, aspecto e modo e que se junta a um verbo principal, sempre na forma não-finita (infinitivo, gerúndio ou particípio), formando com ele uma unidade coesa e significativa, a que chamaremos de uma perífrase verbal.

Essa conceituação, no entanto, apenas identifica a função e a estrutura em que ocorre um verbo auxiliar, mas não é suficiente para caracterizá-lo. Os critérios encontrados na literatura para definir o estatuto categorial dos verbos auxiliares nas línguas também são não consensuais: há critérios morfológicos, que lidam com a presença ou ausência de flexões (como a concordância de número); sintáticos (a expressão do sujeito, a ordem dos constituintes na oração etc) e semânticos (como as alterações do sentido lexical do primeiro verbo e escopo da negação). Desse modo, a fim de demonstrarmos se um verbo participa da sentença como um verbo pleno, se forma uma unidade coesa com o verbo principal, funcionando, então, como auxiliar ou para, simplesmente, tentar definir o lugar que os auxiliares ocupam ou podem ocupar na gramática, teremos de aplicar testes que evidenciem seu comportamento. Concordando com Lobato (1975, p.29), ao afirmar “que a multiplicidade de critérios de que dispõe o linguista está na base das divergências entre as diferentes análises”, entendemos que seja pertinente discutir alguns critérios apontados por importantes estudiosos desse assunto. Posteriormente, iremos verificar quais são mais adequados para uma análise do grau de auxiliaridade do modal *poder*.

2 SIGNIFICAÇÃO GRAMATICAL: CRITÉRIOS DE AUXILIARIDADE

Os critérios aqui elencados foram discutidos por estudiosos sobre auxiliaridade em Português e em outras línguas: Pontes (1973), Lobato (1975), Almeida (1980), Borba et al. (1984), Longo (1990), Heine (1993), Olbertz (1998), Ilari e Basso (2008) e Castilho (2010). Esses critérios serão apresentados a seguir. Ao final, agrupamos aqueles que são

coincidentes e que consideramos pertinentes para a análise dos dados, muito embora, às vezes, os pontos de vista dos autores sejam diferentes.

1º critério: **incidência da negação sobre o conjunto**

Este critério é admitido pela maioria dos autores, como Pontes (1973), Borba et al. (1984), Longo (1990), Heine (1993), Ilari e Basso (2008), Castilho (2010) e Lobato (1975), que consideram este critério muito produtivo na identificação de verbos auxiliares. De acordo com esse critério, uma sequência verbal com auxiliar não pode ser separada por uma negação. Ao examinar uma lista de verbos em português, Lobato (1975) evidencia que, em algumas sequências verbais, é possível negar o primeiro e o segundo verbo, com alguma mudança de sentido, o que levaria a entender que são duas formas diferentes, ou seja, são duas orações diferentes e, portanto, não há auxiliaridade. É o que acontece com o verbo *poder*, que, segundo este critério, não seria considerado auxiliar (LOBATO, 1975, p.55):

- (17) a. Maria *pode vir*.
- b. Maria *não pode vir*.
- c. Maria *pode não vir*.
- d. Maria *não pode não vir*.

Seriam, então, considerados auxiliares, os verbos que, em uma sequência verbal, a negação incidisse sobre todo o grupo verbal. Verbos como *ter* e *ser*, por exemplo, impossibilitam a inserção de negação entre eles e seus auxiliados, como em (18c) e (18d), com o verbo *ter* e (19c) e (19d), com o verbo *ser* (LOBATO, 1975, p.57):

- (18) a. João *tem dormido* muito.
 b. João *não tem dormido* muito
 c.*João *tem não dormido* muito.
 d.*João *não tem não dormido* muito.
- (19) a. João é respeitado por todos.
 b. João não é respeitado por todos.
 c.*João é não respeitado por todos.
 d.*João não é não respeitado por todos

Concordamos com a afirmação de Borba et al. (1984) de que este é um critério que apresenta uma condição necessária, mas não suficiente. Acreditamos que verificações em torno deste e de outros critérios serão úteis em nossa análise do modal *poder*.

2º critério: **perda semântica**

Durante o processo de gramaticalização, o verbo auxiliar sofre perda sêmica (LOBATO, 1975; ALMEIDA, 1980; LONGO, 1990; HEINE, 1993; ILARI e BASSO, 2008 e CASTILHO, 2010). Segundo Lobato (1975), quanto maior o grau de gramaticalização, maior será o esvaziamento semântico. Como exemplo, a autora cita a seguinte sequência:

(20) *eu vou ficar aqui*

em que o sema /espacial/ do verbo *ir*, presente em *eu vou à Bahia*, se perdeu. Heine (1993) afirma que os auxiliares, por sofrerem perda sêmica, não podem ser o *predicado principal* (semântico) da oração.

Assumindo que muitos verbos podem sofrer esvaziamento semântico, concordamos com Lobato (1975) ao admitir que há vários graus de perda, pois “nem todos os

verbos suscetíveis de serem seguidos superficialmente de infinitivo, gerúndio ou particípio parecem sofrer essa perda...” (LOBATO, 1975, p.30).

Também nos parece muito pertinente a observação de Almeida (1980) que, ao utilizar um critério semântico, trata do processo de gramaticalização das formas verbais, intimamente ligado à constituição de perífrases verbais. O autor defende que, mesmo na perífrase mais pura, não ocorre “o fenômeno do esvaziamento semântico, havendo sim a transição da significação léxica para a significação gramatical, e não se pode desprezar, observando-se a significação léxica, a tendência para a auxiliaridade...” (ALMEIDA, 1980, p.8). Desse modo, ao analisar as perífrases, torna-se necessário observarmos os traços que ora apontam mais para a significação léxica ora mais para a gramatical, na tentativa de se elaborar, então, um eixo contínuo das transições de significação léxica para a gramatical.

Assim, classificar um verbo como auxiliar somente pelo critério de perda semântica não nos parece uma condição suficiente. Pretendemos, então, observar o uso do verbo *poder* neste eixo de transições de significações: de verbo pleno para auxiliar.

Ressaltamos, neste ponto, que os critérios de auxiliaridade mais comumente utilizados são aqueles que evidenciam comportamento sintático do conjunto em auxiliação. São critérios sintáticos:

3º critério: **existência de sujeito único para o conjunto**

Este critério é defendido por vários autores (LOBATO, 1975; ALMEIDA, 1980; BORBA et al.,1984; ILARI e BASSO, 2008; CASTILHO, 2010). Afirmo Lobato (1975, p.31) que “se realmente se dá na língua o processo de auxiliação no sentido estrito da palavra, será

verdade que os dois verbos terão um só sujeito. Temos então o direito de estabelecer a identidade de sujeitos como sendo necessária nesses casos”. Vejamos o exemplo dado pela autora, apontando que o verbo *mandar*, segundo este critério, não deve ser considerado auxiliar (LOBATO, 1975, p.31):

- (21) *mandei fazer um terno para mim*
 a. *eu mandei / /X fazer um terno para mim.*

Almeida (1980) chama este critério de *correspondência entre agentes*: partindo de construções de infinitivo, Almeida mostra que também é possível a determinação de perífrases por meio da identificação do agente a que se refere o verbo. Em (22), nota-se que cada um dos componentes verbais faz referência a um agente diferente, não ocorrendo, assim, a perífrase, embora o autor admita não ser possível negar a incidência de um verbo sobre o outro (ALMEIDA, 1980, p.7):

- (22) *deixei-o trabalhar*

Já em (23), é possível se fazer uma interpretação em que os dois verbos se referem a um único agente, ocorrendo, assim, um exemplo de perífrase:

- (23) [eu]⁵ *estava trabalhando*

Borba et al. (1984) concordam com Lobato (1975) e Almeida (1980) e afirmam que um GV (grupo verbal) comporta só um sujeito, que se vincula ao VP (verbo principal). Para os autores, este critério se aplica à totalidade dos casos tradicionalmente vistos como *locuções verbais*.

⁵A marcação de sujeito foi adicionada para maior clareza, mas não consta no exemplo original de Almeida (1980).

Pelo exposto até aqui, observamos que, ao admitir um único sujeito para o conjunto em auxílio (auxiliar + verbo principal), estamos admitindo, também, a impossibilidade de separação do conjunto, ou seja, se temos um grupo composto por mais de um verbo, em que um deles está na forma não-finita e, se existe um só sujeito, não há possibilidade de desdobramento da sequência, caso contrário, teríamos um enunciado composto de mais de uma oração. Desse modo, entendemos que o critério da *existência de sujeito único para o conjunto* é relevante para a determinação do estatuto do verbo *poder* como auxiliar.

4º critério: **ocorrência de elementos entre os verbos do conjunto**

Para determinar o grau de ligação entre auxiliante e auxiliado por meio de vários testes, Lobato (1975), assim como Longo (1990), mostra que a inserção de circunstâncias temporais entre dois verbos em sequência não é restringida, ou seja, há possibilidade de adjuntos adverbiais temporais se posicionarem junto de ambos os verbos. Os complexos mais ligados seriam aqueles em que, independentemente da sua posição, o circunstante incidiria sobre o grupo verbal inteiro; em outras palavras, é considerado sintagma verbal a perífrase que permitir a incidência do elemento temporal sobre o grupo verbal, enquanto os complexos menos ligados seriam aqueles em que a incidência do circunstante temporal variaria de acordo com sua posição na oração.

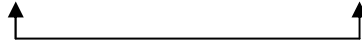
Borba et al. (1984, p.13) declaram ser esta mais uma condição necessária, mas não suficiente. “Se há um GV o adjunto adverbial de tempo incide sobre ele; se não, a incidência é regulada pela posição do circunstante no enunciado”. São exemplos (BORBA et al., 1984, p.13-14):

- *Ontem* incide sobre o GV

(24) a. Ontem Wanda pôs-se a chorar sem motivo.

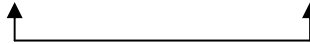


b. Wanda pôs-se a chorar sem motivos ontem.



- *Sempre* não incide sobre o GV

(25) a. Você suporta ver filmes de terror sempre?



b. Você sempre suporta ver filmes de terror?



Embora admitindo que exista auxiliaridade quando a incidência temporal recai sobre todo o grupo verbal, os autores alegam que a classe delimitada por esse critério é muito heterogênea, dificultando decidir, apenas por meio desse critério, se um verbo é ou não auxiliar.

Outros autores também discutem essa questão. Segundo Ilari e Basso (2008), para que a auxiliaridade fique caracterizada de forma completa, uma das condições a serem satisfeitas é a de que não ocorram elementos entre os verbos (V^1 e V^2) ou, quando houver algum elemento, será limitado a palavras de um tipo particular: pronomes átonos e adjuntos adverbiais. Para os autores, são poucas as expressões que poderiam ocorrer entre os verbos da perífrase sem comprometer a boa formação da sentença. Eles citam exemplos que consideram agramaticais (ILARI e BASSO, 2008, p. 180):

(26) *João foi *ontem* visto...

(27) *João foi *felizmente* visto...

(28) *João foi *chorando* visto...

Além dos circunstantes temporais, também podemos analisar se ocorre algum outro tipo de elemento entre os verbos que compõem o grupo verbal, como teste na verificação da auxiliaridade (ILARI e BASSO, 2008; CASTILHO, 2010).

Acreditamos que uma sequência de dois verbos em uma oração não inibe a inserção de circunstantes temporais ou de qualquer outro elemento entre eles. É preciso verificar, no entanto, se ocorre alguma mudança sintática ou semântica de algum dos verbos do conjunto verbal a depender, até mesmo, da posição em que se encontra o elemento interveniente.

Portanto, esse critério nos parece relevante, uma vez que nos permitirá verificar possíveis intervenções semânticas, além da coesividade sintática existente entre os verbos do conjunto.

5º critério: **posição fixa na perífrase**

Segundo Pontes (1973, p.46), dentro de uma sequência verbal não se pode trocar as posições, ou seja, em primeiro lugar sempre ocorre o auxiliar e depois a forma não-finita.

Lobato (1975) se refere a este critério como *ordem superficial dos termos*: em geral, a sequência linear do texto é auxiliar + principal, sendo que o verbo auxiliar não pode suceder o verbo principal. A autora aponta que, embora seja uma regra rígida, a ordem pode ser invertida e as formas verbais dissociadas em algumas sequências, como no exemplo que segue (LOBATO, 1975, p.35):

(29) “*Eleito que foi Saul e achado, trouxe-o o profeta Samuel a público e mostrou-o ao povo*”

Para Heine (1993), os auxiliares tendem a ocorrer em uma ordem fixa e em uma posição fixa na oração. No entanto, o autor levanta outra questão: em línguas com ordem SVO dominante, um auxiliar flexionado sempre precede o verbo principal (auxiliar flexionado + verbo principal); em línguas com ordem SOV, um auxiliar flexionado sempre segue o verbo principal (verbo principal + auxiliar flexionado). Heine cita Steele (1978), que propõe uma generalização: nenhuma língua com a ordem SVO ou SOV ou com ordem livre de palavras tem seus auxiliares na posição final da oração.

Segundo Ilari e Basso (2008, p.179), para que o verbo possa ser reconhecido como um autêntico verbo auxiliar, ele deve aparecer “numa posição altamente previsível, possivelmente num ambiente sintático bem caracterizado e fixo”. Em consequência, os verbos sujeitos a operações de deslocamento, alçamento etc, serão tratados como verbos independentes e não como verbos auxiliares.

Além da questão da ordem fixa na perífrase, ressaltamos que o verbo auxiliar também pode ocorrer em uma cadeia de verbos. Segundo Pontes (1973), em uma sequência verbal em que há verbo auxiliar, é possível encontrar sequências de até quatro verbos encadeados, como em (30) e, ao se considerar uma construção passiva, pode-se encontrar cinco verbos (31) (PONTES, 1973, p.45-46):

(30) *devemos ter estado comprando.*

(31) *deve ter estado sendo comprado*

Gómez Torrego (1999), que estuda a auxiliaridade no espanhol, afirma que, em um único núcleo perifrástico, podem aparecer vários verbos formando uma cadeia de auxiliaridade. Os verbos que constituem essa cadeia incidem sobre o verbo auxiliado, que só pode ser um único verbo. Há, então, uma oração simples sintaticamente segmentada em

auxiliar (toda a cadeia) + auxiliado, sendo que cada auxiliar traz um valor semântico diferente. O autor exemplifica (GÓMEZ TORREGO, 1999, p.3347):

(32) *Puede llegar a tener que volver a empezar a trabajar.*

(Pode chegar a ter que voltar a começar a trabalhar)

Puede: auxiliar 1: possibilidade
llegar a : auxiliar 2: logro, realização
tener que: auxiliar 3: obrigação
volver a: auxiliar 4: reiteração
empezar a: auxiliar 5: incoação
trabajar: auxiliado

No entanto, o critério **posição fixa na perífrase** não nos parece constituir um fator relevante para a análise do verbo *poder*, uma vez que, em língua portuguesa, as perífrases compostas por ele são sempre fixas e ocorrem na mesma ordem: verbo *poder* + verbo principal no infinitivo, mesmo que a sentença se constitua em um encadeamento verbal.

6º critério: **pronominalização**

Esse critério é muitas vezes utilizado para diferenciar verbos auxiliares e verbos ordinários. Segundo Lobato (1975), consiste na tentativa de se substituir o auxiliado (a forma nominal) por um pronome. Se houver a possibilidade de substituição, serão dois verbos principais, sendo o infinitivo uma nominalização. Caso não haja a possibilidade de substituição, então, será uma só oração, sendo o verbo flexionado um auxiliar.

Borba et al. (1984, p.15) apresentam as seguintes ocorrências, mostrando que, se a substituição do segundo verbo por um pronome não é possível, como em (34), então, tem-se um GV, em que o primeiro verbo é um auxiliar:

(33) *Queres dançar na chuva? Quero-o, quero isso.*

(34) *Não posso carregar este fardo. *Não o posso.*

Para Longo (1990), este teste apresenta dois problemas: 1º) com formas nominais no particípio, ele pode falhar, sendo o pronome admitido em frases com verbos que são auxiliares segundo os demais critérios, como aponta em (35) e, 2º) a pronominalização com *o* e com *isso* nem sempre é igualmente aceitável, como em (36):

(35) A filha legítima era amada pelos pais, mas a adotiva também *o* era.

(36) a. Os funcionários grevistas foram demitidos, mas os outros não *o* foram.

b. *Os funcionários grevistas foram demitidos, mas os outros não foram *isso*.

Olbertz (1998) também propõe dois testes sintáticos para a distinção entre perífrases e construções não-perifrásticas. Subjacente a estes testes está o seguinte princípio: construções lexicais com infinitivos, gerúndios e particípios podem ser parafraseadas ou mesmo manipuladas, dependendo da relação sintagmática específica entre o componente finito e o não-finito. Se estas manipulações não são possíveis, conclui-se que a construção é uma perífrase. Embora os testes, inicialmente, sejam aplicados somente às construções com infinitivo, a autora esclarece que os princípios discutidos são os mesmos para as construções com gerúndio e particípio.

O primeiro teste proposto pela autora é o da pronominalização e está relacionado com o fato de que, com construções lexicais contendo formas verbais não-finitas, é sempre possível substituir a forma não-finita por alguma outra expressão linguística, como em (37) e suas variantes: em (37a), o complemento infinitivo foi pronominalizado; em (37b), ele foi questionado; em (37c), foi substituído por construção nominal e, em (37d), por uma oração finita (OLBERTZ, 1998, p.39):

(37) *soñaron con ser arrastrados por las ninfas a las más tiernas y desenfrenadas orgías*

(sonharam em ser arrastados por ninfas para as orgias mais ternas e selvagens)

a. *con eso soñaron*
(sonharam com isso)

b. *¿Con qué soñaron?*
(com o que sonharam?)

c. *soñaron con tiernas y desenfrenadas orgías*
(sonharam com ternas e selvagens orgias)

d. *soñaron con que fueran arrastrados por las ninfas a las más tiernas y desenfrenadas orgías.*

(sonharam que fossem arrastados por ninfas para as mais ternas e selvagens orgias)

Este teste aponta que tais manipulações não são possíveis no caso das perífrases: é impossível substituir o verbo principal e seus argumentos por uma pró-forma, um item lexical não-verbal ou por uma oração finita, como mostra (38a), em que o pronome *eso* não se refere ao infinitivo e seus argumentos (OLBERTZ, 1998, p.40):

(38) *no les voy a contar toda la historia*
(não vou contar para vocês toda a história)

a. * *no voy a eso*
(*não vou isso)

Parece-nos importante a aplicação deste critério ao verbo *poder*, a fim de avaliarmos se é possível a substituição de todo o estado-de-coisas por pronomes, por exemplo, *o* e *isso*.

7º critério: **possibilidade de flexão do verbo auxiliar**

Partindo da oração simples: *João comprou o livro*, Pontes (1973) aplicou a técnica da *substituição*, em que a forma *comprou* é substituída por algumas sequências verbais: *está comprando*, *vai comprar*, *tinha comprado*, e verificou que, em uma sequência verbal, o primeiro elemento, combinado com morfemas de tempo e pessoa, flexiona-se. Os morfemas de pessoa levam o verbo a concordar com o sujeito da oração, a variar de acordo com a pessoa do sujeito:

(39) *João está comprando...*

(40) *João vai comprar...*

(41) *João tinha comprado...*

Este critério também foi citado por Lobato (1975) em seus estudos sobre a definição de verbo auxiliar: em uma relação de auxiliação, o sintagma verbal é composto de uma forma verbal *flexionada* seguida de outra forma verbal no infinitivo, gerúndio ou particípio (LOBATO, 1975, p.33):

(42) auxiliar + infinitivo: *vai ler*

(43) auxiliar + gerúndio: *está lendo*

(44) auxiliar + particípio: *é lido*

Heine (1993) apresenta critério semelhante: ele admite que os verbos auxiliares carregam toda a informação morfológica relativa ao predicado, tal como as marcas de distinção de pessoa, número, tempo/aspecto/modalidade etc.

Temos, assim, um primeiro critério morfológico a ser investigado em relação ao verbo *poder*: a variação flexional. Concordando com Heine, defendemos que o verbo auxiliar pode fornecer informações morfológicas para o domínio tempo/modalidade/pessoa/número.

8º critério: **restrições paradigmáticas**

Critério também morfológico, apresentado por Lobato (1975), segundo o qual todo auxiliar é defectivo, pois lhe faltam o particípio passado e o imperativo. Lobato, porém, observa que a ausência de imperativo é propriedade de uma vasta classe de verbos, mais abrangente que a dos auxiliares e que ela chama de classe dos *verbos de estado* (*ser, estar, ter, haver, conter possuir, necessitar, precisar, carecer, conhecer* etc), o que deixa claro que a falta de imperativo não caracterizaria uma classe de auxiliares de maneira única e exclusiva. Assim, também a ausência de particípio passado não deve ser generalizada, uma vez que o verbo *ser* da construção passiva pode receber essa forma (LOBATO, 1975, p.35):

(45) O professor acabou a aula sem a matéria *ter sido dada*.

Heine (1993), do mesmo modo, afirma que, embora tenham algumas propriedades verbais, os auxiliares também apresentam um comportamento verbal reduzido, tendo, por exemplo, *paradigmas altamente defectivos*. O que, para nós, faz com que este critério tenha pouca relevância em relação ao verbo *poder*, que também admite o particípio passado. Portanto, não o utilizaremos na análise dos dados.

9º critério: **oposição a uma forma simples**

Lobato (1975) e Almeida (1980) fazem oposição entre formas simples e compostas para a determinação da perífrase. Desse modo, se houver correspondência entre essas formas, haverá perífrase, ou seja, somente a perífrase verbal aceitaria a estrutura oposta. Os exemplos, retirados de Almeida (1980, p.8), mostram que somente (49) não faz

correspondência com a forma simples, pois cada um dos componentes verbais faz referência a um agente diferente, não ocorrendo, assim, a perífrase:

(46) *estava trabalhando / trabalhava*

(47) *tinha partido / partira*

(48) *hei de vencer / vencerei*

(49)**deixei-o trabalhar / ----*

Embora apresentado pelos autores como um critério distinto, entendemos que ele é coincidente com o 3º critério: *existência de sujeito único para o conjunto*, pois classifica o verbo como auxiliar ou não a depender do sujeito ao qual os verbos do conjunto fazem referência: se for o mesmo, teremos perífrase, do contrário não.

10º critério: **omissão do componente não-finito**

Esse é o segundo teste sintático proposto por Olbertz (1998) para a distinção entre perífrases e construções não-perifrásticas: com construções lexicais, é possível omitir completamente o componente não-finito, como mostra (50), cuja construção lexical traz um complemento na função de satélite⁶, em que é possível deixar o satélite de fora. São exemplos de Olbertz (1998, p.42):

(50) *me fui a trabajar con él*
(eu fui trabalhar com ele)

a. *me fui*
(fui)

⁶ A função de satélite, na Gramática Funcional proposta por Dik (1989), é atribuída a uma variedade de elementos: nominais, pronominais, preposicionais, adjetivais, adverbiais ou mesmo oracionais, que exercem uma função designativa.

Mas, em espanhol, esta possibilidade é excluída quando se trata de perífrases. Na construção que segue, por exemplo, (a) não é uma resposta adequada para (51) (OLBERTZ, 1998, p. 42):

(51) ¿*Vas a empezar?*
(Você vai começar?)

a.**Sí, claro que voy.*
(Sim, claro que vou)

Assim, para o espanhol, a aplicação do teste mostra que o auxiliar perifrástico pode expressar seu significado gramatical apenas em combinação com a forma verbal não-finita específica que ele modifica.

Em português, ao contrário, é perfeitamente possível omitirmos todo o estado-de-coisas sem prejuízo semântico da sentença, como em (52), o que torna esse teste improdutivo na verificação do estatuto de auxiliaridade do verbo *poder*.

(52) João pode sair hoje?

a. Pode.

Tendo em vista essas considerações, listamos, no Quadro 1, os critérios de análise de auxiliaridade verbal que consideramos pertinentes para a análise do verbo *poder* e que mostram algumas propriedades para se identificar se uma sequência verbal se constitui em uma perífrase ou em duas orações distintas.

Quadro 1: Critérios de auxiliariade verbal, de acordo com os autores citados

Autores / Critérios auxiliariade	Pontes (1973)	Lobato (1975)	Almeida (1980)	Borba et al. (1984)	Longo (1990)	Heine (1993)	Olbertz (1998)	Ilari e Basso (2008)	Castilho (2010)
Incidência da negação sobre a perífrase	X	X		X	X	X		X	X
Existência de sujeito único para o conjunto		X	X	X				X	X
Ocorrência de elementos entre os verbos da perífrase		X		X	X			X	X
Pronominalização		X		X	X		X		
Possibilidade de flexão do verbo auxiliar	X	X				X			

Alguns critérios não foram aqui discutidos:

- o segundo elemento da sequência verbal é sempre uma das formas não-finitas de um verbo: infinitivo, gerúndio ou particípio (PONTES, 1973; LOBATO, 1975; ALMEIDA, 1980 e HEINE, 1993);

- não é de forma aleatória que o verbo principal na forma nominal (infinitivo, gerúndio ou particípio) ocorre na oração, pois existem algumas classes de verbos auxiliares que só aceitam um tipo de forma não-finita e não outra (PONTES, 1973).

Entendemos não haver necessidade de se fazer testes com estes itens, pois o verbo *poder*, como já dissemos no início deste capítulo, não admite outra forma não-finita, além do infinitivo: *poder* + infinitivo.

Também não foram considerados os critérios:

- Grupo prosódico, proposto por Lobato (1975), em que o conjunto em auxiliação forma um só grupo fonético, pois tal critério vai além dos propósitos deste trabalho, sua avaliação demandaria outro percurso na pesquisa;

- Frequência de ocorrência: segundo Lobato (1975) e Heine (1993), somente a unidade verbal muito frequentemente seguida de infinitivo, gerúndio ou particípio é que poderia ser considerada auxiliar. A frequência seria, então, significativa para intuir se uma categoria da língua está sendo utilizada ou não e, em relação aos auxiliares, admitir que não apenas os auxiliares, mas todo elemento gramatical da língua tem uma média de frequência. Entretanto, esse critério também não foi selecionado por pressupor um estudo estatístico, o que não se constitui em objetivo deste trabalho.

Os critérios aqui expostos mostram que peculiaridades sintáticas, morfológicas e semânticas ou a combinação delas têm sido utilizadas como instrumentos para a verificação e caracterização dos verbos auxiliares. Em item posterior, faremos a aplicação destes critérios a fim de contribuímos com a definição do estatuto do verbo *poder* como auxiliar.

3 SIGNIFICAÇÃO PLENA: TRANSITIVIDADE

De acordo com Castilho (2010, p.397), “verbos plenos são os que funcionam como núcleos sentenciais, selecionando argumentos e atribuindo-lhes papéis temáticos”. Desse modo, enquanto núcleo do predicado, o verbo *poder* é verbo pleno e a sua construção se dá com um sintagma nominal único.

Segundo Pontes (1973), o verbo *poder* se constrói como pleno quando, seguido pela preposição *com*, significa *ter poder*, suportar ou conseguir algo por meio de suas próprias forças ou habilidades físicas ou intelectuais (PONTES, 1973, p.100):

(53) Ninguém *pode* comigo!

Borba (1991, p. 1024) aponta vários usos do verbo *poder* como pleno, indicando estado com sujeito inativo:

(i) sem complemento, significa *ter poder*:

(54) O mundo é de quem *pode*.;

(ii) com dois complementos: um expresso por nome indicativo de **poder de que se dispõe** e outro da forma **contra** +nome indicativo de **alvo em relação ao qual exercerá a capacidade que se tem**, *significa ter força*:

(55) Que *poderão* os outros, contra o que nos sucedeu?;

(iii) com complemento da forma **com** + nome indicativo de **peso, altura ou carga**, *significa aguentar, suportar*:

(56) Não *posso* com altura.;

(iv) com complemento da forma **com** + nome, *significa ter poder sobre*:

(57) É verdade, com as verdades de Deus ninguém *pode*.

Entendemos que, se o verbo *poder* pleno é ainda utilizado como verbo principal em muitas sentenças da língua, parece ter resistido ao processo de gramaticalização e esvaziamento total de sua significação.

Desse modo, e considerando todo o exposto até este momento, a nossa pesquisa passará pela verificação das possibilidades de o verbo *poder* ser considerado não só auxiliar, mas pleno também. Assim, poderemos confirmar se estas características do verbo *poder* e dos verbos que o acompanham (quando auxiliar), apontadas pelos autores citados, aparecem, plenamente no uso diário que se faz da língua.

Uma vez que o propósito deste trabalho é empreender uma descrição do verbo *poder* no português do Brasil - o que inclui seu valor como verbo auxiliar modal - faremos, primeiramente, um breve levantamento da tipologia das modalidades linguísticas para, então, procedermos à análise e discussão de nossos dados.

CAPÍTULO II

O VERBO *PODER*: A QUESTÃO DAS MODALIDADES

Neste capítulo, trataremos da problemática das modalidades, uma vez que a análise do auxiliar *poder* passa pela verificação de seu estatuto como verbo modal. Primeiramente, apresentaremos alguns princípios do tratamento funcional para o estudo das modalidades; em seguida, faremos algumas considerações sobre o tratamento das modalidades na Gramática Discursivo-Funcional (doravante GDF), bem como algumas observações sobre a polissemia dos verbos modais.

1 A ABORDAGEM FUNCIONAL DAS MODALIDADES

Definidas como a gramaticalização das atitudes e opiniões do falante (PALMER, 1986) ou como o modo como o falante expressa suas opiniões ou atitudes em relação à proposição que a sentença expressa ou à situação que elas descrevem (LYONS, 1977), as modalidades vêm sendo estudadas desde os lógicos (tendo em Aristóteles sua descrição primeira) e continuam despertando o interesse de pesquisadores nas diversas áreas, sendo analisadas sob variadas perspectivas teóricas.

Em trabalho anterior (LEITE, 2002, p.18), no qual tratamos das modalidades linguísticas, mostramos que “muitas são as possibilidades de abordagem do fenômeno da modalização segundo se busque seu entendimento a partir de critérios lógicos, linguísticos ou semióticos”. Para muitos pesquisadores, este é um campo difícil de apreender e com limites ainda não estabelecidos (CERVONI, 1989; DALL’AGLIO HATTNER, 1995).

Desse modo, vários estudiosos, ao tentarem definir e estabelecer parâmetros para as modalidades, acabam, muitas vezes, por privilegiar somente uma instância: Ross (1969) privilegia a sintaxe; Lyons (1977) trata as modalidades pela ótica da semântica e Parret (1988) privilegia a pragmática. De acordo com Dall’Aglío Hattner (1995, p.18):

... a distribuição sintática irregular das formas modalizadoras nos permite considerar as modalidades como um fenômeno linguístico resistente a uma abordagem puramente sintática, assim como a polissemia dessas formas também inviabiliza uma sistematização feita exclusivamente a partir da análise semântica. O caminho parece ser, então, a busca de uma sistematização sintática, semântica e pragmática das modalidades.

Concordando com Dall’Aglío Hattner, entendemos que um modelo funcionalista – que considera a linguagem como um instrumento de interação verbal entre usuários de uma língua natural e coloca sob exame a competência comunicativa – mostra-se perfeitamente adequado para o estudo das modalidades. Propondo a análise integrada das funções dos elementos nos níveis pragmático, semântico e sintático, diferentes escolas funcionalistas oferecem modelos de análises das modalidades: Halliday (1970, 1985), Van Valin e Lapolla (1997), Givón (2001), Hengeveld (1988, 1989 e 2004) e Hengeveld e Mackenzie (2008).

Halliday (1970, p.328), assim como vários autores, reconhece a atitude do falante como essencial para a caracterização das modalidades linguísticas: “modalidade significa o julgamento do falante sobre as probabilidades ou obrigações envolvidas naquilo que está

sendo dito”.⁷ Em seu modelo de 1985, Halliday considera que a modalidade reflete a função interpessoal da língua, na qual as relações sociais são impressas no discurso, na interação.

Considerando a modalidade como uma zona intermediária entre a polaridade positiva e negativa, o autor propõe dois tipos de modalidade, relacionando a função da linguagem à forma da sentença: Modalização (a sentença é uma *informação*, uma proposição realizada no indicativo e indicará uma probabilidade ou uma habitualidade) e Modulação (a sentença é uma sentença de *bens e serviços*, que pode ser caracterizada como imperativa e será ou uma obrigação, relacionada à ordem ou uma inclinação, relacionada a uma oferta). Essa classificação firma-se na distinção básica e tradicional entre modalidade epistêmica (modalização) e modalidade deôntica (modulação).

A Gramática de Papel e Referência (*Role and Reference Grammar* – RRG), uma das vertentes norte-americanas de funcionalismo, elaborada por Van Valin e Lapolla (1997), vê a língua como um sistema de ação social comunicativa e defende uma gramática estratificada, que analisa os elementos sintáticos, semânticos e pragmáticos de forma integrada. Embora esses autores não proponham um modelo de análise muito elaborado das modalidades, eles revelam uma relação hierárquica entre os diversos subtipos modais, colaborando em muito para a distinção entre modalidade epistêmica e evidencialidade.

Givón (2001), considerando as modalidades como um domínio funcional complexo, define quatro campos modais, de acordo com o papel do falante e do ouvinte na interação comunicativa: i) pressuposição: a proposição é aceita como verdadeira por definição; ii) *realis*: a proposição é fortemente aceita como verdadeira; iii) *irrealis*: a proposição é fracamente aceita como possível e iv) asserção negativa: a proposição é fortemente aceita como falsa. Para o autor, o contraste *realis* e *irrealis* não é entre situações reais e irrealis, isto é, asserções com ou sem valor de verdade. Há uma mudança no foco da

⁷ *Modality means the speaker's judgement of the probabilities, or the obligations involved in what he is saying.*

oposição: do ponto de vista cognitivo, o foco muda da verdade lógica para a certeza subjetiva; do ponto de vista comunicativo, muda da semântica orientada para o falante para a pragmática interativa, envolvendo uma negociação social entre os participantes (GIVÓN, 2001).

No chamado funcionalismo holandês, vários estudos propõem uma análise hierarquizada das modalidades, começando por Hengeveld (1988; 1989), que organiza as modalidades segundo o grau de subjetividade que expressam, alojando-as em diferentes camadas do Nível Representacional, instância em que os fatos semânticos são descritos. Em Hengeveld (2004), esse modelo é refinado, chegando a uma classificação bastante elaborada das modalidades segundo o domínio semântico e o alvo da avaliação. É essa classificação que, grosso modo, é incorporada à Gramática Discursivo-Funcional (GDF), modelo proposto por Hengeveld e Mackenzie (2008), que se constitui em uma expansão da Gramática Funcional (GF) proposta por Dik (1989).

Segundo Hengeveld (2004), o falante decide o seu propósito comunicativo, seleciona a informação e codifica gramatical e fonologicamente essa informação, articulando-a em seguida. Assim, na GDF, o processo de produção do discurso parte da intenção do falante para a articulação, para tanto, ela adota um modelo *top-down*, o que salienta uma das características mais relevantes desse modelo: as decisões de análises das camadas mais altas determinam e restringem as possibilidades de análises das camadas inferiores.

Tendo em vista que enunciados modalizados apontam o modo como o falante expressa suas atitudes e opiniões, a GDF nos parece o modelo ideal para a análise do verbo modal *poder*, na medida em que toma como unidade básica o ato de fala, para o qual estabelece quatro níveis de análise. Esses níveis, que formam o componente gramatical, interagem com mais três níveis; o componente conceitual, o componente contextual e o *componente de saída*, como veremos a seguir.

2 A MODALIDADE NA GDF

2.1 UMA VISÃO GERAL DA GDF

Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008), a GDF pode ser definida, de forma mais concisa, como uma teoria que procura entender a estruturação das unidades linguísticas em termos do mundo que elas descrevem e das funções comunicativas que elas expressam na língua. Assim, é possível apontarmos que uma das principais diferenças entre a GF e GDF é que esta passa a analisar uma unidade maior que a oração – o discurso⁸ – o que fornece um suporte maior às expressões linguísticas de níveis mais baixos.

Os próprios autores apontam um conjunto de características que distinguem o novo modelo de outras teorias funcionais da linguagem. Ele é descrito como: a) um processo *top-down*, em uma arquitetura modular (conforme Figura 1) que parte da intenção do falante para a expressão das formas linguísticas, ou seja, sugere que a construção de expressões linguísticas se inicia na codificação da intenção do falante e termina na articulação, em uma organização hierárquica descendente; b) uma teoria que leva em consideração o Ato Discursivo, e não a oração, como unidade básica de análise; c) a GDF inclui as representações morfossintáticas e fonológicas como parte de sua estrutura subjacente, ao lado das representações das propriedades pragmáticas e semânticas dos Atos Discursivos; e d) a GDF liga sistematicamente os componentes conceitual, contextual e de saída ao componente gramatical, que não haviam sido contemplados na GF.

⁸ A GDF não se constitui em uma teoria de análise do discurso. O que a GDF analisa são as configurações gramaticais que, de alguma forma, sofrem influência ou impacto do discurso (contexto)

2. 1.1 A organização geral da GDF⁹

A Figura 1 representa a arquitetura da GDF e os quatro Componentes que a ladeiam: o Componente Gramatical, o Componente Conceitual, o Componente de Saída e o Componente Contextual. Dentro dos vários componentes, os círculos contêm operações, as caixas contêm os primitivos utilizados nas operações e os retângulos contêm os níveis de representação produzidos pelas operações.

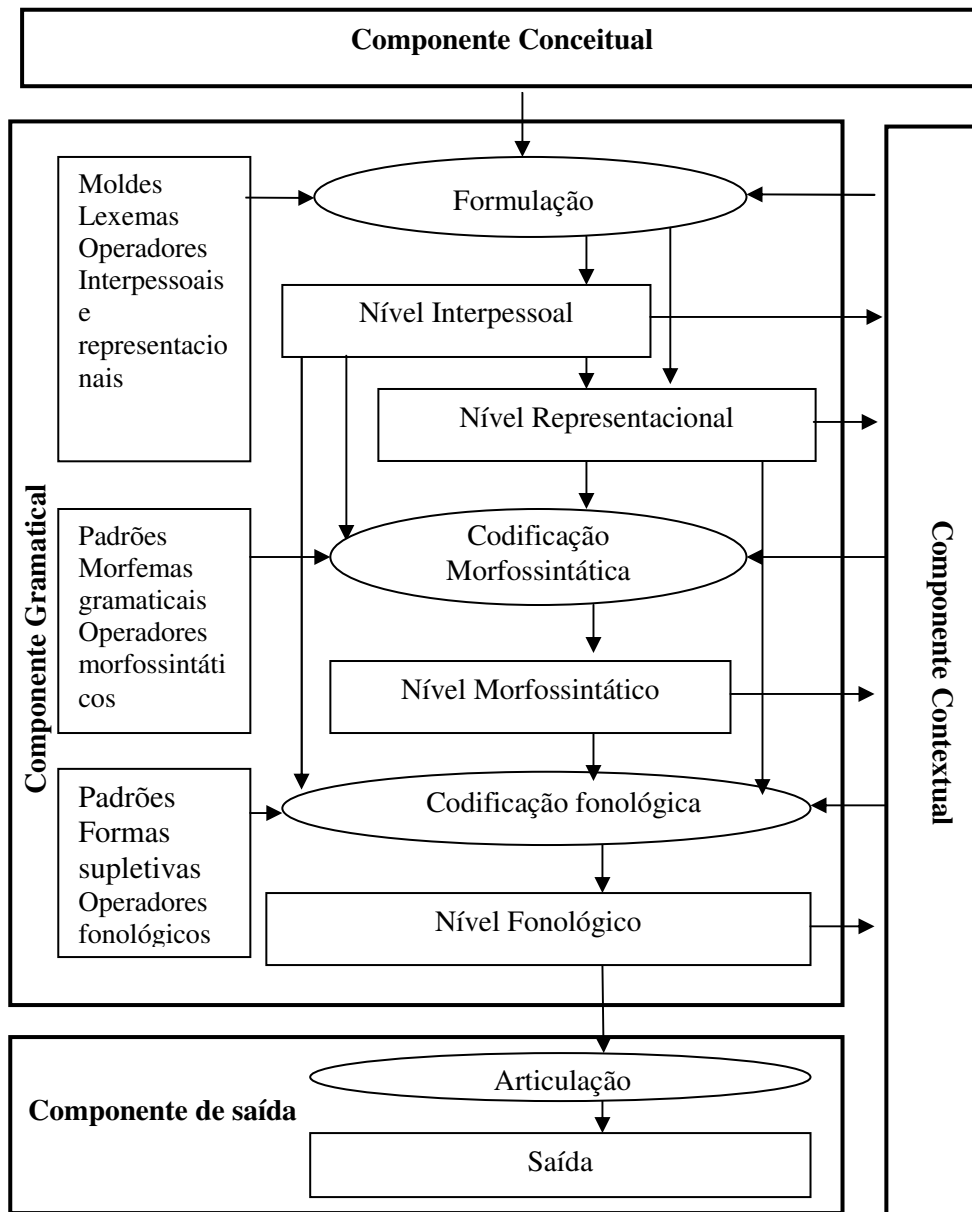


Figura 1: Organização geral da GDF

Fonte: HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p. 13.

⁹ O texto sobre a arquitetura e organização da GDF exposto neste item constitui-se em uma versão resumida de Hengeveld (2004) e Hengeveld e Mackenzie (2008; 2012).

O Componente Conceitual é visto por Hengeveld e Mackenzie (2008) como pré-linguístico e nele uma intenção comunicativa (por exemplo, um alerta de perigo) e as representações mentais correspondentes são relevantes. Por meio da operação de Formulação essas representações conceituais são traduzidas em representações pragmáticas e semânticas nos Níveis Interpessoal e Representacional, respectivamente. As regras utilizadas na Formulação são específicas de cada língua, isto é, a GDF não pressupõe a existência de noções pragmáticas e semânticas universais. Assim, representações conceituais semelhantes podem receber diferentes representações pragmáticas e semânticas em diferentes línguas.

As regras de Formulação usam um conjunto de primitivos que contêm moldes, lexemas e operadores. As configurações nos Níveis Interpessoal e Representacional são traduzidas em estruturas morfossintáticas no Nível Morfossintático por meio da operação de Codificação, cujas regras recorrem a um conjunto de primitivos que contêm Padrões Morfossintáticos, Morfemas Gramaticais e Operadores Morfossintáticos. As regras de codificação fonológica recorrem a um conjunto de primitivos que contêm Padrões Fonológicos, Formas supletivas e Operadores Fonológicos. O Nível Fonológico de representação é o *input* para a operação de Articulação, que, no caso de um Componente de Saída acústico contém as regras fonéticas necessárias para alcançar uma sentença adequada. A Articulação ocorre fora da gramática propriamente dita.

Os vários níveis de representação dentro da gramática alimentam o Componente Contextual, permitindo, assim, uma referência subsequente para os vários tipos de entidades relevantes para cada um desses níveis, uma vez introduzidos no discurso. O Componente Contextual alimenta as operações de formulação e codificação, tal que a disponibilidade de antecedentes, os referentes visíveis e os participantes do ato de fala possam influenciar a composição dos Atos Discursivos subsequentes.

Segundo Hengeveld e Mackenzie, 2008, ao organizar o Componente Gramatical dessa forma, a GDF leva a abordagem funcional da língua ao seu extremo lógico: dentro da organização *top-down* da gramática, a pragmática governa a semântica, a pragmática e a semântica governam a morfossintaxe, e a pragmática, a semântica e a morfossintaxe governam a fonologia

Como podemos observar na Figura1, a GDF se restringe à perspectiva da produção linguística e se concentra no Componente Gramatical, assumindo, provisoriamente, relações de alimentação direta entre o Componente Gramatical e o Componente Contextual (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008).

2.1.2 Níveis e camadas

Cada um dos níveis de representação do Componente Gramatical está estruturado de uma maneira, tendo em comum uma organização em camadas hierarquicamente ordenadas e serem dispostas como uma estrutura em camadas.

2.1.2.1 O Nível Interpessoal

Reconhecido no Nível Interpessoal como uma unidade de análise, o Movimento (M) pode conter um ou mais Atos Discursivos (A). Cada Ato Discursivo contém uma Ilocução (F), que especifica uma relação entre os Participantes do ato de fala (P, o Falante (S)

e o Ouvinte (A)) e o Conteúdo Comunicado (C). O Conteúdo Comunicado contém um número variável de Subatos: de Atribuição (T) e de Referência (R); as duas últimas unidades operam na mesma camada, isto é, não há relação hierárquica entre elas.

No Nível Interpessoal, a expressão linguística é considerada segundo aspectos que estejam ligados à relação falante/ouvinte, tendo em vista, principalmente, que uma determinada expressão está associada a uma dada intenção comunicativa. Neste nível devem ser descritas todas as propriedades pragmáticas de uma expressão linguística, ou seja, é no nível interpessoal que são representados todos os aspectos relativos ao conteúdo comunicado pelo falante. As relações hierárquicas que se aplicam ao Nível Interpessoal são mostradas a seguir:

(π M1: [Movimento
(π A1: [Ato Discursivo
(π F1: ILL (F1): Σ (F1))	Ilocução
(π P1: ... (P1): Σ (P1))S	Falante
(π P2: ... (P2): Σ (P2))A	Ouvinte
(π C1: [Conteúdo Comunicado
(π T1: [...] (T1): Σ (T1)) Φ	Subato de atribuição
(π R1: [...] (R1): Σ (R1)) Φ	Subato de referência
] (C1): Σ (C1)) Φ	Conteúdo Comunicado
] (A1): Σ (A1)) Φ	Ato Discursivo
] (M1): Σ (M1))	Movimento

Figura2: Representação do Nível Interpessoal (Adaptada de HENGEVELD e MACKENZIE, 2012, p. 9)

2.1.2.2 O Nível Representacional

Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008), neste nível de análise, as unidades linguísticas são descritas em termos da categoria semântica que elas designam, sendo de diferentes tipos: Conteúdo Proposicional (p), que pode conter um ou mais episódios (ep), que

podem conter uma ou mais descrições de estados-de-coisas (e), por sua vez, caracterizados por uma ou mais Propriedades, as quais podem conter descrições de Indivíduos (x) e outras Propriedades (f).

Na GDF, o termo semântica se restringe: (i) ao modo em que uma língua se relaciona ao mundo real ou imaginário que ela descreve e (ii) ao significado de estruturas lexicais isoladas do modo como são usadas na comunicação. Assim, no Nível Representacional, as estruturas linguísticas são descritas em termos da denotação que fazem de uma entidade e, portanto, a diferença entre as unidades desse nível é feita em termos da categoria denotada. No Nível Representacional, podemos reconhecer:

(π p1:	Conteúdo Proposicional
(π ep1:	Episódio
(π e1:	Estado-de-Coisas
[(π f1: [Conceito Situacional
(π f1: \blacklozenge (f1): [σ (f1) Φ])	Propriedade Lexical
(π x1: \blacklozenge (x1): [σ (x1) Φ]) Φ	Indivíduo
...	
] (f1): [σ (f1) Φ])	Conceito Situacional ¹⁰
(e1) Φ): [σ (e1) Φ])	Estado-de-Coisas
(ep1): [σ (ep1) Φ])	Episódio
(p1): [σ (p1) Φ])	Conteúdo Proposicional

Figura 3: Representação do Nível Representacional (Adaptada de HENGEVELD e MACKENZIE, 2012, p.13)

¹⁰Conceito Situacional foi denominado anteriormente por Hengeveld e Mackenzie (2008) como Propriedade Configuracional.

2.1.2.3 O Nível Morfossintático

Como já dissemos, os níveis Interpessoal e Representacional tratam da *formulação*, isto é, da transição das intenções conceituais para as estruturas linguísticas específicas. A *codificação* é uma tarefa dividida entre os níveis Morfossintático e Fonológico. A tarefa do Nível Morfossintático é pegar o *input* duplo de entrada dos níveis Interpessoal e Representacional e fundir os dois em uma única representação estrutural que seja convertida em uma construção fonológica no nível seguinte, o Fonológico.

De acordo com Hengeveld e Mackenzie, (2008, p.282), até certo ponto, o Nível Morfossintático é dependente de seu *input*:

as estruturas *input* fornecem as informações às quais o Nível Morfossintático aplica seus próprios princípios de organização. Ele deve passar para o Nível Fonológico uma cobertura exata daquela informação, de forma tal que o intérprete seja capaz de reconstruir exatamente as estruturas *input*. Em outras palavras, o Nível Morfossintático não pode adicionar ou subtrair informação semântica ou pragmática¹¹.

Neste nível, a unidade linguística é analisada em termos de seus constituintes sintáticos, das camadas mais altas para as mais baixas: Expressão Linguística, Orações, Sintagmas e Palavras de vários tipos. Além disso, dentro de Palavras distinguimos Morfemas de vários tipos. Não há necessidade de mapeamento entre unidades semânticas e pragmáticas de um lado e unidades morfossintáticas de outro. No Nível Morfossintático identificamos as seguintes camadas:

¹¹ ...the input structures provide information to which the Morphosyntactic Level applies its own principles of organization. It must pass on to the Phonological Level an exact coverage of that information, such that an interpreter will be able to reconstruct the input structures exactly. In other words the Morphosyntactic Level cannot add or subtract semantic or pragmatic information.

(Le1:	Expressão Linguística
(CI1:	Oração
(Xp1 :	Sintagma
(Xw1 :	Palavra
(Xs1)	Raiz
(Aff1)	Afixo
(Xw1))	Palavra
(Xp1))	Sintagma
(CI1))	Oração
(Le1))	Expressão Linguística

Figura 4: Representação do Nível Morfossintático (Adaptada de HENGEVELD e MACKENZIE, 2012, p.18)

2.1.2.4 O Nível Fonológico

O Nível Fonológico é específico da língua e contém as representações fonológicas segmentais e suprasegmentais da sentença, que é a unidade fonológica mais alta considerada na GDF (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008). Neste nível, a expressão linguística é analisada em termos das unidades fonológicas que contém, tais como, a Sentença, a Frase Entonacional, a Frase Fonológica e a Palavra Fonológica. Não há necessidade de mapeamento entre unidades pragmáticas, semânticas e morfossintáticas de um lado e unidades fonológicas de outro. Assim, em algumas línguas, as orações subordinadas são separadas da principal por meio de uma pausa entre as duas Frases Entonacionais, enquanto, em outras línguas, elas formam uma única frase entonacional com a oração principal. A estratificação máxima desse nível será:

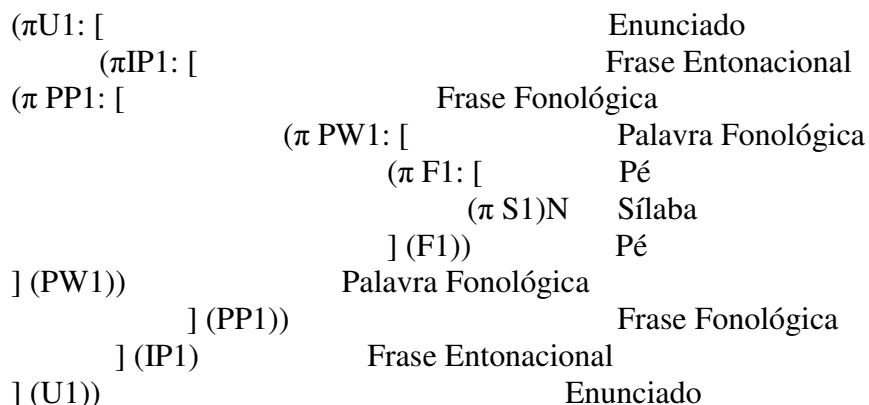


Figura 5: Representação do Nível Fonológico (Adaptada de HENGEVELD e MACKENZIE, 2012, p.22)

Essa apresentação da GDF, apesar de brevíssima, já nos permite apontar alguns ganhos que o modelo traz para o tratamento das modalidades. Focando apenas os níveis envolvidos no processo de *formulação*, observamos que, no Nível Interpessoal, diferentes ilocuções (declarativa, interrogativa, imperativa, proibitiva, optativa) dão conta da expressão não segmental das modalidades, manifesta pela força ilocucionária. Como uma categoria semântica relacionada à modificação do conteúdo de um ato de fala, as modalidades estão alojadas nas camadas do Nível Representacional, qualificando conteúdos proposicionais em termos de certeza ou dúvida, qualificando eventos em termos de seu estatuto de realidade e qualificando propriedades de um participante em sua relação com um evento.

Nos níveis envolvidos com o processo de *codificação*, as diferentes formas de lexicalização das modalidades (auxiliares modais, formas verbais perifrásticas, verbos de atitude proposicional, advérbios de modalidade, adjetivos, substantivos e categorias gramaticais de tempo, aspecto e modo) são descritas no Nível Morfossintático, como uma codificação das intenções do falante.

A visão geral sobre a GDF apresentada até aqui nos permite, então, abordar a tipologia das modalidades, apresentada por Hengeveld (2004) e Hengeveld e Mackenzie (2008), a qual dará suporte à nossas análises.

2.2 A TIPOLOGIA DAS MODALIDADES NA GDF

Em relação à tipologia, alguns autores consideram as modalidades epistêmica e deôntica como os dois tipos básicos para os estudos linguísticos (LYONS, 1977; HALLIDAY, 1985; GOOSSENS, 1985). Para Neves (1996), elas constituem a modalização linguística *stricto sensu*, a modalização que ocorre e que pode ser analisada nos enunciados efetivamente produzidos. Palmer (1986) e Sweetser (1990) sustentam, ainda, a ideia de uma outra modalidade, a *dinâmica*, que engloba as noções de capacidade/habilidade.

Mesmo não desconhecendo a discussão sobre a tipologia das modalidades e, tendo em vista o objetivo de analisar a polissemia do verbo *poder*, serão analisados somente os valores modais que esse verbo expressa (dinâmico, deôntico e epistêmico), sob o ponto de vista da Gramática Discursivo-Funcional.

Considerando que o propósito maior de uma teoria funcionalista é revelar a instrumentalidade da língua, articulando gramática e produção linguística, e assumindo a modalidade como uma categoria que leva em consideração a expressão da subjetividade do falante, o discurso e o contexto em que está inserido, optamos pela tipologia das modalidades postulada por Hengeveld (2004) e Hengeveld e Mackenzie (2008), por se tratar de uma classificação funcionalista que identifica todos os campos semânticos que podem ser expressos pelo verbo *poder* e que classifica as modalidades em função da fonte e do alvo de instauração dos valores modais, ou seja, os interactantes desempenham papel primordial nessa classificação, discutida, brevemente, a seguir.

Hengeveld (2004) classifica as modalidades segundo dois parâmetros: o *Domínio Semântico de Avaliação* e o *Alvo de Avaliação*.

No *Domínio Semântico de Avaliação*, o autor considera a perspectiva pela qual a avaliação é executada e postula os seguintes tipos de modalidades:

- a) *Modalidade Dinâmica*¹²: relacionada a capacidades adquiridas ou intrínsecas de um participante no evento designado pelo predicado (*John is able to swim* - John é capaz de nadar¹³ - Habilidade);
- b) *Modalidade Deontica*: relacionada ao que é permitido legalmente, socialmente ou moralmente (*John has to swim* - John tem que nadar – Obrigação);
- c) *Modalidade Volitiva*: relacionada ao que é desejável (*John would rather not swim* - John preferiria não nadar - Vontade);
- d) *Modalidade Epistêmica*: relacionada ao conhecimento que se tem sobre o mundo real (*John may be swimming* - John pode nadar – Possibilidade);
- e) *Modalidade Evidencial*: relacionada à fonte de informação contida na sentença. (*John will be swimming* - John nadará – Inferência).

No segundo parâmetro, *Alvo de Avaliação*, reside a distinção entre modalidade objetiva e subjetiva. Considera-se *alvo da avaliação* a parte da sentença que é modalizada. Assim, segundo este parâmetro, são distinguidos os seguintes tipos de modalidade:

- i) *Modalidade orientada para o participante*: este tipo afeta a parte relacional de uma sentença expressa por um predicado e diz respeito à relação entre (as propriedades de) um participante em um evento e a potencial realização daquele evento;

¹²O nome usado pelo autor para essa modalidade é *facultativo*. Tendo em vista a ambiguidade do termo (relacionado às faculdades mentais; contingente), optamos por chamar este tipo de modalidade de *dinâmica*, o mesmo nome utilizado por Palmer (1986) e Goossens (1987).

¹³ Todos os exemplos apresentados para ilustrar os tipos de modalidade foram retirados de Hengeveld (2004) e por mim traduzidos.

ii) *Modalidade orientada para o evento*: este tipo afeta a descrição do evento contido na sentença, ou seja, a parte descritiva de uma sentença e diz respeito à avaliação objetiva do estado de realidade do evento;

iii) *Modalidade orientada para a proposição*: este tipo afeta o conteúdo proposicional de uma sentença, ou seja, a parte da sentença que representa o ponto-de-vista e as crenças do falante, e diz respeito ao grau de comprometimento do falante em relação à proposição por ele apresentada.

Hengeveld (2004, p.4) utiliza um exemplo único, retirado do Turco, para ilustrar os três tipos de modalidade identificados a partir do *alvo de avaliação*:

(58) *Anlı-y-abil-ecek-miş-im.*

understand-Ø-ABIL-IRR-INFR-1.SG

'I gather that I will be able to understand.'

(Infiro que serei capaz de entender)

Segundo o autor, o sufixo de habilidade *-abil* (que está precedido por um intervocálico obrigatório *-y-*) expressa a modalidade orientada para o participante: o primeiro sujeito tem a capacidade de se engajar na relação expressa pelo predicado. A modalidade orientada para o evento é expressa pelo sufixo *irreal -ecek*: o evento descrito pela sentença é caracterizado como não-real, traduzido por meio de um tempo futuro. E a modalidade orientada para a proposição é expressa pelo sufixo inferencial *-miş*, sinalizando que o falante não se compromete totalmente com o conteúdo proposicional de sua asserção.

A Tabela 1, a seguir, apresenta o resultado da combinação dos dois parâmetros: os três *Alvos de Avaliação* com os cinco *Domínios Semânticos de Avaliação*:

Tabela 1: Classificação cruzada dos tipos de modalidade

Alvo \ Domínio	Participante	Evento	Proposição
Dinâmica	+	+	-
Deôntica	+	+	-
Volitiva	+	+	+
Epistêmica	-	+	+
Evidencial	-	-	+

Fonte: HENGEVELD, 2004, p.1193

Embora o cruzamento dos três alvos de avaliação com os três domínios de avaliação resultem em 15 possíveis combinações, algumas foram excluídas, pois segundo Hengeveld (2004), seria impossível fazer a avaliação de uma proposição em termos de sua capacidade adquirida ou intrínseca.

Para esta pesquisa importam somente os valores semânticos que podem ser expressos pelo verbo *poder*, a saber, deôntico, dinâmico e epistêmico, visto que não há como expressar evidencialidade por meio deste verbo e a expressão da volição é mais comum por meio de verbos como: *querer, pretender, desejar* etc.

- *Modalidade orientada para o participante:*

A *Modalidade Orientada para o Participante* é o tipo de modalidade que afeta a parte relacional da sentença expressa pelo predicado e seus argumentos e diz respeito à relação entre um participante em um estado-de-coisas e sua potencial realização.

Com base no domínio semântico de avaliação a que estão relacionados, podemos distinguir os seguintes subtipos de modalidade orientada para o participante:

- *Modalidade dinâmica orientada para o participante:* descreve a habilidade do participante de se envolver no tipo de estado-de-coisas designado pelo predicado. Há algumas línguas que fazem distinção entre habilidade intrínseca (em inglês, *be able to*) e habilidade

adquirida (em inglês, *know how to*), como no Espanhol e no Português, em que o verbo modal *poder* expressa habilidade intrínseca e o verbo *saber*, em seu uso modal, expressa habilidade adquirida. Vejamos os exemplos dados por Hengeveld (2004, p.6), retirados da língua Mapuche, que possui auxiliares separados para expressar esses dois tipos de habilidade:

(59) *Pepí kuθaw-la-n.*
 INTR.ABIL work-NEG-DECL.1.SG
 'I am not able to work.'
 (Eu não sou capaz de trabalhar)

(60) *Kim tuku-fi-n.*
 ACQ.ABIL put.at-OBJ-DECL.1.SG
 'I know how to put it.'
 (Eu sei como colocá-lo)

A inabilidade também pode adquirir estatuto de categoria separada. E, novamente, o autor cita um exemplo retirado do Turco, mostrando que a impotencialidade (62) pode ser comparada à potencialidade (61):

(61) *Gel-ebil-di-φ.*
 come-ABIL-PAST-3
 'He was able to come.'
 (Ele era capaz de vir)

(62) *Gel-eme-di-φ.*
 come-INABIL-PAST-3
 'He was unable to come.'
 (Ele não pôde vir)

- *Modalidade deôntica orientada para o participante*: qualifica um participante como sendo obrigado ou recebendo a permissão de se envolver no tipo de estado-de-coisas

designado pelo predicado. Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008), parece que a obrigação é mais codificada por meios gramaticais do que a permissão. O exemplo abaixo (HENGEVELD, 2004, p.7) ilustra este tipo de modalidade:

(63) *'I must eat.'*

(Devo comer)

- *Modalidade orientada para o evento:*

As modalidades orientadas para o Evento ocupam uma posição entre as modalidades orientadas para o Participante e as modalidades orientadas para a Proposição, pois, como as primeiras, fazem parte do conteúdo descritivo da sentença e, como as últimas, não têm como fonte de modalização um participante no evento descrito na sentença. As modalidades orientadas para o Evento descrevem a existência de possibilidades, obrigações gerais e outras, sem que o falante assuma a responsabilidade por esses julgamentos (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008).

- *Modalidade epistêmica orientada para o evento:* caracteriza estados-de-coisas em termos da (im)possibilidade de sua ocorrência em relação ao que se conhece sobre o mundo, como em (64), em que o verbo *may* descreve a existência da possibilidade de ocorrência do estado-de-coisas: *he has forgotten* (ele ter esquecido), (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p.174):

(64) *Certainly he may have forgotten.*

(Certamente ele poder ter esquecido)

- *Modalidade dinâmica orientada para o evento:* caracteriza estados-de-coisas em termos das condições de capacidade física ou circunstancial de sua ocorrência. Diferente da

Modalidade dinâmica orientada para o participante, vista anteriormente, a (im)possibilidade de ocorrência dos estados-de-coisas não depende da capacidade intrínseca do participante, mas decorre das circunstâncias em que acontecem, como mostra o exemplo (HENGEVELD, 2004, p.7):

(65) *I couldn't finish reading the book because it got too dark.*

(Eu não poderiaterminar delero livroporqueficoumuitoescuro)

- *Modalidade deôntica orientada para o evento*: caracteriza estados-de-coisas em termos do que é obrigatório ou permitido dentro de algum sistema de convenções morais ou legais. As obrigações expressas aqui não recaem sobre um participante particular, mas representam regras gerais de conduta, o que a diferencia da *Modalidade deôntica orientada para o participante*, vista anteriormente. O exemplo (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p.176) ilustra este tipo de modalidade:

(66) *One has to take off his shoes here'*

(É preciso tirar os sapatos aqui)

Os autores ressaltam, ainda, que a diferença entre a *Modalidade orientada para o evento* e a *Modalidade orientada para o participante* reside no fato de que a primeira caracteriza estados-de-coisas como geralmente desejáveis, obrigatórios etc; enquanto, na segunda, o desejo se origina de um participante específico e a obrigação repousa, também, sobre um participante específico.

Adotando a tipologia apresentada por Hengeveld (2004) e Hengeveld e Mackenzie (2008) para o tratamento das modalidades, pretendemos verificar a hipótese, inicialmente levantada, de que diferentes estatutos do verbo *poder* podem ser caracterizados a partir da consideração do tipo de alvo semântico da qualificação modal. .

Resta, ainda, tratarmos da questão da polissemia dos verbos modais, pois, como mencionado, a ambiguidade em relação ao estatuto sintático destes verbos, somada à polissemia das expressões modais, torna o seu estudo mais instigante, reforçando a sua complexidade, uma vez que apontam a possibilidade de se investigar uma variedade de estruturas sintáticas e de valores semânticos.

3 A POLISSEMIA DOS VERBOS MODAIS

Somada à subjetividade, a polissemia pode ser vista como um traço característico das modalidades linguísticas. Como já descrevemos anteriormente, são várias as formas de lexicalização das modalidades, mas é no uso dos verbos auxiliares modais que se verificam os maiores índices de polissemia, já que uma mesma forma pode expressar permissão deôntica, possibilidade epistêmica ou capacidade/habilidade dinâmica.

Neves (2000, p.35) afirma que

a consideração da semântica dos enunciados modalizados por verbos modais necessariamente envereda por um complexo que, a par da investigação da natureza do modal – item com estatuto lexical –, tem de alargar-se ao contexto sintático da sentença, e, mais além, ainda, tem de resolver-se na total incursão de cada enunciado específico em uma determinada enunciação específica.

Vários autores observam o uso da mesma forma verbal para a expressão das modalidades tanto no inglês (PALMER, 1986) como em outras línguas – as indoeuropeias, as semíticas e as filipinas (SWEETSER, 1990), por exemplo, como se vê, também, no português:

- (67) *Eles podem nadar* (eu permiti) permissão deôntica
 (68) *Eles podem nadar* (ou jogar): possibilidade epistêmica
 (69) *Eles podem nadar*(tem condições) capacidade/habilidade dinâmica

Para Sweetser (1990, p.74-75), a interpretação pragmática é que poderá explicar as possíveis ambiguidades entre os modais:

...a estrutura semântica dos verbos modais não escolhe explicitamente o sujeito ou o objeto (ou qualquer papel semântico ou sintático específico) como o participante sobre o qual a modalidade repousa; são os fatores pragmáticos inerentes ao cenário dos atos de fala, juntamente com nosso entendimento das expressões como objetos em múltiplos níveis, que explicam facilmente as possíveis ambiguidades dos modais com respeito às origens e aos objetivos das forças.¹⁴

Concordando com Sweetser (1990), autores como Bavin (1995) e Klinge (1996) apontam para a importância do contexto na interpretação dos significados modais, ou seja, para produzir seus efeitos, tais significados requerem o complemento do contexto.

Coates (1983 *apud* KÄRKKÄINEN, 1992) analisa a possibilidade de um predicador modal encerrar os significados epistêmico e não-epistêmico simultaneamente dentro de uma mesma enunciação. Para a autora, em muitos casos, o exame de uma enunciação em seu contexto possibilitaria a exclusão de uma das interpretações, mas, em outros, até mesmo o contexto pode falhar na exclusão de um dos dois significados possíveis; assim, ela chama de *indeterminação* os casos em que não é possível decidir qual dos dois significados é pretendido.

Ainda em relação à importância do contexto na avaliação dos verbos modais, ao verificar como se comportam na língua falada no Brasil, mostrando, por meio de um estudo sincrônico, suas múltiplas significações geradoras de ambiguidade, verificamos, em trabalho

¹⁴ ...the semantic structure of the modal verbs does not explicitly pick out either the subject or object(or any specific syntactic or semantic role) as the participant on whom the modality rests; rather it is the pragmatic factors inherent in the speech- acts setting, together with our understanding of utterances as multi-leveled objects, which easily account for the possible ambiguities of modals with respect to the origins and targets of forces.

anterior (COMPARINI, 2008), que o sentido com que cada um dos verbos modais é usado pode ser determinado por fatores linguísticos e extralinguísticos, uma vez que, em alguns casos é o contexto que promove a *desambiguização* desses verbos.

A pragmática é um campo fértil para a abordagem das modalidades, o que pode ser confirmado em estudos como o de Kärkkäinen (1992) sobre a utilização da modalidade epistêmica como estratégia de polidez na interação verbal. A autora afirma que recursos epistêmicos podem expressar *polidez negativa* (evitando impor uma ação sobre o ouvinte) e *polidez positiva* (evitando comprometer o falante) e conclui que, quanto à força ilocucionária, os recursos epistêmicos tornam as enunciações ambíguas.

Assim, entendemos que os valores modais expressos, o comprometimento do falante, sua atitude em relação ao seu enunciado e as estratégias discursivas por ele empregadas poderão variar de acordo com o gênero e o contexto discursivo em que seu discurso está inserido, razão pela qual buscamos uma abordagem teórica da modalidade que permita a análise dos níveis pragmático, semântico e sintático de maneira integrada.

CAPÍTULO III

UNIVERSO DA PESQUISA E PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

1 CONSTITUIÇÃO DO CÓRPUS

Buscando analisar o comportamento multifuncional do verbo *poderem* contexto real e recente de uso, compusemos o universo de investigação desta pesquisa com textos jornalísticos, literários e técnicos obtidos a partir do banco de dados do Laboratório de Lexicografia da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp - Campus de Araraquara, com cerca de 80 milhões de ocorrências de língua escrita contemporânea do Brasil, dos diversos tipos textuais. Os três conjuntos de textos selecionados têm a mesma extensão, constituindo-se em textos completos e apresentando um total de 6.720.000 caracteres. Ao buscar as ocorrências nesses três tipos de textos, esperamos garantir a diversidade de usos do verbo *poder*.

As ocorrências de orações levantadas distribuem-se da seguinte forma:

Tabela 2: Quantificação das ocorrências

	Textos Jornalísticos	Textos Literários	Textos Técnicos	Total ocorrências
Total de ocorrências	1530	1224	918	3672

Os Textos Literários estão distribuídos em Literatura Romanesca e Literatura Dramática; os Textos Técnicos são todos Artigos Científicos e os Textos Jornalísticos são do gênero notícia. Ainda neste capítulo, no item que se refere aos Critérios de Análise, trataremos mais detalhadamente de algumas questões sobre gêneros textuais.

2 CRITÉRIOS DE ANÁLISE

Para o trabalho de investigação das orações com o verbo *poder*, buscamos um conjunto de critérios pragmáticos, semânticos e sintáticos que serão descritos abaixo, incluindo os critérios de auxiliaridade por nós selecionados no Capítulo I. Em seguida, no Capítulo 4, faremos a análise e discussão dos dados.

2.1 Critérios de análise semânticos

2.1.1 Domínio semântico da modalidade

Caracterizadoras da atitude do falante diante do enunciado que profere, as modalidades expressas pelo verbo *poder* estão relacionadas aos valores de permissão/proibição (valores deônticos), possibilidade/impossibilidade (valores epistêmicos) ou habilidade/capacidade -habilidade/capacidade negada (valores dinâmicos), como exemplificam as seguintes ocorrências:

- *modalidade deôntica (permissão):*

(70) Eu não tinha outra saída. Procurei um lance que a obrigasse a abrir o jogo: "**Posso fazer** o que estou pensando?" "Só respondo se me disser o que é." (LR, 1950-2000)

- *modalidade epistêmica (possibilidade):*

(71) O documento do governo ressalta que o contato não teve nenhum objetivo de troca de táticas de atuação, mas destaca que é um sinal de que o MST **pode estar se aproximando** de movimentos de guerrilha da América Latina. (TJ, 1996)

- *modalidade dinâmica (capacidade/habilidade/condições):*

(72) - É caso de polícia, seu Clementino, não compete à Câmara, disse Cicerino, o vereador mais votado do bairro. De qualquer maneira, verei o que **posso fazer**. (LR, 1950-2000)

2.1.2 Valor modal deôntico

Relacionada a um julgamento do falante feito a partir de regras legais, sociais ou morais, a modalidade deôntica expressa pelo verbo *poder* indica *permissão* ou *proibição*, conforme o verbo seja modificado ou não por um operador de negação:

- *permissão*

(73) A traficante de drogas Angel Mou Pui-Peng, 25, de Hong Kong, que deveria ser enforcada ontem pelo governo de Cingapura, teve sua execução adiada e **poderá passar** seu último Natal com a família. (TJ, 1994)

- *proibição*

(74) "O quê? E eu? Por que **não posso encher** a cara, se me der na cuca, no Anjo Azul ou onde eu bem entender?", foi a reação dela. (LR, 1950-2000)

2.1.3 Valor modal epistêmico

Relacionada ao conhecimento que o falante tem sobre o mundo real, a modalidade epistêmica expressa pelo verbo *poder* indica a *possibilidade* ou a não *possibilidade* de ocorrência de um evento, conforme o verbo seja modificado ou não por um operador de negação. Estes valores descrevem a existência de possibilidades vistas como gerais, sem que o falante assuma a responsabilidade por esses julgamentos. As ocorrências que seguem são representativas destes valores:

-possibilidade

(75) Briga de patentes. A Intel **pode ter que pagar** US\$ 1,5 bilhão à Digital para ter direitos sobre a tecnologia dos seus microprocessadores. (TJ, 1997).

- não possibilidade

(76) Apesar de vários pesquisadores referirem uma redução na incidência desta lesão, isso **não pode estar ocorrendo**, pelo tratamento intervencionista do IAM com agentes trombolíticos e/ou angioplastia ou como resultado de amplas aplicações da revascularização do miocárdio, as controvérsias permanecem em relação à técnica cirúrgica. (PT, 1997-2001)

2.1.4 Valor modal dinâmico

Relacionada a capacidades adquiridas ou intrínsecas de um participante no evento designado pelo predicado, a modalidade dinâmica expressa pelo verbo *poder* indica habilidade/capacidade adquirida ou habilidade/capacidade negada conforme o verbo seja modificado ou não por um operador de negação. Os exemplos que seguem ilustram estes valores:

- *habilidade/capacidade adquirida:*

(77) A única coisa que **posso afirmar**, honestamente, é que, de repente, vi-o a meu lado, dizendo: "- Ângela, vamos acabar com toda essa tolice? " (LR, 1950-2000)

- *habilidade/capacidade intrínseca:*

(78) "Não tenho ainda plena certeza, mas gastei mais de uma hora na biblioteca nesta manhã para confirmar minha suspeita. Agora quase **posso afirmar** algo que vocês dificilmente admitirão porque, presumo, abalará opiniões já estabelecidas."(LR, 1950-2000)

- *habilidade/capacidade negada:*

(79) Acho que a pré-temporada que faremos em Atibaia será fundamental para isso. Além disso, sou um treinador que costuma explicar as substituições que faço. **Não posso trabalhar** com gente de cara feia. (TJ, 1994)

(80) Folha - A senhora tem planos de levar esta peça ao Brasil? Papas - A dificuldade é a língua. **Não posso aprender** português, que é muito difícil, e já não tenho tempo para isso. (TJ, 1994)

2.1.5 Alvo semântico da modalidade

Quando determinamos o alvo semântico de avaliação, estamos considerando a parte da sentença que é modalizada, podendo, então, distinguir entre Modalidade orientada para o participante e Modalidade orientada para o evento, como mostram os exemplos que seguem:

- *orientada para o participante:*

(81) Se Weffort ou Erundina se sentem mais felizes assim, é até meu dever respeitar, do ponto de vista pessoal, a opção que tomaram. **Não posso legislar** sobre a consciência alheia, e talvez nem possa reduzir tudo a uma questão de "consciência". (TJ, 1994)

- *orientada para o evento:*

- (82) A partir da comparação dos resultados pelo teste do qui-quadrado, **pode-se verificar** que há diferença significativa entre a média do número de grãos de pólen produzidos pelos dois tipos de flores. (PT-1997-2001)

2.1.6 Tipo de sujeito

Segundo Olbertz (1998), uma das maneiras de distinguirmos entre uma construção do verbo *poder* como auxiliar perifrástico e uma construção como semiauxiliar é olharmos para a referência feita ao sujeito da sentença. Para a autora, o verbo *poder* será considerado como semiauxiliar quando usado para especificar modalidade orientada para o participante, com valores de capacidade (modalidade dinâmica) ou de permissão (modalidade deôntica) e se referir a um sujeito animado ou em casos em que a modalidade orientada para o evento se refere a um sujeito animado, mas não específico. Nos outros casos, a construção verbo *poder*+ *infinitivo* será considerada como perífrase. Assim, entendemos que, na determinação dos valores modais expressos pelo verbo *poder*, é importante verificarmos se o sujeito é animado ou inanimado, se estamos diante de uma entidade animada, com capacidade ou permissão para realizar o estado-de-coisas ou diante de um verbo *poder* que serve como expressão da modalidade orientada para o evento, com uma referência animada, mas não específica. São exemplos:

- *modalidade dinâmica - sujeito animado*

- (83) "Não, senhores. Não conheço seus pensamentos, embora **possa imaginar** os fascínios que esta villa pode ter para quem pesquisa as coisas do passado. É que eu conheço essa chave da biblioteca na sua mão..." (LR, 1950-2000)

- *modalidade deôntica – sujeito animado*

- (84) Liberado pela velhice, já sem ter a preocupação de parecer moderno, não tendo mais a obrigação moral e profissional de rever periodicamente os meus conceitos e reciclar a minha bibliografia, **posso finalmente dar-me ao luxo** de ser apenas eu mesmo. (TJ, 1994)

- *modalidade dinâmica - sujeito inanimado*

- (85) **Proteína pode eliminar** tumor. Cientistas norte-americanos desenvolveram uma dose única de injeção de proteínas que elimina células cancerígenas. Injetadas em animais, as proteínas bloqueiam artérias que irrigam o tumor. (TJ, 1994)

2.2 Critério de análise sintático

2.2.1 Estrutura do sintagma verbal

Como já discutido em item anterior, o verbo *poder* pode ocorrer em estruturas perifrásticas ou como verbo pleno. Participando de perífrases, como verbo auxiliar, o verbo *poder* surge seguido de perífrase ou de verbo pleno, formando, assim, unidades coesas. A análise da estruturação verbal mostra-se importante na definição dos valores a ela associados, uma vez que estas combinações podem marcar diferentes relações entre o tipo de *poder* (dinâmico, deôntico e epistêmico) e a estrutura sintática da construção perifrástica na qual ele está inserido.

As ocorrências que seguem ilustram tais combinações:

- *poder + perífrase*

- (86) Clarín – O Mercosul **pode ajudar a reverter** o déficit na balança comercial (importações maiores que exportações) Argentina? (TJ, 1994)

- *poder + verbo pleno*

(87) Sua última iniciativa foi despachar o presidente do Banespa para conversar com Mário Covas. Estava informado que desde a tarde o governador eleito sabia da intervenção. Carlos Augusto Meinberg, presidente do Banespa, chegou à casa de Covas pouco antes da meia-noite da quinta-feira. "Não **posso fazer nada**", disse Covas. (TJ, 1994)

- *poder como verbo pleno*

(88) E o Botafogo, desta vez, **pôde** mais. (TJ, 1995)

2.3 Testes de verificação de auxiliaridade

Além dos critérios até aqui descritos, verificaremos, também, o estatuto do verbo *poder* em relação aos critérios de auxiliaridade descritos no Capítulo I deste trabalho. Assim, embora tenhamos, também, critérios sintáticos e semânticos, eles foram agrupados por tratarem especificamente da questão da auxiliaridade. São eles:

2.3.1 Incidência da negação sobre o grupo verbal

Se a negação incidir sobre os dois verbos do conjunto, e não apenas sobre um deles, então V^1 será considerado um verbo auxiliar e V^2 um verbo pleno auxiliado, assim, o conjunto se constituirá em uma perífrase. Do contrário, teremos dois verbos independentes. Por meio desse teste também verificamos a coesividade sintática entre os dois verbos. Como exemplo, a ocorrência (89) não pode ser considerada perífrase:

(89) Outro argumento desses médicos é que o uso precoce dessa medicação **pode elevar** a resistência aos remédios e, no momento em que eles ficarem doentes, não terão mais ao que recorrer. (TJ,1998)

- a. ...o uso precoce dessa medicação não[**pode elevar**] a resistência aos remédios
- b. ...o uso precoce dessa medicação **pode** não[**elevar**] a resistência aos remédios

2.3.2 Existência de sujeito único para o conjunto

Para ser caracterizado como perífrase, o grupo verbal precisa ter o mesmo sujeito, ou seja, a seleção de sujeitos diferentes para V^1 e V^2 mostra que estamos diante de dois verbos plenos. Em (90) o conjunto forma uma perífrase, pois ambos os verbos selecionaram o mesmo sujeito, o *Ministério da Saúde*:

(90) O Ministério da Saúde **poderá reformular** suas normas e começar, ainda em 1998, a usar o coquetel anti-HIV logo no início do tratamento de todos os doentes de Aids (TJ,1998)

2.3.3 Ocorrência de elementos entre os verbos da perífrase

Somente será considerado perífrase o grupo verbal em que a ocorrência de elementos entre os verbos for nula ou se limitar a algumas palavras (adjuntos adverbiais e pronomes átonos, por exemplo). Também deve ser avaliada a ocorrência de outros elementos entre os verbos do conjunto (partículas focalizadoras, por exemplo), para verificarmos se a incidência desse elemento pode influir nos valores semânticos depreendidos do grupo verbal e, ao mesmo tempo, verificar a coesividade sintática entre os seus verbos:

- *adjunto adverbial*

(91) "- Mas foi ela própria quem pediu. .. o padre? " "- Foi. Foi ela própria! ", certificou logo Dona Leonor como se a idéia não **pudesse de modo algum ter partido** de outra pessoa. (LR, 1950-2000)

- *partícula focalizadora*

(92) O ato que determinou o regime de administração temporária foi assinado na noite de anteontem, após Banespa e Banerj, em crise aguda desde o lançamento do real, terem se mostrado incapazes de tomar novos empréstimos de socorro junto ao BC. O Banespa precisava de aproximadamente R\$ 6 bilhões para seu caixa, mas **pôde só oferecer** R\$ 4,2 bilhões em garantias. (TJ, 1994)

2.3.4 Pronominalização

Se o grupo verbal permitir que a forma nominal seja substituída por um pronome (*o* e *isso*, por exemplo), então, estaremos diante de duas orações. Portanto, para ser considerado perífrase, o conjunto não deve permitir sua decomposição por meio da pronominalização, como em (93):

(93) O tabefe estalou, todos acorreram, a confusão se estabeleceu. Contudo, os dois não **puderam se atracar**, como pareciam pretender, porque entre eles se haviam interposto os presentes, numerosos aquela hora e, na maioria, conhecidos de um ou de outro dos contendores. (LR, 1950-2000)

a. * Contudo, os dois não o **puderam...**

b.* Contudo, os dois não **puderam** isso...

2.3.5 Possibilidade de flexão do verbo auxiliar

O grupo verbal será de fato uma perífrase se for composto por uma forma verbal flexionada seguida de outra forma verbal no infinitivo, gerúndio ou particípio, ou seja, V¹ carregará toda a informação morfológica relativa ao predicado, marcas de pessoa, tempo e

modo, por exemplo. Em (94) abaixo, *poder* marca: 3ª pessoa do singular, no pretérito perfeito do modo indicativo:

(94) Sem dúvida! Um dos motivos de nossa volta aqui é comprar algumas dúzias de ovos para ela. Ela não **pôde vir** hoje, mas mandou um beijo para você. Logo que puder, ela vai voltar aqui para ver vocês e comprar ovos. Gostaríamos também de olhar de novo a villa e conhecer o afresco da biblioteca. (LR, 1950-2000)

2.4 Critério de análise pragmático

2.4.1 Gênero textual

Determinando o gênero textual em que se insere a oração com o verbo *poder*, podemos delinear algumas peculiaridades: o tipo de interação estabelecida entre os enunciadores do discurso, o tipo de relato e como ele é realizado em cada gênero, o envolvimento dos enunciadores com seu discurso, o processo de construção do gênero textual e o ponto de vista adotado no discurso que, certamente, exercerão influência no estabelecimento dos diferentes valores modais do verbo *poder*.

Para a análise do gênero textual, utilizaremos as colocações de Marcuschi (2005, p.22), que salienta a natureza dinâmica e maleável dos gêneros:

... partimos da idéia de que a comunicação verbal só é possível por algum *gênero textual*. Essa posição, defendida por Bakhtin [1997] e também por Bronckart (1999) é adotada pela maioria dos autores que tratam a língua em seus aspectos discursivos e enunciativos, e não em suas peculiaridades formais. Esta visão segue uma noção de língua como atividade social, histórica e cognitiva. Privilegia a natureza funcional e interativa e não o aspecto formal e estrutural da língua.

Desse modo, precisamos partir, primeiramente, da análise da situação de interação do discurso como um dos critérios centrais para o estudo do gênero sem, contudo, deixarmos de levantar aspectos formais e estruturais que possam contribuir com a formação do texto.

O Texto Jornalístico - Gênero Notícia, por exemplo, caracteriza-se como um discurso opinativo e informativo, devendo se constituir como uma forma de ação social e histórica, refletir a realidade, sem cair no subjetivismo ou no idealismo; deve buscar a credibilidade do leitor, o que depende, dentre outros fatores, do efeito de sentido que produz. Segundo Bonini (2003, p.66), a notícia “é concebida como um gênero (pois formata uma ação da linguagem, cujo propósito é comunicar a ocorrência de um fato) e o jornal, como o veículo que suporta a notícia.”

Para tanto, o texto jornalístico utiliza-se de mecanismos discursivos, como apoiar-se na ciência ou em outras fontes de conhecimento para buscar veracidade dos fatos apresentados, ou usar o recurso da objetividade na linguagem, como uma das estratégias de descomprometimento com a verdade daquilo que enuncia. De acordo com Benetti (2007), o gênero jornalístico é estruturado pela verdade e credibilidade ao mesmo tempo em que institui esses valores. Para a autora:

Os procedimentos que asseguram os efeitos de verdade são legítimos para o jornalismo, pois estão baseados em estratégias que buscam a confiabilidade, sob pena de ruptura do contrato de comunicação. Nenhum discurso está livre da verdade como efeito, e o jornalismo não seria diferente: a verdade como construção, crença e convicção. (BENETTI, 2007, p.12)

O Texto Literário/Literatura Romanesca aparece como uma atividade que se realiza na busca de sentidos e que, em geral, têm o objetivo de emocionar o leitor, explorando a linguagem conotativa ou poética. Em geral, ocorre o predomínio da função emotiva e poética. Mas também trabalha com a razão, utilizando uma linguagem objetiva e disciplinada, buscando o mundo exterior, valorizando as ações das personagens, suas (in)capacidades e/ou

habilidades/inabilidades inseridas em um tempo e cenário próprios. Segundo Koch (2002), o Texto Literário requer do leitor um acionamento de estruturas cognitivas e sociais, baseadas em uma série de elementos contextuais (todos os pressupostos que se organizam em torno de um texto: autoria, estilo, veiculação, gênero, título, tema etc).

Ao buscarmos caracterizar o texto denominado Periódico Técnico, percebemos que ele apresenta argumentos lógicos, utilizando uma linguagem clara, concisa e objetiva, o que, acredita-se, leva a conseguir boa infiltração e respeitabilidade na comunidade científica. Segundo Galvão (2004, p.244):

Em cada contexto técnico científico, para evitar possíveis “confusões” na comunicação, emprega-se a linguagem de especialidade. Esta visa, em tese, uma comunicação rápida e precisa entre os profissionais, estudantes e pesquisadores de uma área, para que suas ações ganhem um desempenho com maior qualidade.

A neutralidade parece ser vista como valor persuasivo e o uso de verbos modais parece mostrar que o enunciador não se compromete totalmente com a verdade que enuncia ou com suas próprias observações e conclusões. Escrito com o objetivo de informar (e não de impressionar), o texto científico procura, sempre, divulgar o resultado de suas investigações por meio da publicação em periódicos especializados.

O estabelecimento dos parâmetros apresentados neste capítulo, para análise e descrição dos dados, foi feito com base na fundamentação teórica desenvolvida nos capítulos antecedentes. Pretendemos verificar a hipótese, inicialmente levantada, de que diferentes estatutos do verbo *poder* podem ser caracterizados a partir da consideração do tipo de alvo semântico da qualificação modal.

Para tanto, buscamos responder, primordialmente, ao seguinte questionamento:

- Quais as leituras semânticas que podem ser associadas ao verbo modal *poder*?

- Os valores semânticos estão atrelados à estrutura sintática e ao contexto em que o verbo *poder* está inserido?
- O *alvo* de incidência da categoria modalidade ou a sua *fonte* de origem são fatores que podem influenciar na determinação do estatuto do verbo *poder*?

Ao analisarmos as ocorrências, buscamos caracterizar os usos do modal *poder* na língua portuguesa, levando em consideração todos os fatores e critérios descritos até aqui, por meio da análise qualitativa e, os resultados são apresentados no capítulo que segue.

CAPÍTULO IV

O VERBO *PODER* NO PORTUGUÊS DO BRASIL

Considerando a afirmação de Hengeveld (2004, p.14), segundo a qual, “em construções perifrásticas o significado modal é o resultado de uma configuração especial de elementos, em vez de ser atribuído a um único elemento da cláusula”¹⁵ e, utilizando a tipologia das modalidades postulada por Hengeveld (2004) e Hengeveld e Mackenzie (2008) e os critérios de análise estabelecidos no Capítulo III, busca-se, neste Capítulo, analisar o verbo *poder* em suas diferentes funções: como verbo auxiliar (Seção 1), como verbo pleno (Seção 2), como verbo nominalizado, atuando ora como auxiliar ora como pleno (Seção 3) e, finalmente, como verbo semiauxiliar (Seção 4).

Mais do que apenas apontar significados individuais para o modal *poder*, procuraremos explicitar o complexo que envolve a modalização dos enunciados em que este verbo se insere, o que envolve: a) a determinação do domínio semântico de avaliação, ou seja, a perspectiva pela qual a avaliação é executada, determinando-se, então, o tipo de modalidade, e b) o alvo da avaliação, ou seja, a consideração sobre a parte da sentença que é modalizada.

Ao efetuarmos a análise das ocorrências, apresentamos uma visão geral dos diferentes valores modais do verbo *poder*, relacionados aos diferentes gêneros textuais propostos. A Tabela 3 apresenta um panorama numérico apenas para definir o universo de

¹⁵ In periphrastic constructions the modal meaning is the result of a particular configuration of elements, rather than that it can be attributed to a single element of the clause.

investigação, pois a caracterização dos usos do modal *poder* na língua portuguesa será buscada a partir de análise qualitativa.

Tabela 3: Valores modais do verbo *poder* X gêneros textuais

Valor modal Gênero	Dinâmico		Epistêmico		Deontico		Total	
	n.	%	n.	%	n.	%	n.	%
Jornalístico	793	51,80	246	16,10	491	32,09	1530	100
Literário	617	50,40	191	15,60	416	34,00	1224	100
Técnico	322	35,10	546	59,50	50	5,45	918	100
Total	1732		983		957		3672	

Tomando como parâmetro para nossa análise as modalidades expressas pelo verbo *poder* – deontica, epistêmica e dinâmica –, pudemos verificar que a modalidade dinâmica é a mais produtiva, seguida das modalidades epistêmica e deontica. Esse uso, no entanto, assume traços específicos em cada gênero: o verbo *poder* com sentido dinâmico é mais frequente no gênero jornalístico; com sentido epistêmico, o verbo *poder* surge com mais frequência no gênero técnico e, com valor deontico, a frequência maior de uso recai sobre o gênero jornalístico.

Uma explicação para tais frequências pode facilmente ser associada às próprias características dos gêneros aqui utilizados. O valor modal dinâmico, por exemplo, ocorre com maior frequência no gênero jornalístico, que se caracteriza pelo relato de acontecimentos que geralmente envolvem avaliação de competências e capacidades:

(95) Creditemos o bom desempenho da economia ao carro-chefe de uma inflação baixa. Por outro lado, malgrado o ruído que causam internamente as viagens presidenciais, o Brasil ampliou seus espaços internacionais e retoma prestígio. Hoje, ninguém **pode viver isolado**, e o país não pode dar-se ao luxo de descuidar da política externa. (TJ, 1995)

(96) O resultado dessa situação é que o México passou a importar muito e exportar pouco. Ele **pôde fazer isso** porque muitos investidores colocaram dinheiro nos mercados financeiros do país. (TJ, 1994)

Como esperado, com sentido epistêmico, o verbo *poder* ocorre com maior frequência no gênero técnico, uma vez que, em nossa amostra, esse gênero é constituído exclusivamente por textos científicos, que se constroem dialeticamente a partir da construção e da avaliação de conhecimento, função primeira do modal epistêmico:

(97) A ausência ou a redução das glândulas de óleo **pode ocorrer** em algumas populações ou espécies de Malpighiaceae. (PT, 1997-2001)

(98) A estenose ou interrupção das artérias coronárias **pode estar localizada** na região proximal ou distal à comunicação com o VD, existindo relato de alguns casos em que a porção proximal das artérias coronárias **não pôde ser** adequadamente visibilizada, tornando-se difícil, portanto, a diferenciação entre obstrução proximal e ausência do segmento proximal 3. (PT, 1997-2001)

A alta frequência do valor deôntico no gênero jornalístico poderia causar estranheza pelas próprias características de um veículo de informação, mencionadas: relatar fatos e acontecimentos, mantendo a imparcialidade e utilizando-se de uma linguagem também impessoal. Portanto, não seria esperado que ocorressem avaliações de juízo moral ou comportamental nesse gênero de discurso. Mas essa alta frequência se justifica pela presença de relatos em discurso direto ou em primeira pessoa, ou seja, as avaliações deônticas ocorrem majoritariamente em relatos em que o seu responsável pode ser claramente identificado: o enunciador do discurso citado, que não se confunde com a voz do próprio veículo de informação.

- relato em discurso direto

(99) Sepúlveda Pertence, concedeu ontem liberdade condicional a PC [...].O ex-tesoureiro de Fernando Collor terá de manter residência em Maceió e está proibido de se ausentar de casa ou mudar de endereço sem autorização judicial. Pertence também impôs a PC outra condição: “terá de continuar prestando serviços no sistema penitenciário de Alagoas. Ele se apresentará a cada dois meses à Justiça para prestar contas de suas atividades e **não poderá frequentar** restaurantes, bares, clubes e outros locais de recreio abertos ao público, conforme determinou o presidente do STF. As viagens para o exterior também estão proibidas”.(TJ, 1995)

- relato em primeira pessoa:

(100) A conversa é instigante. Sinto toda a vez que conversamos que a grande satisfação do camelô seria conseguir vender-me algo da profusão de objetos que oferece. Ele sabe o cargo que já ocupei e lhe dá prazer cativar-me com ofertas tentadoras. Não lhe desmereço as mercadorias nem o preço que vai sendo rebaixado gradativamente para atrair o meu interesse. Como das outras vezes, digo sem muita imaginação que **não posso comprar** aqueles objetos contrabandeados. (TJ, 1994)

Como dito, a análise a que nos propusemos buscará resultados qualitativos de usos do modal *poder*. Para tanto, inicialmente, cada uma das modalidades expressas pelo verbo *poder* será analisada separadamente, conforme os critérios de alvo e domínio semântico da avaliação estabelecidos por Hengeveld (2004).

Relacionada à capacidade/habilidade ou às condições que um participante tem de realizar o evento designado pelo predicado, a modalidade dinâmica ocorre expressando habilidade intrínseca orientada para o participante:

(101) Fui escolhido para fazer este filme porque sei fazer algo que não seja muito sério nem institucional. Eu **posso fazer** um filme culturalmente correto e agradável do ponto de vista do espetáculo (TJ, 1994)

Em (101), o verbo *poder* expressa a capacidade/habilidade que o participante tem de realizar um evento ('fazer um filme'). Nesse exemplo, observamos, também, que as condições que habilitam o participante estão anteriormente expressas ('sei fazer algo que não seja muito sério e institucional'), não deixando dúvidas quanto à sua capacidade.

A expressão da habilidade/capacidade do participante em executar o evento designado pelo predicado pode, também, ocorrer negada, como vemos em (102), em que o participante demonstra não ter as condições necessárias para alterar um processo:

- (102) A morte de Reni, o hábito de beber, o afastamento da família, haviam acabado com a vida de Sérgio. Irremediavelmente. Certo, Angela lhe podia ter feito bem, pelo menos durante algum tempo. Fraca, incapaz de impor sua vontade, marcada pela vida que anteriormente levara, **não pudera**, no entanto, influir nele. Pelo contrário, demonstrando egoísmo, ensimesmamento, só fizera deixar que se precipitasse, mais e mais, no abismo da bebida de que sua mãe, Ana Bernardes Vilar, o conseguirá afastar por algum rápido, efêmero tempo. (LR, 1950-2000)

Embora fosse esperado que o verbo *poder*, ao expressar capacidade, se referisse apenas a sujeitos animados, isso nem sempre acontece, como se vê em:

- (103) O resultado prático da indicação das novas diretorias pelo BC é que os governos de São Paulo e do Rio **não poderão mais utilizar-se** desses bancos para financiar seus déficits. (TJ, 1994)

- (104) Vários investigadores, já na década de 1970, evidenciavam que diversos métodos fisiológicos e farmacológicos, bem como a revascularização cirúrgica, **podiam reverter** a dissinergia crônica. (PT, 1997-2001)

- (105) Como nunca, em seus dezenove anos, havia ingerido algo mais forte que meio copo de cerveja gelada, não imaginava até que ponto o álcool **pode atingir** uma pessoa. (LR, 1950-2000)

Esses exemplos trazem como sujeito uma instituição (os *governos de São Paulo e do Rio*); nomes de processos (*métodos fisiológicos e farmacológicos, revascularização cirúrgica*) e um nome potente (*álcool*); todos pressupõem a existência de seres animados e dependem da ação desses seres para se realizarem.

Esse resultado encontrado em português coincide com as observações de Palmer (1979) e Olbertz (1998), para o inglês e o espanhol. De acordo com Palmer (1979, p.73), embora o verbo *poder* (*can*, em inglês) muitas vezes se refira à habilidade do sujeito, não deveríamos definir a orientação para o sujeito simplesmente em termos de habilidade, pois apenas criaturas animadas podem ter habilidade. Mas a orientação para o sujeito é possível de ser feita com seres inanimados, indicando que eles têm as qualidades necessárias para fazer

com que o evento ocorra. O autor cita um exemplo, retirado de Ehrman (1966, p.13), em que o verbo *can* implica qualidades positivas da religião:

(106) Religion *can* summate, epitomize, relate, and conserve all highest ideals and values.

(A religião pode somar, resumir, relacionar, e conservar todos os mais altos ideais e valores)

Olbertz (1998, p.142) aponta que, em um exemplo como:

(107) context: *el cuarto de baño pequeño era la única habitación de la casa a la que no podía alcanzar ningún proyectil*

(O pequeno banheiro era o único cômodo da casa a que nenhum projétil podia chegar)

ocorre a personificação do objeto *projétil*, visto como entidade maligna, agressiva, ansiosa para alcançar seu alvo: como uma representação metonímica de uma pessoa que o atira. Para a autora, o fato de a interpretação implicar uma personificação do participante inanimado leva a concluir que *poder* de fato exige um referente animado para o seu argumento.

Assim, embora a modalidade dinâmica possa incidir sobre participantes inanimados – instituição, processos, objetos etc –, esses devem ser vistos como representações metonímicas de um ser potente. O que esses seres inanimados possuem é o *potencial* necessário para fazer com que o evento ocorra, mas sempre irão pressupor a existência de um ser potente para a realização efetiva do estado-de-coisas. Podemos afirmar, então, que o verbo *poder* sempre exigirá um participante com o traço [+potente].

É possível, ainda, que a modalidade dinâmica incida sobre todo o evento, casos em que a possibilidade de ocorrência dos estados-de-coisas não depende da capacidade intrínseca do participante, mas decorre das circunstâncias em que acontecem, não sendo,

portanto, dependentes da capacidade ou habilidade do participante. Esse é o caso em (108), em que o valor dinâmico aparece negado:

(108) Agora, o perigo maior talvez fosse Sérgio voltar e encontrá-la ali. Mesmo se estivesse de valise pronta para partir. Poderia pensar que ainda esperava por uma explicação. Um qualquer pedido de desculpas. Alguma coisa que lhe permitisse ficar. Fariam as pazes, mas as brigas recomeçariam adiante. Novas humilhações. Novos sofrimentos. A incompreensão de sempre. (Ou, pelo menos, daqueles últimos tempos.) Não. Antes partir logo. Ao acaso. Essa era a verdadeira situação: **não podia mais permanecer ali** devido às circunstâncias que me cercavam. (LR, 1950-2000)

Em (108), o participante declara sua impossibilidade de *permanecer* no local, sendo impedido por circunstâncias decorrentes da situação em que está inserido e que não dependem de sua habilidade/capacidade intrínseca.

Expressando a avaliação do falante a partir do conjunto de conhecimentos e crenças que possui, a modalidade epistêmica objetiva orientada para o evento caracteriza estados-de-coisas em termos da possibilidade de sua ocorrência, como em (109), em que o falante, com base em conhecimentos adquiridos, afirma ser possível que *em várias espécies, alguns indivíduos de uma mesma população apresentem flores*:

(109) Em várias espécies, alguns indivíduos de uma mesma população **podem apresentar** flores com redução ou ausência das glândulas de óleo ao lado de indivíduos com elaióforos (Anderson 1979; Sazima & Sazima 1989; Vogel 1990). (PT, 1997-2001)

A possibilidade epistêmica objetiva orientada para o evento também pode ocorrer negada, como em (110), em que o falante expressa sua crença na impossibilidade da realização do evento – *alguém estar morrendo*:

(110) - Você já se enganou uma vez - atalhou a jovem. - Ele não **pode estar morrendo**, não pode. Também estive lá antes de você, ele estava dormindo sossegado. E hoje cedo até me reconheceu, ficou me olhando, me olhando e depois sorriu. Você está bem papai?, perguntei e ele não respondeu mas vi que entendeu perfeitamente o que eu disse. (LR, 1950-2000)

Com relação aos valores deônticos expressos pelo verbo *poder*, verificamos a expressão do valor de permissão orientado para o participante. De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008), a permissão deôntica orientada para o participante descreve um participante que tem a permissão de se envolver no tipo de estados-de-coisas designado pelo predicado, como no exemplo (111):

(111) Nada para contar. Nada para acrescentar à queixa dos dias anteriores. É como se não estivesse vivendo, não fosse mais do que uma sombra de mim mesma. Ou alguém que tivesse sido aprisionada num quarto muito confortável e a quem fossem dadas todas as permissões, menos a de sair dele. (Não que essa proibição exista, na realidade. Pelo menos, creio que **posso me locomover** à vontade. Mas é que me sinto assim, com a impressão permanente de estar sendo "vigiada". Ora, nesta tensão, não consigo respirar, não sei mais viver. Asfixio.) (LR, 1950-2000)

Já em (112), ocorre a permissão negada (ou proibição), na medida em que há algo que impede o participante ou que não lhe dá permissão para se envolver no estado-de-coisas:

(112) Foram os colegas de corrida que o levaram a um preparador físico. "Aprendi a fazer alongamento, que **não posso comer gordura**, que tenho de comer macarrão." (TJ, 1994)

A permissão orientada para o evento aparece em sentenças em que *regras gerais* permitem (113) ou não (114) a ocorrência de um estado-de-coisas:

(113) O Brasil se caracteriza por uma complacência gigantesca com a entrada de produtos estrangeiros. Nos EUA só pode o turista ou o residente ingressar com US\$ 100 em mercadorias e dois litros de destilado. Na Inglaterra, país do uísque, só é permitido meio litro. Aqui **pode-se entrar** com US\$ 500 em destilados e mais US\$ 500 em mercadorias. (TJ,1995)

(114) Em outras palavras, e resumindo, torna-se premente uma reforma estrutural que coloque o Brasil à altura de seu destino. No que concerne ao ano que passou, o balanço é bom. 1995, mesmo com algumas ventanias, não teve furacão. E 1996 não aponta nada que possa mudar esses bons prognósticos. Mas tomo a minha vacina, dizendo que se não é preciso acertar, **não se pode errar**, e toda atenção é necessária à boa condução política. (TJ,1995)

Os resultados levantados até aqui apontam que são vários os significados que o verbo *poder* expressa, o que evidentemente, leva-nos a caracterizá-lo, semanticamente, como multissignificativo. Assim, em relação aos domínios semânticos de avaliação das modalidades propostos por Hengeveld (2004), é possível encontrar na Língua Portuguesa:

- ***Poder₁***: expressa capacidade/habilidade orientada para o participante ou para o evento = *PODER DINÂMICO*;

- ***Poder₂***: expressa permissão orientada para o participante ou para o evento = *PODER DEÔNTICO*;

- ***Poder₃***: expressa a crença do falante na possibilidade de ocorrência de um estado-de-coisas = *PODER EPISTÊMICO*.

Temos, então, no domínio semântico de avaliação, três verbos *poder*, com alvos de avaliações sobre o participante e sobre o evento. Definidos os valores semânticos do verbo *poder*, resta esclarecer o seu estatuto como auxiliar modal.

1 *PODER* AUXILIAR

Para a análise da auxiliaridade, aplicaremos os testes já identificados como pertinentes para verificar o estatuto do verbo *poder* como auxiliar, a saber:

O teste de **incidência da negação** (PONTES, 1973; LOBATO, 1975; BORBA et al., 1984; HEINE, 1993; ILARI e BASSO, 2008) aponta que, para que um grupo verbal se constitua em uma perífrase, não pode ocorrer incidência da negação sobre o verbo auxiliar e sobre o verbo principal de forma independente, ou seja, não pode haver inserção de negação em meio a uma perífrase verbal: a negação deve incidir sobre o todo. Do contrário, teremos dois verbos distintos e, conseqüentemente, duas orações distintas:

Poder₁:

(115) **Posso resumir a opinião** do grupo de Neuroendocrinologia quanto à conduta em casos de incidentaloma hipofisário da seguinte forma: nos macroadenomas a investigação laboratorial é essencial, principalmente no sentido de se detectar hipofunção hipofisária. (PT, 1997-2001)

- a. **Não posso resumir** a opinião do grupo...
- b. **Posso não resumir** a opinião do grupo...

Poder₂:

(116) O empresário Paulo César Farias e o piloto Jorge Bandeira **poderão deixar** a prisão ainda hoje. A justiça já permitiu. (TJ,1995)

- a. O empresário Paulo César Farias e o piloto Jorge Bandeira **não poderão deixar** a prisão...
- b. O empresário Paulo César Farias e o piloto Jorge Bandeira **poderão não deixar** a prisão...

Poder₃:

(117) "O senhor sabe que nós temos três grandes volumes com frontispícios de obras editadas no fim do século XV e no XVI? São maravilhosos. Há anos que ninguém os consulta. Talvez **possam servir** à sua pesquisa." (LR, 1950-2000)

- a. Talvez **não possam servir** à sua pesquisa.
- b. Talvez **possam não servir** à sua pesquisa.

Observamos que, com *Poder*₁, com valor de capacidade/habilidade, *Poder*₂, com valor deôntico ou *Poder*₃, com valor epistêmico, a negação pode incidir sobre o grupo verbal como um todo ou apenas sobre o chamado verbo principal, independentemente do seu valor modal. Portanto, segundo esse teste, o verbo *poder* não seria considerado auxiliar.

É preciso ressaltar também que, em alguns casos, o valor modal do verbo *poder* pode se alterar com a mudança de posição da negação. As paráfrases (115a) e (116a), por exemplo, mantêm os valores dinâmico e deôntico, respectivamente, mas as paráfrases (115b) e (116b) apresentam valor epistêmico.

Ao aplicarmos o teste da negação a outros verbos usualmente considerados auxiliares aspectuais, como *costumar* (118) e *começar* (119), encontramos os seguintes resultados:

(118) O imóvel tem sido bem conservado e **costuma** hospedar oficiais-generais das Forças Armadas que vêm à ilha. (TJ, 1996)

- a. ... **não costuma hospedar oficiais-generais...**
- b. ... **costuma não hospedar oficiais-generais**

(119) Arruinara-se como uma ferida mal tratada. **Começara a segregar** pus – e pus era a vida de semi-êbrio que vivia ao lado de Ângela, da complacente, da triste Ângela. (LR, 1950-2000)

- a. **Não começara a segregar** pus...
- b. **Começara a não segregar** pus...

Assim como em construções com o verbo *poder*, o teste da negação mostra que, nas construções com os chamados auxiliares aspectuais (118) e (119), é possível negar o verbo principal de forma independente. Concordando com Borba et al. (1984), afirmamos que este teste não é suficiente para caracterizar a auxiliaridade.

O teste de verificação da **ocorrência de elementos entre os verbos do conjunto** será considerado aqui como mais uma estratégia para verificar a coesão interna do grupo verbal, já que sua validade para a identificação do estatuto de auxiliaridade também é discutível, sendo considerado por alguns autores (LOBATO, 1975; BORBA et al., 1984, LONGO, 1990) como critério necessário, mas não suficiente.

Segundo esse teste, haverá auxiliaridade na medida em que a existência de elementos entre os verbos do grupo é quase nula (ILARI e BASSO, 2008; CASTILHO, 2010), “ou fica limitada a palavras de um tipo muito particular (por exemplo, pronomes átonos e adjuntos adverbiais)” (ILARI e BASSO, 2008, p.179).

Em relação aos adjuntos adverbiais, alguns autores tratam especificamente do adjunto adverbial de tempo, que deve incidir sobre todo o grupo verbal, do contrário, “a incidência é regulada pela posição do circunstante no enunciado” (BORBA et al., 1984, p.13), o que significa que não há um grupo verbal/auxiliaridade. Para Longo (1990), este teste mostra-se subjetivo, pois em um exemplo como (120), a autora considera difícil determinar se a expressão adverbial de tempo está incidindo sobre todo o grupo verbal ou somente sobre um dos integrantes desse grupo:

(120) Ontem, Lúcia não quis sair de casa. (p.77)

- a. Ontem [Lúcia não quis sair de casa]¹⁶
- b. Lúcia não quis [sair de casa ontem]

No entanto, essa dúvida em relação ao escopo parece não persistir nas ocorrências com o verbo poder:

¹⁶ As marcas de escopo foram adicionadas para clareza, mas não constam no exemplo original de Longo (1990).

Poder₁:

- (121) A verdade é que os Soares não esquecem, é que jamais poderão esquecer o que sucedeu, o que lhes fiz, o que por minha causa aconteceu.
E, desde hoje, **posso ter** por certo o seguinte: sempre que se estiverem queixando dos aborrecimentos trazidos por Pedro, estarão, indiretamente, se queixando de mim. (LR, 1950-2000)
- a. E, **posso ter** ,desde hoje, por certo o seguinte...
- b. E, **posso, desde hoje, ter** por certo o seguinte..

Poder₂:

- (122) Há em curso atualmente interessantes investigações destas questões, porém, neste momento não **posso delongar-me** nisto. (PT, 1997-2001)
- a. ...porém, não **posso delongar-me** nisto neste momento.
- b. ...porém, não **posso, neste momento, delongar-me** nisto.

Poder₃:

- (123) No mês passado, a oposição dos EUA **pode haver dado** um destino semelhante a um acordo internacional de proibição às minas terrestres. (TJ, 1997)
- a. a oposição dos EUA **pode haver dado** um destino semelhante a um acordo internacional de proibição às minas terrestres no mês passado.
- b. a oposição dos EUA **pode, no mês passado, haver dado** um destino...

O teste de mudança de ordem dos constituintes temporais na oração mostra que, independentemente da posição ocupada pelo constituinte temporal na oração, ele incidirá sobre todo o estado-de-coisas: desse modo, não é a posição que determina o escopo. A posição ocupada pelo constituinte seria, então, responsável por uma segunda estratégia: dar ênfase ao elemento situado à sua direita, como nas ocorrências vistas acima.

Além de adjuntos adverbiais de tempo, podem ocorrer outros elementos junto aos verbos da perífrase, em ocorrências que trazem o verbo *poder* com qualquer um dos seus

valores. Em (124) *também* escopa o elemento que o segue e, em (125) *até* escopa o elemento que o antecede:

(124) - "O que vale é executar corretamente o exercício. **Posso também dar** explicações sobre como trabalhar cada um dos exercícios e o devido grupo muscular.", disse o coordenador Antônio Rodrigues. (TJ, 1994)

- a. também **posso dar** explicações sobre como trabalhar...
- b. **posso dar** também orientações e explicar a razão de cada exercício...

(125) Comparando as minhas aulas, agora e antes da Internet, **posso até afirmar** que aumentou significativamente a motivação, o interesse e a comunicação com os alunos e a deles entre si. (PT, 1997-2001)

- a. ...até **posso afirmar** que aumentou significativamente a motivação...
- b. ...**posso afirmar** até que aumentou significativamente a motivação...

Há, ainda, casos em que uma sentença inteira aparece inserida entre os verbos da perífrase:

(126) Longe de se irritar com a agressão. Carlos pareceu mais calmo ainda do que antes e, depois de alguns segundos, murmurou: - "Desta vez, Ângela, creio que foi Deus, ele próprio. Nós não **poderíamos, por mais que quiséssemos** ou a isso nos levasse o demônio, **imaginar** um drama tão terrível! " (LR, 1950-2000)

(127) O momento, no entanto, é mais de desafios que de apontar vitórias, afirmam os cientistas. Entre esses desafios, está a busca de combinações e novas drogas que **possam, causando menos danos, fortalecer** a atividade do sistema de defesa. (TJ, 1998)

mostrando que, ao contrário do que acontece com os advérbios, uma oração inserida na perífrase pode alterar a coesividade sintática dos verbos envolvidos. Assim, entendemos que a possibilidade de um elemento ocorrer entre os dois constituintes do grupo verbal está relacionada não à auxiliaridade do primeiro verbo, mas ao valor e à função do próprio

elemento interveniente. Em relação a esse critério, o verbo *poder* não seria considerado auxiliar, em nenhum de seus valores (1, 2 e 3).

Outro critério a ser investigado na distinção entre verbos auxiliares e não-auxiliares é o da **pronominalização**, segundo o qual, se for possível substituímos a forma nominal por um pronome (*o* ou *isso*), então teremos duas orações. Consequentemente, teremos um grupo verbal constituído por um verbo auxiliar + verbo principal, caso a sua substituição por um pronome não seja possível.

*Poder*₁:

(128) - Me perdoa, Di, **eu posso explicar!** (LR, 1950-2000)

- a. *Me perdoa, Di **eu o posso!**
- b. *Me perdoa, Di, **eu posso isso!**

(129) Esse estudo tomou forma a partir do final da década de 40, e ocorreu ignorando completamente a história. Eu mesmo **posso atestar** tal fato. Não havia nenhum conhecimento da história, nem de minha parte nem da parte de nenhum membro da área naquela época. (PT, 1997-2001)

- a. * Eu mesmo **o posso.**
- b. * Eu mesmo **posso isso.**

*Poder*₂:

(130) Afastei também o secretário de Segurança, apesar de, pessoalmente, eu achar que ele não tinha responsabilidade no caso. Aí se esgotou a atividade no âmbito da administração. Daí foi para a Justiça Militar. **Não posso interferir** na Justiça Militar (TJ, 1994)

- a. ***Não o posso** na Justiça Militar.
- b. ***Não posso isso** na Justiça Militar.

(131) Nem todo brasileiro tem a chance do equilíbrio. Se não é trágico, é cômico ou é tragicômico. Como **não posso fugir** à regra, a obra resvala nos dois extremos (LR, 1950-2000)

- a.*Como **não o posso**, a obra resvala nos dois extremos
- b. *Como **não posso isso**, a obra resvala nos dois extremos

*Poder*₃:

(132) Devemos mencionar ainda que em pacientes hipertensos **pudemos observar** a redução da hipertrofia após adequada normalização das cifras pressóricas, exteriorizando a melhora obtida pelo tratamento eficaz e controlado. (PT-1997-2001)

- a. * Devemos mencionar ainda que em pacientes hipertensos **o pudemos...**
- b. * Devemos mencionar ainda que em pacientes hipertensos **pudemos isso ...**

(133) Georgopoulos et al..15 mostraram que as alterações eletrocardiográficas de hipocalemia **podiam aparecer** apenas no eletrocardiograma registrado após o exercício. (PT-1997-2001)

- a. *... as alterações eletrocardiográficas de hipocalemia **o podiam** apenas...
- b. *... as alterações eletrocardiográficas de hipocalemia **podiam isso...**

Com o verbo *poder*, em todas as suas significações (com valores dinâmico, epistêmico ou deôntico), percebemos ser impossível a pronominalização por meio da substituição da forma nominal pelos pronomes *o* e *isso*. Todos os valores de *poder* apresentam falhas semânticas quando feitas as substituições, o que, segundo este teste, reforça o seu estatuto como verbo auxiliar.

Temos, ainda, um critério morfológico: **a variação flexional**, em que verificamos se, no processo de auxiliação, o verbo auxiliar se flexiona e fornece informações morfológicas (como pessoa/número/tempo/modo/aspecto) para a forma que o acompanha. No caso do verbo *poder*, isso pode ser facilmente comprovado, uma vez que ele sempre é acompanhado de um verbo no infinitivo, sendo o único responsável pelas informações morfológicas. Portanto, segundo este critério, o verbo *poder* pode ser considerado como auxiliar. As ocorrências abaixo trazem uma variedade de pessoa, tempo e modo marcados no verbo *poder*:

- 1ª pessoa do singular, presente do modo indicativo

(134) Eliodora estava melhor, mas o quarto continuava mergulhado na mais completa escuridão e tudo parecia existir como que fora do mundo real. **Eu posso jurar**: não vi seus traços fisionômicos, nem um segundo "reconheci" a Eliodora que tanto desprezei e - por que não dizer? - odiei em muitas horas. (LR, 1950-2000)

- 3ª pessoa do singular, futuro do presente do modo indicativo

(135) Desenvolvimento econômico e razão política dependem da vontade de todos os brasileiros, e só a democracia **poderá liberar** as energias criadoras da nacionalidade. (TJ, 1994)

- 1ª pessoa do singular, futuro do pretérito do modo indicativo

(136) Folha - Após a chacina dos 111 presos da Casa de Detenção do Carandiru, por que não houve punições? Fleury - Mas houve. No âmbito administrativo, as punições que **eu poderia aplicar** eu apliquei. (TJ, 1994)

- 3ª pessoa do plural, pretérito imperfeito do modo subjuntivo

(137) Encaminhou-se para ele. O corpo pequeno só enfiava os pés n'água. Por certo o instinto os avisava de que o rio, enquanto não **pudessem vencê-lo**, era um inimigo perigoso.

-3ª pessoa do singular, presente do modo indicativo

(138) - Neste exato momento, ele está escolhendo! **Pode estar escolhendo deixar** você! - dizia o padre. - Lute por aquilo que ama! (LR, 1950-2000)

Em relação à ordem dos vocábulos na sequência verbal, verificamos, no Capítulo I deste trabalho, que o verbo *poder* apresenta-se, sempre, na posição anterior ao verbo principal/auxiliado, podendo ocorrer, inclusive, em uma cadeia verbal. Mas vale ressaltar que também é possível o verbo *poder* ocorrer precedido por outro verbo, expressando o valor epistêmico de possibilidade:

- (139) Além de atriz também desfilo em passarelas, por isso não consigo pensar minha vida sem uma boa agenda. Minha empresária tem uma e eu outra com os horários que tenho que cumprir. Anoto tudo, até a hora que **vou poder andar** de bicicleta com meu irmão. (TJ,1994)

ou por um auxiliar modal, em processo de sobremodalização, como (140) e (141). Nesses casos, terá significado de capacidade/habilidade (GÓMEZ TORREGO, 1999):

- (140) Um bom provador **deve poder detectar** heterogeneidade e noticiá-la, assim a amostra heterogênea detectada pode ser trocada durante o experimento. (PT, 1997-2001)
- (141) Os salários do funcionalismo devem ser bons, ou melhor, potencialmente bons. Um funcionário qualificado e competente no trabalho **deve poder chegar** a salários tão bons quanto no setor privado. (TJ, 1994)
= *deve ser capaz/ter condições de chegar a salários tão bons...*

Porém, também encontramos casos em que o verbo *poder*, precedido pelo modal *dever*, assume valores claramente deônticos de manifestação de permissão ou autorização:

- (142) Mas, o que é fundamental, quando se trata do louco (é que) qualquer oposição à sua proteção e tratamento deve ser ultrapassada: daí a necessidade de recorrência ao Estado, que deve se tornar superior à família, às confrarias, a qualquer estabelecimento particular, instâncias que podem fazer do louco objeto de arbitrariedades; o Estado **deve poder** seqüestrar o louco, aliená-lo de seus direitos, em nome da defesa coletiva e da liberdade individual, contanto que seja assessorado pela psiquiatria. (PT, 1997-2001)
= *o Estado deve ter permissão para seqüestrar o louco:*

O interessante a ser observado, nesses casos, é que quando o verbo *poder* tem valor dinâmico, a avaliação modal incide sobre o participante, como em (140) e (141), e quando o valor é deôntico ou epistêmico, a avaliação incide sobre o evento, como em (139) e (142).

O teste para a verificação da **existência de sujeito único para o conjunto** focaliza a coesividade sintática entre os verbos do conjunto. Segundo esse critério, se os verbos selecionam sujeitos diferentes, são dois verbos plenos, mas se ambos selecionam o mesmo sujeito, o conjunto forma uma perífrase. Em relação às perífrases com o verbo *poder*, Ilari e Basso (2008) defendem que o sujeito de V^1 e V^2 é sempre o mesmo. Assim, [$V^1 + V^2$] formam um paradigma conjugacional completo. Os resultados encontrados nos dados analisados confirmam o que dizem os autores. Por esse critério, independentemente do valor (1, 2 e 3), o verbo *poder* pode ser considerado auxiliar:

Poder₁: o sujeito de *posso* e de *fazer* é o mesmo: *eu*

(143) "Fui escolhido para fazer este filme porque sei fazer algo que não seja muito sério nem institucional. **Eu posso fazer** um filme culturalmente correto e agradável do ponto de vista do espetáculo" (TJ, 1994)

Poder₂: o sujeito de *pode* e de *levar* é o mesmo: *você*

(144) - Você ouviu?

- Ouvi. Mas, o que é que o senhor quer que eu faça? A casa está cheia, é preciso servir a todos. ..

- A todos? !. .. Então, **pode levar** esse uísque falsificado. (LR, 1950-2000)

Poder₃: o sujeito de *pudemos* e de *observar* é o mesmo: *nós*

(145) Devemos mencionar ainda que em pacientes hipertensos nós **pudemos observar** a redução da hipertrofia após adequada normalização das cifras pressóricas, exteriorizando a melhora obtida pelo tratamento eficaz e controlado. (PT-1997-2001)

Ainda em relação ao traço semântico do **argumento sujeito**, percebemos que tanto *Poder₁* como *Poder₃* admitem sujeitos animados e inanimados. Porém, em nosso córpus, *Poder₂* admite somente sujeito animado, ou seja, este tipo de modalidade se combina apenas com estado-de-coisas controláveis:

*Poder₁**Sujeito animado:*

- (146) Seu livro fundamental, sua obra-prima, um dos maiores livros do século, é "A Metamorfose dos Deuses". Estou me policiando com firmeza para não cometer exageros, mas o mínimo que **eu posso dizer** é que Malraux criou com esse livro a mais palpável escada de Jacó que conheço, uma luminosa escada rolante entre o Céu e a Terra. (TJ, 1994)

Sujeito inanimado:

- (147) [Coccoloba alnifolia Casar] ocorre na restinga e mata atlântica. É distribuída nos Estados do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Minas Gerais. É uma das poucas espécies que **pode atingir** até 20m alt. (PT-1997-2001)

*Poder₂**Sujeito animado:*

- (148) Se eu entro, você vai levar um sabão, por minha culpa. E então sou obrigada a ficar de fora. Mas se o motivo é respeito a Deus, ele me enxerga, pelo menos, quando tomo banho. E então, **eu não posso entrar**, por respeito às beatas que gostariam de andar soltas... como direi?... provocantes. (LR, 1950-2000)

*Poder₃**Sujeito animado:*

- (149) Se o PMDB nada fizer em resposta à intervenção do Banespa, o sr. admite a hipótese de romper com o partido? Fleury – **Eu posso romper**, sim. (TJ, 1994)

Sujeito inanimado:

- (150) O número de lobos da corola não é constante entre as espécies de Ardisia (ou Stylogyne) e **pode variar** dentro de uma espécie, tal como já observado por Mez (1902).. (PT-1997-2001)

Em resumo, conforme a análise até aqui empreendida, podemos identificar algumas regularidades nos usos do modal *poder*. O Quadro 2, abaixo, nos fornece um panorama completo da aplicação dos testes até aqui realizados:

Quadro 2: Verificação do estatuto de auxiliaridade do verbo *poder*

Domínio	<i>Poder</i> ₁ : Dinâmico	<i>Poder</i> ₂ : Deôntico	<i>Poder</i> ₃ : Epistêmico
Critérios			
A negação não pode incidir sobre os verbos da perífrase de maneira independente	-	-	-
A inserção de elementos entre os verbos da perífrase é nula ou se restringe a alguns elementos	-	-	-
Pronominalização: não é possível substituir a forma nominal por um pronome	+	+	+
Variação Flexional: o verbo auxiliar se flexiona e fornece informações morfológicas	+	+	+
Existência de sujeito único para o conjunto	+	+	+
Auxiliaridade	sim	Sim	sim

2 *PODER* PLENO

Conforme detalhamos no Capítulo I deste trabalho, o verbo *poder* atua como verbo pleno em várias situações, sendo assim considerado por funcionar como núcleo sentencial e selecionar argumentos e atribuir a eles papéis temáticos (CASTILHO, 2010). Em todo o corpus, pudemos constatar essa atuação em apenas um tipo de verbo, o *Poder*₁ dinâmico. Utilizando o *Dicionário gramatical de verbos do português contemporâneo do Brasil* (BORBA, 1991) para identificar os diferentes significados, encontramos vários usos de *poder* pleno indicando *habilidade/capacidade ou habilidade/capacidade negada*: o subtipo 1 mostra o verbo *poder* (ter poder) sem complemento, apresentando sujeito animado ou inanimado e em posição definida; o subtipo 2 traz o verbo *poder* (poder aguentar, suportar)

seguido do complemento *com + indicativos de peso, altura ou carga*; o subtipo 3 apresenta o verbo *poder* (ter poder sobre) seguido do complemento *com + nome*; o subtipo 4 traz o verbo *poder* (suportar, gostar, aprovar) seguido do complemento *com + nome* e, o subtipo 5 mostra o uso do verbo *poder* (ter força física ou moral) seguido de dois complementos. As especificidades desses usos são assim descritas:

1- significando *ter poder* aparece, geralmente, sem complemento, traz sujeito animado ou inanimado e em posição inicial em relação ao verbo *poder*:

(151) Quem **pode – pode**. Ele **pode** e **pôde**. (TJ, 1994)

(152) O Terêncio estava lá, Mãe, varrendo e lavando o cinema. Perguntei pra ele se criança também pagava entrada inteira. Aí, ele começou a caçoar de mim: "Cinema hoje é pra **quem pode**". (LR, 1950-2000)

(153) Ele diz sempre, sorrindo, que um executivo **não pode nada, quem pode** é o Poder Executivo propriamente dito. (LR, 1950-2000)

(154) "Vocês sabem muito bem que ela **pode** tudo. É só querer. (LR, 1950-2000)

2- significando ter habilidade/capacidade para aguentar, suportar: com complemento *com* seguido de nome indicativo de peso, altura ou carga:

(155) Cruzes! Eu só de pensar fico tonta. **Não posso com** altura. (LR, 1950-2000)

(156) Ana sentia os olhos pesados, a cabeça zozna; seu corpo estava mole e dolorido, como se tivesse levado uma sova. Olhou para fora, através da janela, mas **não pôde com** o clarão do sol. (LR, 1950-2000)

(157) Antão Pereira, na porta da rinha, torcia os dedos. Revirei a barba para mostrar segurança, acendi charuto. No picadeiro, o pescoço-pelado fazia e desfazia do meu galo, catucava embaixo e dava em cima, no lado e na rabeira. Coitada da minha prenda! Trocava perna, já sem **poder com** o peso nem do vento. (LR, 1950-2000)

3- significando *ter poder sobre, ter o domínio ou controle sobre*: com complemento *com* seguido de nome:

(158) A filosofia das emissoras imita o velho ditado: se você **não pode com o inimigo**, junte-se a ele. (TJ, 1995)

(159) O senhor sabe que eu sou prático, costumado com rasto de animal, difícil de me enganar... Mas **com chuva ninguém pode**, o enxôro lava tudo... (LR, 1950-2000)

(160) Veja a minha sorte : a polícia andava atrás do safado. Vai pegar dois ou três anos de xilindró. É por isso que eu digo: **com Deus ninguém pode...** (LR, 1950-2000)

(161) **Ninguém pode comigo**. Eu faço um gesto e minha ordem se cumpre. (LR, 1950-2000)

4- significando *gostar, aprovar*: com complemento *com* seguido de nome:

(162) "**Não posso com** a cara dêsse homem. Preciso reagir para não sentir pecado até no tomar a sopa..." (LR, 1950-2000)

(163) - "Meu Deus, ele é perfumado e tem bigodes ruivos... É vem todo cheio de sapatos... **Eu não posso com** esse homem! Como será a vida desse homem?" (LR, 1950-2000)

5- significando *ter força física ou moral*: com dois complementos, *poder* seguido de *contra* e o nome que indica o alvo sobre o qual será exercida a capacidade que se tem:

(164) "Vossa mercê sabe muito bem que nada **pode contra mim**, Antônio de Souza". (LR, 1950-2000)

(165) - É, mas porém **ninguém pode contra ele**. (LR, 1950-2000)

(166) **Contra elas quem pode**, porém? (LR, 1950-2000)

Observamos que, como verbo pleno, *poder* seleciona sujeito animado ou inanimado, o que confirma o seu uso como *Poder*₁. A ausência de usos com *Poder*₃ se justifica pelo fato de, como verbo pleno, *poder* incidir sobre o participante e não sobre o evento. Da mesma forma, a ausência de uso de *Poder*₂ como verbo pleno se justifica pela impossibilidade de se fazer predicar um indivíduo como obrigatório ou proibido; “ser obrigatório” é uma propriedade que se aplica a eventos. Instaurar uma obrigação ou dar permissão para um indivíduo executar ou se envolver em um estado-de-coisas por meio de um verbo pleno envolveria, naturalmente, a necessidade de um outro predicador referente ao estado-de-coisas, o que transformaria o verbo *poder* em um auxiliar, como mostram as seguintes paráfrases:

*Poder*₁pleno = x é/está capaz, onde x = indivíduo

*Poder*₂pleno = x é obrigatório/proibido, onde x = evento

*Poder*₃pleno = x é possível, onde x = evento

Assim, como verbo pleno, o verbo *poder* expressa valores modais dinâmicos, incidindo sobre um participante (animado ou inanimado), descrevendo a habilidade ou as condições desse participante de se envolver no tipo de estado-de-coisas designado pelo predicado.

3 *PODER* NOMINALIZADO: auxiliar e pleno

Embora não possa exprimir por si só o tempo, o modo, a pessoa ou o número sendo, portanto, sempre dependente do contexto em que se insere, o verbo *poder*, em sua

forma nominal *podendo*, também pode ocorrer como verbo auxiliar ou como verbo pleno, apresentando no domínio semântico de avaliação os três valores modais (dinâmico, deôntico e epistêmico) e incidindo, igualmente, sobre o participante e o evento.

Aplicados os testes de verificação de auxiliaridade, observamos que *podendo* passa, igualmente, por alguns testes e por outros não. A aplicação dos testes, assim como aconteceu com o verbo *poder*, foi feita com base nos valores modais dinâmico, deôntico e epistêmico, resultando em: *Podendo*₁, *Podendo*₂ e *Podendo*₃, respectivamente.

Teste de **incidência da negação**:

*Podendo*₁:

- *habilidade/capacidade orientada para o participante*: em (167), percebemos a habilidade adquirida (saber) na execução do estado-de-coisas – *distinguir o ipê do carvalho* - proposto pelo predicado:

(167) Tendo feito um estágio no jardim botânico, minha irmã gosta de andar pelo arvoredo ao largo da casa, **podendo distinguir** o ipê do carvalho, da oiticica, do jequitibá ou da maçaranduba. (LR, 1950-2000).

- a. ... **não podendo distinguir** o ipê do carvalho, da oiticica,...
- b. ... **podendo não distinguir** o ipê do carvalho, da oiticica,...

*Podendo*₂:

- *permissão orientada para o participante*: em (168), verificamos a instauração de uma permissão, mediante o cumprimento de deveres impostos por uma regra oficial:

(168) As mulheres que ingressarem no serviço militar voluntário deverão também optar posteriormente pelo exame de seleção para a Academia Militar, **podendo chegar** ao oficialato. (TJ, 1994).

a. ...**não podendo chegar** ao oficialato.

b. ...**podendo não chegar** ao oficialato.

Como observado anteriormente, o valor modal do verbo *poder* pode mudar ao alterarmos a posição da negação. Assim, a paráfrase (168a) mantém o valor deôntico de (168), mas a paráfrase (168b) apresenta um valor epistêmico.

Podendo₃:

- *possibilidade epistêmica orientada para o evento*: em (169), vemos a possibilidade de ocorrência de um evento no futuro – *a carga tributária podendo chegar a 26%* -, levando-se em conta o conhecimento que se tem na atualidade.

(169) A carga tributária no país está em 25%, **podendo chegar** ao máximo de 26% em 94, diz Eivany. (TJ, 1994)

a. A carga tributária no país está em 25%, **não podendo chegar** ao máximo...

b. A carga tributária no país está em 25%, **podendo não chegar** ao máximo...

Verificamos, por meios desses testes, que o verbo *poder*, em sua forma nominal *podendo* não passa no teste de incidência da negação: tanto *podendo* como o verbo não-finito que o acompanha podem ser afetados independentemente pela negação. Portanto, a depender deste teste, ele não seria considerado auxiliar.

Teste de ocorrência de **elementos entre os verbos da perífrase**.

Observando as ocorrências abaixo, constatamos que, segundo este critério, *poder* em sua forma nominal *podendo* não seria considerado verbo auxiliar, pois não passa pelo teste.

*Podendo*₁:

(170) Pois Mara tinha, não os cinco fôlegos exigidos, de mínimo, para aprender o ensinado, porém, mais de sete. **Podendo assim ler** claro no futuro, e curar a distância. (LR, 1950-2000)

*Podendo*₂:

(171) Toda mulher tem seus direitos garantidos pelas leis trabalhistas. Para a amamentação, terá direito a dois descansos de meia hora cada, **podendo também ser dilatado**, a critério da autoridade competente, quando a saúde do filho assim o exigir. (TJ, 1994)

*Podendo*₃:

(172) ...a jovem P.C. recentemente havia se interessado por outro homem, no que foi correspondida, sendo esta a razão do descaso em procurar seus últimos bilhetes; que o depoente, em vista da circunstância, deu por encerrada a ligação e reitera o desejo de manter o nome da jovem no anonimato uma vez que decliná-lo nada acrescentaria ou esclareceria ao exposto **podendo só confundir** os ânimos e incitar à desordem levando a confusão não unicamente aos respectivos lares como mesmo à firma onde foi o depoente recentemente admitido. (LR, 1950-2000)

O **circunstante temporal** também pode ocorrer junto à forma nominal:

*Podendo*₁:

(173) Uma maionese estragada frustrou a perspectiva de recorde no Meeting Internacional, hoje, e deve afetar o desempenho de Fernando Scherer, 21, no Troféu Brasil, na próxima semana. O nadador catarinense, eleito o melhor atleta do ano pelo Comitê Olímpico Brasileiro, está há dois dias com infecção intestinal e febre alta, **não podendo, desde então, treinar** para as duas competições. (TJ, 1995)

*Podendo*₂:

- (174) Com a liberação do mercado de energia elétrica, poderá vender diretamente ao consumidor final, **podendo** depois dobrar o preço em relação ao que recebe hoje da CPFL. (TJ, 1997)

*Podendo*₃:

- (175) No entanto, uma das contra-indicações das telas nos traumas renais seria o encapsulamento do órgão **podendo** tardiamente levar a uma hipertensão renovascular secundária, chamada de "Efeito Pagé" (PT, 1997-2001)

Também com a forma nominal *podendo* ocorrem casos em que uma sentença inteira aparece inserida entre os verbos da perífrase, mostrando que ela pode alterar a coesividade sintática dos verbos envolvidos:

*Podendo*₁:

- (176) Ignoramos quanto tempo foi necessário para que a wari passasse de uma organização familiar para a corporação de natureza comercial, política e militar que conheceríamos no século XIX, uma corporação capaz de fazer de escravos aculturados "filhos adotivos", e dentro da qual todos competiam aberta e livremente, **podendo** um escravo que se revelasse um grande comerciante, um hábil político ou um excelente guerreiro assumir o seu comando, embora a maioria nunca chegasse a largar o remo. (LR, 1950-2000)

Assim, ao verificarmos que há possibilidade de **ocorrência de elementos entre os verbos da perífrase**, constatamos que a forma nominal *podendo*, assim como *poder*, não passa no teste proposto e, portanto, não poderíamos considerá-la como verbo auxiliar.

No entanto, em relação à **pronominalização**, percebemos que *podendo* poderia ser considerado auxiliar, pois passa no teste ao não permitir que seja feita a substituição da forma não-finita pelos pronomes *o* e *isso*:

Podendo₁:

(177) Eram só tolicezinhas, que por minha mente marinavam. , Os tiros peguei a querer contar. Aquilo como durou, demorava um oco. O dia tinha clareado saído: eu todo **podendo descrever** o Montesclarensense, atrás dum toro de pau e moitas de anduzinho. (LR, 1950-2000)

a.* ...eu todo **o podendo...**

b.* ...eu todo **podendo isso...**

Podendo₂:

(178) A tecnologia foi licenciada da norte-americana Inktomi, responsável por vários sistemas de busca conhecidos, como o Radar UOL e o Hotbot. Por isso, usuários desses sistemas se sentirão à vontade no novo serviço da MSN, **podendo fazer** buscas sofisticadas, restringindo, por exemplo, o local de origem ou o idioma da página ou escolhendo o conteúdo. (TJ, 1998)

a. *Por isso, usuários desses sistemas se sentirão à vontade no novo serviço da MSN, **podendo-o...**

b. * Por isso, usuários desses sistemas se sentirão à vontade no novo serviço da MSN, **podendo isso...**

Podendo₃:

(179) Os dez elaióforos de *B. sericea* possuem forma elíptica, **podendo ocorrer**, dentro da família, variações em relação a forma (Simpson 1989). (PT, 1997-2001)

a. * Os dez elaióforos de *B. sericea* possuem forma elíptica, **podendo-o...**

b. * Os dez elaióforos de *B. sericea* possuem forma elíptica, **podendo isso...**

Em relação à existência de **sujeito único para o conjunto**, a perífrase contendo a forma nominal *podendo* + verbo no infinitivo apresenta o mesmo sujeito para os dois verbos, o que atesta a coesividade do grupo verbal e mostra que, por esse critério, independentemente do valor (1, 2 e 3), *podendo* pode ser considerado auxiliar:

Podendo₁: o sujeito de *podendo* e *remediar* é o mesmo: *ninguém*

(180) Imagine vancê, aquilo passando-se ali pertinho a meio laço de distância e ninguémpodendo remediar...(LR, 1950-2000)

Podendo₂: o sujeito de *podendo* e *dispor* é o mesmo: *o prisioneiro*

(181) Era um vidro comum nas escolas e repartições do governo na época em que se usava caneta-tinteiro, informou o vendedor. Ao sair da papelaria, surgiu a fantasia do prisioneiro em sua cela, **podendo dispor** apenas de papel e caneta. Pensei na minha parker vacuumatic e no vidro de tinta azul real lavável. (LR, 1950-2000)

Podendo₃: o sujeito de *podendo* e *escolher* é o mesmo: *o usuário*

(182) A origem do noticiário é bastante variada, indo do "St. Petersburg Press" (jornal da Rússia) até o "USA Today", passando pela revista "Time" e até pela Nasa (agência espacial dos EUA). Para cada uma das seções, o usuário dispõe de várias fontes, **podendo escolher** todas ou apenas algumas delas. (TJ, 1995)

O Quadro 3 resume os usos do verbo *poder* em sua forma nominal *podendo*:

Quadro 3: Verificação do estatuto de auxiliaridade do verbo *poderem* sua forma nominal

Domínio	<i>Podendo₁</i> : Dinâmico	<i>Podendo₂</i> : Deôntico	<i>Podendo₃</i> : Epistêmico
Critérios			
A negação não pode incidir sobre os verbos da perífrase de maneira independente	-	-	-
A inserção de elementos entre os verbos da perífrase é nula ou se restringe a alguns elementos	-	-	-
Pronominalização: não é possível substituir a forma nominal por um pronome:	+	+	+
Existência de sujeito único para o conjunto	+	+	+

O que se observa é que a categorização da auxiliabilidade é menos nítida na forma nominal *podendo* do que na forma verbal *poder*. Segundo Ilari e Basso (2008, p. 183), “estamos bem longe da situação ideal na qual alguns possíveis candidatos ao *status* de auxiliares obedeceriam disciplinadamente a todas as condições e outras falhariam redondamente em todas”.

A despeito desses testes, há um contexto em que a forma nominal *podendo* atua claramente como auxiliar, na constituição das orações reduzidas de gerúndio, adjetivas ou adverbiais. Como mostra a literatura, vários valores semânticos podem ser associados a essas orações. O quadro a seguir ilustra as possibilidades de valores semânticos associados às orações reduzidas de gerúndio, identificados em estudos com diferentes abordagens teóricas¹⁷.

Quadro 4: Diferentes valores semânticos associados às orações reduzidas de gerúndio e seus respectivos autores

Said Ali (1964)	Kury (1987)	Cunha e Cintra (2001)	Braga (2002)	Bechara (2009)
aditiva	aditiva		aditiva	
causal	causal	causal	causal	Causal
concessiva	concessiva	concessiva	concessiva	concessiva
condicional	condicional	condicional	condicional	condicional
			consequencial	consecutiva
modo/ meio/ instrumento	modo/meio		modal	modo/meio/ instrumento
temporal	temporal	temporal	temporal	temporal

Todos esses valores podem ser encontrados nas orações reduzidas de gerúndio com a forma nominal *podendo*. A título de ilustração, as ocorrências, a seguir, são representativas de alguns dos valores descritos no Quadro 4:

Aditiva:

(183) Foi vendido o castrado, mas voltou no faro das vacas e do estrume **e não podendo entrar** na porta do curral, morreu, depois de muito maltratado e até mordido por cascavel. (LR, 1950-2000)

¹⁷ Não se constitui em nosso objeto de estudo fazer uma análise dos valores associados às orações gerundivas, mesmo sendo estas compostas pelo modal *poder/podendo*. Portanto, deixamos a sua continuação como sugestão para estudos futuros. Importa-nos, aqui, somente mostrar que, como verbo auxiliar, a forma nominal *podendo* admite diversos valores semânticos associados a ele, o que o torna diferenciado de *poder*.

Causal:

(184) Não adiantou nada a fala doce, as boas maneiras ensaiadas. Seu Ernesto como sempre refratário à compra de casas, **não podendo ouvir falar** nesse assunto, irritou-se repetindo uma frase feita - narquista - trancha, infalível para liquidar o assunto de vez... (LR,1950-2000)

Condicional:

(185) O demônio é sábio: **podendo evitar** o trabalho, ele evita. Sempre que pode, ele lança mão de sua armadilha mais fácil e mais efetiva: a intriga. (TJ, 1994)

Consecutiva:

(186) O uso do maiô natural, constituído de pele humana feminina, será desenvolvido gradativamente em cada verão, em sincronia com a abertura política, **podendo estender-se** à veste congênere de pele humana masculina, desde que não constitua atentado gritante e assustador à estética das formas. (LR,1950-2000)

Modal:

(187) Devo esclarecer que ocupava um modesto aposento dos fundos, mal iluminado e de assoalho periclitante, cuja única vantagem era me oferecer guarida durante a noite, próximo à loja, **podendo assim atender** algum freguês que surgisse em horas avançadas. (LR, 1950-2000)

Nessa diversidade de valores associados às orações reduzidas, podemos encontrar diferentes valores modais da forma nominal *podendo*, não havendo relação entre o valor semântico da oração reduzida e o valor semântico do auxiliar modal.

Já como verbo pleno, *podendo* assume apenas os valores expressos pela modalidade dinâmica:

Podendo₁:

- *capacidade/habilidade orientada para o participante:*

(188) O senhor do Vilamão costumava guardar na algibeira certa quantidade de doces ou quitandas, mesmo uma vasilha com torresmos na farinha um criado carregava, ao alcance da mão dele; qual estava revertido a roer sem esbarrar alguma coisinha, lambareiro com o paladar aflito da velhice; mas, aquilo **podendo**, ele disfarçava. (LR,1950-2000)

(189) Porque os velhos, os velhos o senhor sabe como são, já estão todos meios céticos de uma porção de coisas, cansados de proibições que não deram em nada, são todos uns safados. **Podendo**, tergiversam mesmo. (LR,1950-2000)

Assim, podemos verificar que, quando o verbo *poder*, em sua forma nominal *podendo*, aparece como verbo pleno, expressa valores modais dinâmicos, que descrevem a habilidade ou capacidade de um indivíduo de realizar um estado-de-coisas designado pelo predicado. E, quando *podendo* aparece como verbo auxiliar, tanto expressa valores modais dinâmicos, deônticos como epistêmicos, que descrevem a possibilidade ou impossibilidade de realização de um evento.

4 *PODER*: semiauxiliar ou semipleno?

Ao buscar estabelecer o estatuto categorial do verbo *poder*, deparamo-nos com uma riqueza de usos, funções e valores associados que dificultam o estabelecimento de uma classificação categórica. Essa dificuldade, atestada por diversos teóricos, resultou em algumas propostas conciliatórias que postulam novas categorias de verbos: os semimodais, os semiauxiliares, os modais completos ou, ainda, os modais semiauxiliares. Mesmo que não sejam consensuais, essas novas conceituações convergem para uma constatação: os modais compõem uma classe de verbos com comportamento pragmático, semântico e sintático plural, resistente a uma classificação categórica.

Considerando os verbos modais como **semiauxiliares**, Olbertz (1998) aplica dois testes, citados no Capítulo I deste trabalho, para a classificação do verbo *poderem* espanhol. Segundo a autora, o verbo *poder* passa no teste da pronominalização, ou seja, o seu complemento não-finito não pode ser substituído por um pronome, uma pró-forma, um item

lexical não-verbal ou por uma oração finita, o que o assemelha aos verbos auxiliares. Por outro lado, o verbo *poder* não passa no teste da omissão do componente não-finito, ou seja, o seu componente não-finito pode ser omitido, o que o assemelha aos verbos lexicais. A autora conclui que “*poder* é um semiauxiliar quando usado para especificar a modalidade orientada para o participante, e que nos outros casos *poder*+infinitivo é uma perífrase¹⁸” (OLBERTZ, 1998, p.140).

Os dois testes sugeridos por Olbertz (1998) não são relevantes para se caracterizar o verbo *poder* como semiauxiliar em língua portuguesa, pois ele passa nos dois. Em relação ao primeiro teste, já verificamos que, realmente, em todas as suas significações (com valores dinâmico, deôntico ou epistêmico), é impossível a substituição por pronomes; e, quanto ao segundo teste, os exemplos que seguem também mostram ser sempre possível omitir o componente não-finito, reforçando o seu estatuto como verbo auxiliar:

*Poder*₁:

(190) Enquanto espera para saber que espaço terá na nova programação global, Regina sonha em consolidar seu projeto e garante: "**Posso ir** da Mangueira ao Himalaia e fazer um bloco mudo com um monge que tenha feito o voto do silêncio." (TJ, 1994)

- a. Você pode?
- b. Posso. (eu sou capaz, eu tenho condições)

*Poder*₂:

(191) Depois, como se tivesse falado sobre a cor das paredes, pegou meu rascunho. "**Posso dar uma olhada** nessa tradução?" (LR, 1950-2000)

- a. Pode. (eu autorizo)

¹⁸ ... *poder* is a semi-auxiliary when used to specify Participant-oriented Modality, and that in the other cases *poder* + infinitive is a periphrasis.

*Poder*₃:

(192) **Pudemos verificar** que a maioria dos pacientes com DV foi medicada com IECA, prescritos em doses consideradas adequadas. (PT, 1997-2001)

- a. Vocês puderam?
- b. Sim, pudemos. (foi possível)

Outro fator que, de acordo com Olbertz (1998), contribui para que o verbo *poder* seja considerado semiauxiliar no espanhol é a sua flexibilidade semântica e ampla aplicabilidade, o que sugere a ausência de restrições de seleção e possibilita a sua ocorrência com verbos lexicais de diferentes valências: agentivos transitivos, intransitivos ou com verbos estativos.

A análise dos dados no português confirma essa afirmação: como auxiliar, o verbo *poder* pode ocorrer seguido de perífrase, de verbo pleno ou, até mesmo, de verbo impessoal, mas não pode ocorrer com algumas estruturas sintáticas. Buscamos, então, evidenciar a existência de uma relação entre o tipo de *poder* (1, 2 ou 3) e a estrutura sintática da construção perifrástica na qual ele está inserido.

*Poder*₁: pode ocorrer com verbo pleno (193), seguido de perífrase (194) ou seguido de verbo de ligação (195), mas não ocorre com verbo impessoal:

(193) Seu livro fundamental, sua obra-prima, um dos maiores livros do século, é "A Metamorfose dos Deuses". Estou me policiando com firmeza para não cometer exageros, mas o mínimo que **posso dizer** é que Malraux criou com esse livro a mais palpável escada de Jacó que conheço, uma luminosa escada rolante entre o Céu e a Terra. (TJ, 1994)

(194) Nada respondi. Esperei. Afinal, **posso já ter vivido** muito, ter sofrido muito, mas, evidentemente, não estou preparada para surpresas dessas. (LR, 1950-2000)

- (195) A estatística me era muito desfavorável, mas neste ano o representante do governo e dos demógrafos me reacendeu as esperanças. Esteve em minha porta, naturalmente no horário mais impróprio para encontrar qualquer um que trabalhe, e com isso criou a expectativa do retorno jamais havido. Foi melhor assim. **Posso**, mais à vontade, **continuar céptico** em relação a governos e convicto de que estatísticas só merecem uma atenção muito discutível. (TJ,1996)

*Poder*₂: pode ocorrer seguido de verbo pleno (196), de perífrase (197), de verbo de ligação (198) ou de verbo impessoal (199):

- (196) Minha reação instintiva foi parar a conversa nesse instante. Calar. Fugir, se preciso fosse. De qualquer modo, não ir adiante, não descerrar o véu que, em hipótese alguma, devia ser descerrado. No entanto, perguntei: "- E que coisa é essa que você não compreende em mim? **Posso saber?** " (LR, 1950-2000)
- (197) E Mário estava a minha espera para rever a "mamãe doente" que voltara, depois de ter convalescido em casa do "vovó" que lhe dera licença para sair naquela tarde de modo a **poder ir visitar** a "títia" doente e o "filhinho querido" a quem "tanto amava e queria ver. .. " (LR, 1950-2000)
- (198) A testemunha, portanto não é obrigada a se incriminar, podendo guardar silêncio quanto a esses fatos, não podendo se omitir quanto aos demais. Caso a Comissão intimasse alguém na qualidade de acusado, este também **pode permanecer** calado, não se incriminando, como sói acontecer em juízo. (TJ, 1995)
- (199) **Pode haver** festa de Natal neste local? (LR, 1950-2000)

*Poder*₃: também pode ocorrer seguido de verbo pleno (200), de perífrase (201), deverbo de ligação (202) ou, até mesmo, de verbo impessoal (203):

- (200) Em várias espécies, alguns indivíduos de uma mesma população **podem apresentar** flores com redução ou ausência das glândulas de óleo ao lado de indivíduos com elaióforos (Anderson 1979; Sazima & Sazima 1989; Vogel 1990). (PT-1997-2001)
- (201) Mas uma parte da variação deve ser inerente às diferenças de local, e a comparação com os dados de 1988 indica que alguma variação **pode ter vindo** de perturbações nas áreas, não detectadas no campo e não registradas ou não declarado pelos moradores. (PT-1997-2001)

(202) A popularidade obtida pelo Santos com a chegada à decisão do Brasileiro **pôde ser percebida** não apenas no número de cartas para os jogadores, mas também na origem das correspondências. (TJ, 1995)

(203) O homem quis saber mais, os olhos abrindo-se para o fundo do quintal.
 - Estou com **pressa**. Logo **pode chover**.
 - Só mais tarde. Agora é a dança dos ventos. Depois da meia noite ele pára de assobiar. (LR, 1950-2000)

Teremos, então, a seguinte relação, mostrada no Quadro 5 abaixo:

Quadro 5: Relação entre o tipo de *poder* e a estrutura sintática do sintagma verbal

Estrutura Domínio	<i>Poder +</i>	<i>Poder + Verbo</i>	<i>Poder + Verbo</i>	<i>Poder + verbo</i>
	Perífrase	Ligação	Pleno	Impessoal
<i>Poder</i> ₁ : Dinâmico	X	X	X	-
<i>Poder</i> ₂ : Deôntico	X	X	X	X
<i>Poder</i> ₃ : Epistêmico	X	X	X	X

Também analisamos a estrutura do sintagma verbal com *podendo* e verificamos que, como verbo auxiliar, ele também pode ocorrer seguido de perífrase, verbo de ligação ou de verbo pleno:

*Podendo*₁: pode ocorrer seguido de perífrase (204), de verbo de ligação (205) ou de verbo pleno (206),

(204) Essa omissão o torna cúmplice, como cúmplices são todos aqueles que se omitem por egoísmo ou covardia, **podendo fazer valer** a sua voz. Quem cala, de fato, colabora. (LR, 1950-2000)

(205) Se dançava, era bem; mas as muito poucas vezes. Tinham-lhe medo, à doença incerta, sob a formosura. Ali era bom, uma providência, esse pejo de escrúpulo. Porque ela se via conduzida para não se casar nunca, **nem podendo ser doidiva**. Mas precisada de restar na pureza. (LR, 1950-2000)

(206) Não as há em Capitão, fora o cinema, que de resto vive fechado, com enguiço no motor. Então, não **podendo usufruir** as coisas boas da vida, os trabalhadores contentam-se em obter algo que as represente. (LR, 1950-2000)

*Podendo*₂: pode ocorrer seguido de perífrase (207), de verbo de ligação (208) ou de verbo pleno (209):

- (207) Por determinação do judiciário, eles podem sair a qualquer hora, **podendo** ainda **continuar frequentando** as aulas e as atividades diárias. (TJ, 1996)
- (208) O cargo deverá ser ocupado pelo ex-deputado Robson Marinho, coordenador da campanha covista. Covas também vai indicar um ouvidor geral, espécie de ombudsman, que terá mandato de dois anos, **podendo ser reconduzido** ao posto por igual período. (TJ, 1994).
- (209) "Queremos que tenha mais compradores do que apenas o Banco Central". Pratini de Moraes defende uma liberação total das negociações com o dólar no país, inclusive com os exportadores **podendo ter** conta corrente bancária em dólar. (TJ, 1994)

*Podendo*₃: pode ocorrer seguido de perífrase (210), de verbo de ligação (211) ou de verbo pleno (212):

- (210) Também serão veiculados anúncios em jornais e rádios. A campanha deverá ficar no ar “entre 20 dias e um mês”, segundo Ernani Buchmann, do Paraná, que diz que os custos variarão de acordo com o período de veiculação e tipo de anúncios, **podendo chegar a atingir** US\$ 3 milhões. (TJ, 1997).
- (211) O tipo de conexão ventrículo-arterial é variável **podendo ser** concordante, discordante, dupla via de saída ou via de saída única. (PT, 1997-2001)
- (212) A diversidade beta entre locais, expressa por índices de similaridade é, em geral, elevada quando são utilizados índices que levam em conta presença e ausência de espécie mas decresce quando são utilizados índices quantitativos **podendo atingir** valores baixos. (PT, 1997-2001)

Os testes mostram que tanto *poder* como a sua forma nominal *podendo* atendem ao que Olbertz (1998) chama de *ampla aplicabilidade*, pois podem ocorrer com verbos de diferentes valências em diferentes estruturas sintáticas. O que, nos termos da autora, poderia classificar o verbo *poder* como semiauxiliar.

A mesma diversidade que Olbertz abarca pelo termo **semiauxiliar** Palmer (1983) chama de **modal completo**. Para esse autor, são **semimodais** os verbos em inglês: *be able to*, *have (got) to*, and *be going to*, que diferem dos **modais completos**: *can* (poder), *must* (dever) e *will* (querer). Segundo o autor, são chamados semimodais, na medida em que podem coocorrer com os modais, enquanto os modais não coocorrem entre si.

Contudo, verificamos anteriormente que tanto *Poder*₁ como *Poder*₃, podem coocorrer com outros modais em língua portuguesa. Também são exemplos:

*Poder*₁:

- (213) Antes da eleição eles prometem mundo e fundos. Depois... dão uma banana!
(Rita corre e vai reunir-se a Malu)
Lindalva
Quem sabe ? Se ele diz que pode conseguir isto pra gente, é que ele **deve poder** mesmo. É só querer(LR, 1950-2000)
- (214) Um bom provador **deve poder detectar** heterogeneidade e noticiá-la, assim a amostra heterogênea detectada pode ser trocada durante o experimento.
(PT, 1997-2001)

*Poder*₃:

- (215) O bloqueio dos bens dos diretores dos dois bancos nos últimos 12 meses **deve poder ser** uma oportunidade para que sejam apurados escândalos como o das contratações irregulares no Banaser e punidos todos os responsáveis –algo que, aliás, já devia ter ocorrido há bastante tempo. (TJ, 1994)

Em vista destas colocações e dos usos do verbo *poder* em língua portuguesa, optamos por chamá-lo de *Modal Completo*¹⁹, pois entendemos que o verbo poder não é desprovido de significado lexical, em alguns contextos é usado como auxiliar e, em outros, mantém todas ou a maioria de suas propriedades lexicais. Ou seja, embora tenha grande ligação com o auxiliado, não tem caráter não-lexical, pois mantém os sentidos atribuídos a ele (capacidade/habilidade, possibilidade e permissão). Além disso, é possível fazer a substituição

¹⁹ Chamamos a atenção para o fato de que, embora estejamos utilizando a mesma nomenclatura de Palmer (1983), o conceito que atribuímos ao modal *poder* é diferente daquele atribuído pelo referido autor.

do componente não-finito, que acompanha o verbo *poder*, por um pronome ou, até mesmo, omitir esse componente. O verbo *poder* também pode coocorrer com outros modais e sugere ausência de restrições de seleção.

A polissemia do modal *poder* nos leva a outra discussão: cada um dos três sentidos por nós apontados é não-ambíguo, pois, como vimos até aqui, cada um deles apresenta traços que o caracterizam. Embora, muitas vezes, estes traços sejam coincidentes, eles dependem do uso que se faz do modal. No Quadro 6, a seguir, resumimos o comportamento do verbo *poder* em relação apenas aos testes que caracterizam a auxiliaridade e àqueles que caracterizam os valores modais; os testes que revelavam fatos sintáticos e semânticos que não se mostraram sensíveis à auxiliaridade e à modalidade foram desconsiderados nesse resumo:

Quadro 6: Caracterização dos tipos de *Poder*

	Tipo de <i>Poder</i> (1, 2,3)	Poder ₁ Dinâmico	Poder ₂ Deôntico	Poder ₃ Epistêmico
	Traços			
AUXILIARIDADE	A negação pode incidir sobre os verbos da perífrase de maneira independente	X	X	X
	- Admite material interveniente na posição medial	X	X	X
	- Incidência do circunstante temporal sobre toda a perífrase	X	X	X
	- Não admite a pronominalização	X	X	X
	- O verbo se flexiona e fornece informações morfológicas de tempo, modo, número e pessoa	X	X	X
	- Posição fixa na perífrase: <i>poder</i> + verbo principal	X	X	X
	- Existência de sujeito único para o conjunto	X	X	X
MODALIDADE	- O alvo de incidência é o participante	X	X	-
	- Nominalizado, <i>podendo</i> , ocorre como verbo pleno	X	-	-
	- Admite sujeito inanimado	X	-	X
	- Ocorre como verbo pleno	X	-	-
	- Estrutura sintática do sintagma verbal: <i>poder</i> + verbo impessoal	-	X	X

O Quadro 6 nos mostra que é possível caracterizarmos sintática e semanticamente os diferentes domínios de avaliação modal expressos pelo verbo *Poder*, assim como avaliar a influência do alvo de incidência da categoria modalidade ou a sua fonte de origem na determinação do estatuto do verbo *poder*. Assim:

- *Poder₁* expressa modalidade dinâmica, incide sobre o participante ou sobre o evento na camada do conceito situacional, no Nível Representacional; admite sujeito animado ou inanimado; caracteriza-se como um verbo que admite funções como auxiliar ou como pleno, mesmo em sua forma nominal *podendo*; como auxiliar pode ser seguido por perífrase, verbo de ligação ou por verbo pleno, porém não admite ser seguido por verbo impessoal, pois em uma ocorrência como *Pode chover hoje*, não seria possível descrever habilidade ou capacidade de realização do estado-de-coisas estabelecido pelo predicado sem que se estabeleça um participante, mesmo que esse participante fosse um sujeito inanimado;

- *Poder₂* expressa modalidade deôntica, apresenta uma fonte de instauração da permissão e incide sobre o participante ou sobre o evento na camada do conceito situacional, no Nível Representacional; admite sujeito animado, mas não inanimado, por não haver possibilidade de se instaurar obrigações ou dar permissões a sujeitos que não tenham o traço [+ controle]; caracteriza-se como um verbo que admite funções como auxiliar, porém não admite funções como verbo pleno, o que inclui a sua forma nominal *podendo*; como auxiliar pode ser seguido por perífrase, por verbo de ligação, por verbo pleno ou por verbo impessoal, não apresentando restrições de seleção;

- *Poder₃* expressa modalidade epistêmica, incide somente sobre o evento na camada do estado-de-coisas, no Nível Representacional; admite sujeito animado ou inanimado; assim como *Poder₂*, caracteriza-se como um verbo que admite usos como auxiliar,

porém não admite usos como verbo pleno, o que inclui a sua forma nominal *podendo* e, como auxiliar, pode ser seguido por perífrase, por verbo de ligação, por verbo pleno ou por verbo impessoal, não apresentando restrições de seleção.

A ilustração abaixo traz uma representação para melhor visualização:

Dinâmico	>	Deôntico	>	Epistêmico
participante/evento		participante/evento		evento
Pleno		-		-
Auxiliar		Auxiliar		Auxiliar

Figura 6: Funcionamento do verbo *Poder*

CONCLUSÃO

O objetivo desta pesquisa foi analisar o comportamento pragmático, semântico e sintático do verbo *poder* no português do Brasil, partindo da hipótese de que a categoria semântica dos diferentes alvos de incidência da qualificação modal, somada aos traços semânticos do participante sujeito, responde pela classificação dos valores modais expressos pelo verbo *poder*.

A fim de atingir tal objetivo, empreendemos, inicialmente, uma discussão sobre a questão da auxiliaridade e vimos que há divergência tanto em relação ao próprio conceito de auxiliaridade quanto em relação aos verbos que podem ser considerados auxiliares. No entanto, há consenso em relação à existência de uma classe de verbos auxiliares. Optamos, então, por uma definição operacional de auxiliaridade: consideramos auxiliar o verbo que traz indicações de pessoa, número, tempo, aspecto e modo e que se junta a um verbo principal, sempre na forma não-finita (infinitivo, gerúndio ou particípio), formando com ele uma unidade coesa e significativa: uma perífrase verbal.

Apresentamos 10 critérios de auxiliaridade sugeridos por vários autores: como Pontes (1973), Lobato (1975), Almeida (1980), Borba et al. (1984), Longo (1990), Heine (1993), Olbertz (1998), Ilari e Basso (2008) e Castilho (2010). Dentre esses critérios, escolhemos cinco que consideramos pertinentes para a análise do verbo *poder* e que podem ser listados da seguinte forma: i) A negação não pode incidir sobre os verbos da perífrase de

maneira independente; ii) A inserção de elementos entre os verbos da perífrase é nula ou se restringe a alguns elementos; iii) Pronominalização: não é possível substituir a forma nominal por um pronome; iv) Variação Flexional: o verbo auxiliar se flexiona e fornece informações morfológicas e, v) Existência de sujeito único para o conjunto. A seguir, mostramos uma definição de verbo pleno, segundo Castilho (2010).

Para classificar semanticamente o verbo *poder*, adotamos uma abordagem funcional das modalidades e utilizamos a tipologia proposta por Hengeveld (2004) e Hengeveld e Mackenzie (2008). Por meio dessa classificação, identificamos três tipos de verbo *poder*: dinâmico, deôntico e epistêmico.

A partir dessa identificação, aplicamos os testes de auxiliaridade e vimos que o verbo *poder* pode ser usado como verbo auxiliar quando atende aos testes (iii), (iv) e (v) e como verbo pleno, enquanto núcleo do predicado.

Afirmamos, então, que o verbo modal *poder* pode ter usos em português como verbo pleno ou como verbo auxiliar. Ressaltamos que a categorização da sua auxiliaridade é dependente do valor semântico expresso pelo modal, cujos valores são: dinâmico, deôntico e epistêmico e confirmamos a nossa hipótese de que a categoria semântica dos diferentes alvos de incidência da qualificação modal, somada aos traços semânticos do participante sujeito, responde pela classificação dos três valores modais expressos pelo verbo *poder*.

Em relação às unidades semânticas elencadas pelo modelo de análise funcionalista de Hengeveld (2004) e Hengeveld e Mackenzie (2008) e as suas relações hierárquicas, verificamos ser possível estabelecer uma correlação entre a camada em que se insere o alvo de incidência da qualificação modal e a categorização da auxiliaridade, constatando que quanto mais baixa a camada, mais pleno será o verbo *poder*.

O papel do contexto na interpretação das sentenças modalizadas pelo verbo *poder* também deve ser ressaltado, salientando-se, entretanto, que nem sempre é possível ocorrer a

desambiguação do enunciado, o que permitiria que as diversas leituras do modal coocorressem num mesmo enunciado.

Sustentamos que, por todos os usos e funções apontados neste trabalho, o auxiliar modal *poder* seja chamado de *Modal Completo*, que se unido a outros auxiliares modais ou a outros verbos que não modais, formarão um subconjunto com características próprias.

Por fim, acreditamos que o estudo aqui empreendido em relação ao auxiliar modal *poder* possa ser estendido a outros verbos considerados modais, como *dever*, *querer*, *ter que* *ter de*, possibilitando a continuidade desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, João de. *Introdução ao estudo das perífrases verbais de infinitivo*. São Paulo: Hucitec, 1980.

AURÉLIO. *Dicionário Aurélio: o dicionário completo da língua portuguesa*. 5.ed. São Paulo: Positivo, 2010.

BAVIN, Edith L. The obligation modality in Western Nilotics languages. In: BYBEE, J.L.; FLEISCHMAN, S. (Eds.) *Modality in grammar and discourse*. Amsterdam, Philadelphia, 1995. p.107-133. v.32.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BENETTI, Márcia. O jornalismo como gênero discursivo. In: *ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 5, 2007, SBPJor - Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo Universidade Federal de Sergipe, 2007*.

BONINI, Adair. Veículo de comunicação e gênero textual: noções conflitantes. *D.E.L.T.A.*, v.19, n.1, p.65-89, 2003.

BORBA, Francisco da Silva et al. (Coord.) *Dicionário gramatical de verbos do português contemporâneo: versão piloto*. Araraquara: UNESP, 1984.

_____. *Dicionário gramatical de verbos do português contemporâneo do Brasil*. 2. ed. São Paulo: UNESP, 1991.

BRAGA, Maria Luiza. Processos de redução: o caso das orações de gerúndio. In: KOCH, Ingedore Gomes Villaça (Org.) *Gramática do português falado: desenvolvimentos*. 2.ed. Campinas, SP: Unicamp, 2002. v.6. (Série Pesquisas).

BYBEE, Joan L. *Morphology: a study of the relation between meaning and form*. Typological Studies in Language. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1985. v.9

CASTILHO, Ataliba T. de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

CERVONI, J. As modalidades. In: _____. *A enunciação*. Tradução por L. Garcia dos Santos. São Paulo: Ática, 1989. p.53-83 (Série Fundamentos).

COMPARINI, Ana Maria Paulino. A natureza multissignificativa dos verbos modais: uma análise da língua falada no Brasil. *Revista Diálogos Pertinentes – Revista Científica de Letras*, Franca (SP), v.4 n.4, p. 31-46, jan/jun. 2008.

CUNHA Celso; CINTRA, Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

DALL'AGLIO HATTNER, Marize Mattos. *A manifestação da modalidade epistêmica: um exercício de análise nos discursos do ex-presidente Collor*. 163f. Tese (Doutorado em Letras: Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista: Araraquara, 1995.

DIK, S. *The Theory of Functional Grammar*. Dordrecht: Foris, 1989.

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa. A linguagem de especialidade e o texto técnico-científico: notas conceituais. *Transinformação*, Campinas, v.16, n.3, p.241-251, set./dez. 2004.

GIVÓN, T. Tense, aspect and modality I: functional organization. In: _____. *Syntax – an introduction*. Amsterdam/Philadelphia: J. Benjamins, 2001. p.285-335. v.1.

GÓMEZ TORREGO, Leonardo. Los verbos auxiliares: las perífrases verbales de infinitive. In: BOSQUE, Ignacio; DELMONTE, Violeta. (Org.) *Gramática descriptiva de la lengua española*. Madrid: Espasa Calpe, 1999. v.2. p.3323-3389.

GOOSSENS, L. Modality and modals: a problem for functional grammar. In: BOLKESTEIN, A. M.; GROOT, C. de; MACKENZIE, J. L. (Eds.). *Predicates and terms in functional grammar*. Dordrecht: 1985. p.203-17.

_____. The auxiliarization of the English modals: a functional grammar view. In: HARRIS, M.; RAMAT, P. *Historical development of auxiliaries*. Berlin; New York; Amsterdam: Mouton of the Gruyter, 1987.

HALLIDAY, M.A.K. Functional diversity in language as seen from a consideration of modality and mood in English. In: *Foundations of Language*, v.6, p.322-361, 1970.

_____. *An introduction to Functional Grammar*. London: Edward Arnold Publishers, 1985.

HEINE, Bernd. *Auxiliaries: cognitive forces and grammaticalization*. New York/ Oxford: Oxford University Press, 1993.

HENGEVELD, K. Illocution, mood and modality in a Functional Grammar of Spanish. *Journal of Semantics*, 6, v. 3-4, p. 227-269, 1988.

_____. Layers and operators in Functional Grammar. *Journal of Linguistics*, v.25, n.1, p.127-157, 1989

_____. Illocution, mood and modality. In: BOOIJ, G.; LEHMANN, C.; MUGDAN, J. (Ed.). *Morphology: a handbook on inflection and word formation*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2004. v. 2, p.1190-1202.

HENGEVELD, Kees; MACKENZIE, J. Lachlan. *Functional discourse grammar: a typologically-based theory of language structure*. Oxford: University Press, 2008.

HENGEVELD, K. MACKENZIE, J. L. Gramática Discursivo-Funcional. Tradução por Marize Mattos Dall'Aglio Hattner. In: HEINE, B.; NARROG, H. (Orgs.). *Oxford Handbook of Linguistic Analysis*. Oxford: Oxford University Press, 2012. p.1-47

ILARI, Rodolfo; BASSO, Renato Miguel. O verbo. In: CASTILHO, Ataliba T. de. (Coord.). *Gramática do português culto falado no Brasil*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008.

KÄRKKÄINEN, Elise. Modality as a strategy in interaction: epistemic modality in the language of native and non-native speakers of English. In: Lawrence F. Bouton & Yamuna Kachru (Eds.). *Pragmatics and Language Learning*. v. 3. University of Illinois at Urbana-Champaign, 1992.

KLINGE, Alex. The impact of context on modal meaning in English and Danish. *Nordic Journal of Linguistic*, n.9, p.35-54, 1996.

KOCH, I. G. V. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2002.

KURY, Adriano da Gama. *Novas lições de análise sintática*. 3.ed. São Paulo: Ática, 1987.

LEITE, Ana Maria P. Comparini. *A modalização deôntica no discurso jurídico*. 101f. Dissertação (Mestrado em Análise Linguística) – Universidade Estadual Paulista. Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas: São José do Rio Preto (SP), 2002.

LOBATO, L.M.P. et. al. Os verbos auxiliares em português contemporâneo. Critérios de auxiliaridade. In: _____. *Análises Lingüísticas*. Tradução por Maria Ângela Botelho Pereira. Petrópolis: Vozes, 1975.

_____. A pretensa ambigüidade dos modais portugueses e a teoria das relações temáticas. BOLETIM DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA E LÍNGUA PORTUGUESA DE ARARAQUARA. Araraquara, v.1, n.1, p.147-197, 1984.

LONGO, Beatriz Nunes de Oliveira. *A auxiliaridade e a expressão do tempo em português*. 238f. Tese (Doutorado em Letras – Linguística e Língua Portuguesa). Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista:Araraquara, 1990.

LYONS, J. *Semantics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1977. p.787-849. v.2.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: Dionísio, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p. 19-36.

NEVES, M. H. M. A modalidade. In: KOCH, I.V. (Org.). *Gramática do português falado: desenvolvimentos*. Campinas: Unicamp/São Paulo, 1996. p.163-99. v.6.

_____. A polissemia dos verbos modais ou falando de ambigüidades. *Alfa*, São Paulo, n. 44, p. 115-145, 2000.

OLBERTZ, Hella. *Verbal periphrases in a functional grammar of Spanish*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1998. n. 22. (Functional grammar series)

PALMER, Frank Robert. *Modality and the English modals*. London and New York: Longman, 1979.

_____. Semantic explanations for the syntax of the English modals. In: HENRY, F.; RICHARDS, B. (Eds.). *Linguistic categories: auxiliaries and related puzzles*. Dordrecht Reidel, 1983. v. 2. p. 205-217.

_____. *Mood and modality*. New York: Cambridge University Press, 1986. p.96-154.

PARRET, Herman. *Enunciação e pragmática*. Tradução por Eni Pulcinelli Orlandi et al. Campinas: Unicamp, 1988. 140p. (Coleção Repertórios).

PINTO JUNIOR, João Moraes (Coord.). *BancoLexicográfico de Textos - Laboratório de Lexicografia*. Faculdade de Ciências e Letras - UNESP: Araraquara, s.d.

PONTES, Eunice. *Verbos auxiliares em português*. Petrópolis: Vozes, 1973.

ROSS, John Robert. Auxiliaries are main verbs. In: *Studies in Philosophical Linguistics*, Massachusetts Institute of Technology, p.77-102, 1969.

SAID ALI, M. *Gramática secundária e gramática histórica da língua portuguesa*. 3.ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1964.

SWEETSER, Eve. *From etymology to pragmatics: metaphorical and cultural aspects of semantic structure*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. p.49-75

VAN VALIN, R.D.; LA POLLA, R.J. *Syntax. Structure, meaning and function*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.